

Companhia Paranaense de Energia

CNPJ Nº 76.483.817/0001-20

Companhia de Capital Aberto - CVM 1431-1

www.copel.com copel@copel.com

Rua José Izidoro Biazzetto, 158, Bloco A, Mossunguê - Curitiba - PR

CEP 81200-240

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Junho/2021

SUMÁRIO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS	3
Balanços Patrimoniais	3
Demonstrações de Resultados	5
Demonstrações de Resultados – Movimento do Segundo Trimestre	6
Demonstrações de Resultados Abrangentes	7
Demonstrações de Resultados Abrangentes – Movimento do Segundo Trimestre	7
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	9
Demonstrações do Valor Adicionado	11
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS	13
1 Contexto Operacional	13
2 Concessões e Autorizações	21
3 Base de Preparação	25
4 Principais Políticas Contábeis	27
5 Caixa e Equivalentes de Caixa	28
6 Títulos e Valores Mobiliários	28
7 Clientes	29
8 Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	30
9 Ativos e Passivos Financeiros Setoriais Líquidos	32
10 Contas a Receber Vinculadas à Concessão	34
11 Ativos de contrato	36
12 Outros Créditos	38
13 Tributos	39
14 Despesas Antecipadas	44
15 Partes Relacionadas	44
16 Depósitos Judiciais	45
17 Investimentos	46
18 Imobilizado	49
19 Intangível	52
20 Obrigações Sociais e Trabalhistas	53
21 Fornecedores	54
22 Empréstimos e Financiamentos	55
23 Debêntures	59
24 Benefícios Pós-emprego	61
25 Encargos Setoriais a Recolher	63
26 Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	63
27 Contas a Pagar Vinculadas à Concessão	64
28 Direito de uso de ativos e Passivo de arrendamentos	65
29 Outras Contas a Pagar	67
30 Provisões para Litígios e Passivo Contingente	67
31 Patrimônio Líquido	71
32 Receita Operacional Líquida	73
33 Custos e Despesas Operacionais	77
34 Resultado Financeiro	83
35 Segmentos Operacionais	84
36 Instrumentos Financeiros	87
37 Transações com Partes Relacionadas	103
38 Compromissos	106
39 Seguros	107
40 Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa	107
41 Ativos mantidos para venda e operações descontinuadas	108
42 Eventos subsequentes	112
COMENTÁRIO DO DESEMPENHO	114
1 Linhas de Distribuição	114
2 Mercado de Energia	114
3 Administração	118
4 Relações com o Mercado	119
5 Tarifas	120
6 Resultado Econômico-Financeiro	121
COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA	124
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS	125
PARECER DO CONSELHO FISCAL	127
DECLARAÇÃO	128

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Balanços Patrimoniais

em 30 de Junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

em milhares de reais

ATIVO	NE nº	Controladora		Consolidado	
		30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	14.740	42.700	1.437.628	3.222.768
Títulos e valores mobiliários	6	90	90	1.514	1.465
Cauções e depósitos vinculados		-	-	211	197
Clientes	7	-	-	3.657.324	3.768.242
Dividendos a receber		725.867	1.290.114	80.666	67.066
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	8	318.737	287.789	318.737	287.789
Ativos financeiros setoriais	9	-	-	-	173.465
Contas a receber vinculadas à concessão	10	-	-	6.631	4.515
Ativos de contrato	11	-	-	125.462	285.682
Outros créditos	12	5.792	1.025	944.775	514.185
Estoques		-	-	187.604	162.791
Imposto de renda e contribuição social		123.146	12.171	193.471	86.410
Outros tributos a recuperar	13.2	-	-	1.612.685	1.565.323
Despesas antecipadas	14	1.583	150	35.270	36.987
Partes relacionadas	15	6.013	40.298	-	-
		1.195.968	1.674.337	8.601.978	10.176.885
Ativos classificados como mantidos para venda	41	768.893	758.742	1.551.119	1.230.546
		1.964.861	2.433.079	10.153.097	11.407.431
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	287.347	299.065
Outros investimentos temporários		19.387	22.385	19.387	22.385
Cauções e depósitos vinculados	22.1	-	-	128.043	133.521
Clientes	7	-	-	58.766	51.438
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	8	1.110.714	1.104.835	1.110.714	1.104.835
Depósitos judiciais	16	125.654	125.738	537.341	486.746
Ativos financeiros setoriais	9	-	-	385.385	173.465
Contas a receber vinculadas à concessão	10	-	-	2.048.545	1.897.825
Ativos de contrato	11	-	-	6.090.620	5.207.115
Outros créditos	12	7.443	7.443	1.313.374	845.460
Imposto de renda e contribuição social		-	117.682	49.085	137.778
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.1	292.684	282.132	1.128.801	1.191.104
Outros tributos a recuperar	13.2	74.052	88.331	4.596.851	4.539.498
Despesas antecipadas	14	-	-	1.644	44
Partes relacionadas	15	134.685	140.337	-	-
		1.764.619	1.888.883	17.755.903	16.090.279
Investimentos	17	19.339.465	18.807.102	2.848.708	2.729.517
Imobilizado	18	2.879	2.725	9.407.486	9.495.460
Intangível	19	2.620	2.041	7.005.146	6.929.456
Direito de uso de ativos	28	3.504	962	206.293	132.521
		21.113.087	20.701.713	37.223.536	35.377.233
TOTAL DO ATIVO		23.077.948	23.134.792	47.376.633	46.784.664

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Balanços Patrimoniais

em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (continuação)
em milhares de reais

PASSIVO	NE nº	Controladora		Consolidado	
		30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
CIRCULANTE					
Obrigações sociais e trabalhistas	20	21.507	16.759	772.528	684.046
Partes relacionadas	15	528	283.650	-	-
Fornecedores	21	8.363	3.184	2.206.102	2.291.307
Imposto de renda e contribuição social		10.987	-	734.263	681.831
Outras obrigações fiscais	13.2	1.532	952	435.297	490.608
Empréstimos e financiamentos	22	240	512.086	202.775	717.677
Debêntures	23	499.533	301.972	2.086.085	1.881.411
Dividendos a pagar		1.190.629	944.274	1.255.533	991.887
Benefícios pós-emprego	24	222	226	66.697	69.231
Encargos setoriais a recolher	25	-	-	102.451	33.712
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	26	-	-	360.125	380.186
Contas a pagar vinculadas à concessão	27	-	-	102.416	88.951
Passivos financeiros setoriais	9	-	-	285.196	188.709
Passivo de arrendamentos	28	359	279	46.581	41.193
Outras contas a pagar	29	593	567	409.217	235.400
PIS e Cofins a restituir para consumidores	13.2.1	-	-	-	121.838
		1.734.493	2.063.949	9.065.266	8.897.987
Passivos associados a ativos classificados como mantidos para venda	41	-	-	783.329	756.405
		1.734.493	2.063.949	9.848.595	9.654.392
NÃO CIRCULANTE					
Partes relacionadas	15	5.851	5.851	-	-
Fornecedores	21	-	-	129.256	145.145
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.1	-	-	649.185	484.338
Outras obrigações fiscais	13.2	3.061	2.978	604.595	622.483
Empréstimos e financiamentos	22	772.538	266.682	2.893.042	2.470.854
Debêntures	23	-	499.317	4.423.183	4.876.070
Benefícios pós-emprego	24	12.926	9.929	1.450.882	1.424.383
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	26	-	-	289.258	284.825
Contas a pagar vinculadas à concessão	27	-	-	723.629	642.913
Passivos financeiros setoriais	9	-	-	63.868	-
Passivo de arrendamentos	28	3.199	707	166.697	97.168
Outras contas a pagar	29	68.127	1.936	881.653	469.886
PIS e Cofins a restituir para consumidores	13.2.1	-	-	3.257.386	3.805.985
Provisões para litígios	30	306.079	324.332	1.494.244	1.555.704
		1.171.781	1.111.732	17.026.878	16.879.754
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Atribuível aos acionistas da empresa controladora					
Capital social	31.1	10.800.000	10.800.000	10.800.000	10.800.000
Ajustes de avaliação patrimonial	31.2	313.292	353.349	313.292	353.349
Reserva legal		1.209.458	1.209.458	1.209.458	1.209.458
Reserva de retenção de lucros		6.088.855	6.088.855	6.088.855	6.088.855
Dividendo adicional proposto de reserva de lucros não capitalizadas	31.4	-	1.507.449	-	1.507.449
Lucros acumulados		1.760.069	-	1.760.069	-
		20.171.674	19.959.111	20.171.674	19.959.111
Atribuível aos acionistas não controladores	17.2.2	-	-	329.486	291.407
		20.171.674	19.959.111	20.501.160	20.250.518
TOTAL DO PASSIVO		23.077.948	23.134.792	47.376.633	46.784.664

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Demonstrações de Resultados

dos períodos findos em 30 de junho de 2021 e de 2020
em milhares de reais

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		30.06.2021	Reapresentado 30.06.2020	30.06.2021	Reapresentado 30.06.2020
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE					
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	32	-	-	10.412.812	8.648.259
Custos Operacionais	33	-	-	(7.704.928)	(5.772.683)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		-	-	2.707.884	2.875.576
Outras Receitas (Despesas) Operacionais					
Despesas com vendas	33	-	-	(95.502)	(115.242)
Despesas gerais e administrativas	33	(39.116)	(41.246)	(393.497)	(361.945)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	33	(33.972)	(10.649)	(65.922)	(101.146)
Resultado da equivalência patrimonial	17	1.542.602	2.081.603	152.805	27.377
		1.469.514	2.029.708	(402.116)	(550.956)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		1.469.514	2.029.708	2.305.768	2.324.620
Resultado Financeiro	34				
Receitas financeiras		217.777	99.937	506.711	1.313.018
Despesas financeiras		(29.967)	(34.775)	(516.422)	(492.030)
		187.810	65.162	(9.711)	820.988
LUCRO OPERACIONAL		1.657.324	2.094.870	2.296.057	3.145.608
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	13.3				
Imposto de renda e contribuição social		(10.987)	(10.892)	(351.616)	(1.000.235)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		9.638	3.746	(228.205)	(67.519)
		(1.349)	(7.146)	(579.821)	(1.067.754)
LUCRO LÍQUIDO PROVENIENTE DE OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE		1.655.975	2.087.724	1.716.236	2.077.854
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS					
Lucro líquido proveniente de operações descontinuadas		79.858	32.636	83.596	28.002
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		1.735.833	2.120.360	1.799.832	2.105.856
Atribuído aos acionistas da empresa controladora decorrente de operações em continuidade		-	-	1.655.975	2.087.724
Atribuído aos acionistas da empresa controladora decorrente de operações descontinuadas		-	-	79.858	32.636
Atribuído aos acionistas não controladores decorrente de operações em continuidade	17.2.2	-	-	63.999	(14.504)
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS DA EMPRESA CONTROLADORA - OPERAÇÕES CONTINUADAS - em reais	31.3				
Ações ordinárias		0,57498	0,72865		
Ações preferenciais classe "A"		0,63248	0,80152		
Ações preferenciais classe "B"		0,63248	0,80152		
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS DA EMPRESA CONTROLADORA - em reais	31.3				
Ações ordinárias		0,60271	0,74005		
Ações preferenciais classe "A"		0,66298	0,81405		
Ações preferenciais classe "B"		0,66298	0,81405		

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Demonstrações de Resultados – Movimento do Segundo Trimestre

Para os trimestres findos em 30 de junho de 2021 e de 2020

em milhares de reais

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		1º.04.2021 a 30.06.2021	Reapresentado 1º.04.2020 a 30.06.2020	1º.04.2021 a 30.06.2021	Reapresentado 1º.04.2020 a 30.06.2020
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE					
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	32	-	-	5.427.019	4.581.572
Custos Operacionais	33	-	-	(3.981.751)	(2.822.194)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		-	-	1.445.268	1.759.378
Outras Receitas (Despesas) Operacionais					
Despesas com vendas	33	-	-	(46.052)	(66.627)
Despesas gerais e administrativas	33	(22.168)	(21.965)	(195.507)	(194.075)
Outras receitas (despesas), líquidas	33	(20.176)	(2.503)	(10.232)	(25.449)
Resultado da equivalência patrimonial		887.907	1.578.059	66.071	4.505
		845.563	1.553.591	(185.720)	(281.646)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		845.563	1.553.591	1.259.548	1.477.732
Resultado Financeiro	34				
Receitas financeiras		93.482	54.098	238.382	1.103.948
Despesas financeiras		(17.953)	(14.488)	(228.961)	(198.107)
		75.529	39.610	9.421	905.841
LUCRO OPERACIONAL		921.092	1.593.201	1.268.969	2.383.573
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	13.3				
Imposto de renda e contribuição social		(10.987)	(7.418)	(69.511)	(742.920)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(5.924)	(419)	(242.461)	(67.552)
		(16.911)	(7.837)	(311.972)	(810.472)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO PROVENIENTE DE OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE		904.181	1.585.364	956.997	1.573.101
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS					
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO PROVENIENTE DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS		45.807	22.726	47.661	21.839
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		949.988	1.608.090	1.004.658	1.594.940
Atribuído aos acionistas da empresa controladora decorrente de operações em continuidade		-	-	904.181	1.585.364
Atribuído aos acionistas da empresa controladora decorrente de operações descontinuadas		-	-	45.807	22.726
Atribuído aos acionistas não controladores decorrente de operações em continuidade		-	-	54.670	(13.150)
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS DA EMPRESA CONTROLADORA - OPERAÇÕES CONTINUADAS - em reais	31.3				
Ações ordinárias		0,31394	0,55332		
Ações preferenciais classe "A"		0,34534	0,60865		
Ações preferenciais classe "B"		0,34534	0,60865		
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS DA EMPRESA CONTROLADORA - OPERAÇÕES CONTINUADAS - em reais	31.3				
Ações ordinárias		0,32985	0,56125		
Ações preferenciais classe "A"		0,36284	0,61738		
Ações preferenciais classe "B"		0,36284	0,61738		

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Demonstrações de Resultados Abrangentes
dos períodos findos em 30 de junho de 2021 e de 2020
em milhares de reais

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		30.06.2021	30.06.2020	30.06.2021	Reapresentado 30.06.2020
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		1.735.833	2.120.360	1.799.832	2.105.856
Itens que não serão reclassificados para o resultado	31.2				
Ganhos (perdas) com passivos atuariais					
benefícios pós-emprego		(2.688)	-	-	-
benefícios pós-emprego - equivalência patrimonial		(14.047)	-	-	-
Tributos sobre outros resultados abrangentes		914	-	(15.821)	-
Total de outros resultados abrangentes, líquido de tributos		(15.821)	-	(15.821)	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO		1.720.012	2.120.360	1.784.011	2.105.856
Atribuído aos acionistas da empresa controladora decorrente de operações em continuidade				1.640.154	2.087.724
Atribuído aos acionistas da empresa controladora decorrente de operações descontinuadas				79.858	32.636
Atribuído aos acionistas não controladores decorrente de operações em continuidade				63.999	(14.504)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Demonstrações de Resultados Abrangentes – Movimento do Segundo Trimestre
para os trimestres findos em 30 de junho de 2021 e de 2020
em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	1º.04.2021	1º.04.2020	1º.04.2021	Reapresentado 1º.04.2020
	a 30.06.2021	a 30.06.2020	a 30.06.2021	a 30.06.2020
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	949.988	1.608.090	1.004.658	1.594.940
Itens que nunca serão reclassificados para o resultado				
Ganhos com passivos atuariais				
benefícios pós-emprego	(2.688)	-	-	-
benefícios pós-emprego - equivalência patrimonial	(14.047)	-	-	-
Tributos sobre outros resultados abrangentes	914	-	(15.821)	-
Total de outros resultados abrangentes, líquido de tributos	(15.821)	-	(15.821)	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	934.167	1.608.090	988.837	1.594.940
Atribuído aos acionistas da empresa controladora decorrente de operações em continuidade			888.360	1.585.364
Atribuído aos acionistas da empresa controladora decorrente de operações descontinuadas			45.807	22.726
Atribuído aos acionistas não controladores decorrente de operações em continuidade			54.670	(13.150)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

dos períodos findos em 30 de junho de 2021 e de 2020
em milhares de reais

	NE nº	Atribuível aos acionistas da empresa controladora							Total Controladora	Atribuível aos acionistas não controladores	Total Consolidado
		Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial		Reservas de lucros			Lucros acumulados			
			Custo atribuído do imobilizado	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto de reserva de lucros não capitalizadas				
Saldo em 1º de janeiro de 2021		10.800.000	680.364	(327.015)	1.209.458	6.088.855	1.507.449	-	19.959.111	291.407	20.250.518
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	1.735.833	1.735.833	63.999	1.799.832
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Perdas atuariais, líquidas de tributos	31.2	-	-	(15.821)	-	-	-	-	(15.821)	-	(15.821)
Resultado abrangente total do período		-	-	(15.821)	-	-	-	1.735.833	1.720.012	63.999	1.784.011
Realização do custo atribuído do imobilizado, líquida de tributos	31.2	-	(24.236)	-	-	-	-	24.236	-	-	-
Deliberação do dividendo adicional proposto	17.2.2 e 31.4	-	-	-	-	-	(1.507.449)	-	(1.507.449)	(25.920)	(1.533.369)
Saldo em 30 de junho de 2021		10.800.000	656.128	(342.836)	1.209.458	6.088.855	-	1.760.069	20.171.674	329.486	20.501.160

	NE nº	Atribuível aos acionistas da empresa controladora							Total Controladora	Atribuível aos acionistas não controladores	Total Consolidado
		Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial		Reservas de lucros			Lucros acumulados			
			Custo atribuído do imobilizado	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto				
Saldo em 1º de janeiro de 2020		10.800.000	739.994	(148.067)	1.014.248	4.846.239	-	-	17.252.414	345.798	17.598.212
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	2.120.360	2.120.360	(14.504)	2.105.856
Resultado abrangente total do período		-	-	-	-	-	-	2.120.360	2.120.360	(14.504)	2.105.856
Realização do custo atribuído do imobilizado, líquida de tributos		-	(30.825)	-	-	-	-	30.825	-	-	-
Deliberação do dividendo adicional proposto		-	-	-	-	-	-	-	-	(51.799)	(51.799)
Dividendos		-	-	-	-	-	-	-	-	(2.510)	(2.510)
Saldo em 30 de junho de 2020		10.800.000	709.169	(148.067)	1.014.248	4.846.239	-	2.151.185	19.372.774	276.985	19.649.759

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

dos períodos findos em 30 de junho de 2021 e de 2020

em milhares de reais

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
		30.06.2021	30.06.2020	30.06.2021	30.06.2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do período proveniente de operações em continuidade		1.655.975	2.087.724	1.716.236	2.077.854
Lucro líquido (prejuízo) do período proveniente de operações descontinuadas		79.858	32.636	83.596	28.002
Lucro líquido do período		1.735.833	2.120.360	1.799.832	2.105.856
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do período com a geração de caixa das atividades operacionais:					
Encargos, variações monetárias e cambiais não realizadas - líquidas		(197.140)	(23.881)	226.126	282.439
Juros efetivos - bonificação pela outorga de contrato de concessão em regime de cotas	10.3	-	-	(60.148)	(33.555)
Remuneração de contratos de concessão de transmissão	11.3	-	-	(538.061)	(291.548)
Recuperação de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS	13.2.1	-	-	31.563	(1.838.853)
Imposto de renda e contribuição social	13.3	10.987	10.892	351.616	1.000.235
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.3	(9.638)	(3.746)	228.206	67.518
Resultado da equivalência patrimonial	17.1	(1.542.602)	(2.104.329)	(152.805)	(27.377)
Apropriação do cálculo atuarial dos benefícios pós-emprego	24.4	422	384	58.254	47.174
Apropriação das contribuições previdenciárias e assistenciais	24.4	2.487	1.956	58.159	59.850
Constituição para programas de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	26.2	-	-	83.364	65.666
Reconhecimento do valor justo do ativo indenizável da concessão	32	-	-	(68.719)	(4.348)
Resultado de ativos e passivos financeiros setoriais	32	-	-	(869.738)	(24.061)
Depreciação e amortização	33	1.134	880	511.495	494.915
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas	33.4	30.988	4.323	(7.207)	259.610
Realização de mais/menos valia em combinações de negócios		-	-	(361)	(180)
Valor justo nas operações de compra e venda de energia no mercado ativo	32.1	-	-	(19.413)	(34.734)
Valor justo nas operações com derivativos	34	-	-	7.411	(21.066)
Baixas de contas a receber vinculadas à concessão	10.1 e 10.2	-	-	90	51
Baixas de ativos de contrato	11.1	-	-	1.985	2.231
Resultado das baixas de imobilizado		-	-	1.394	3.681
Resultado das baixas de intangíveis	19.1	-	-	12.414	14.406
Resultado das baixas de direito de uso de ativos e passivo de arrendamentos - líquido	28.1 e 28.2	(1)	-	(59)	44
		32.470	6.839	1.655.398	2.127.954
Redução (aumento) dos ativos					
Clientes		-	-	360.596	419.426
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos		1.624.064	341.816	19.927	23.182
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	8.1	184.640	150.012	184.640	150.012
Depósitos judiciais		1.075	225	(46.475)	4.734
Ativos financeiros setoriais	9.2	-	-	291.232	45.512
Outros créditos		(4.767)	(129)	(271.467)	(18.143)
Estoques		-	-	(31.728)	(20.470)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		6.707	(232)	(18.368)	(28.572)
Outros tributos a recuperar		15.033	(482)	(141.225)	45.920
Despesas antecipadas		(1.433)	(355)	117	8.860
Partes relacionadas		6.365	(38.661)	-	-
		1.831.684	452.194	347.249	630.461
Aumento (redução) dos passivos					
Obrigações sociais e trabalhistas		4.748	3.462	88.482	44.981
Partes relacionadas		(305)	(148)	-	-
Fornecedores		5.179	6.672	(236.575)	(305.783)
Outras obrigações fiscais		(13.429)	130	(47.491)	177.856
Benefícios pós-emprego	24.4	(2.604)	(2.288)	(92.448)	(93.655)
Encargos setoriais a recolher		-	-	68.739	(15.838)
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	26.2	-	-	(104.339)	(54.998)
Contas a pagar vinculadas à concessão	27.1	-	-	(43.353)	(36.830)
Outras contas a pagar		(183)	437	(29.196)	(18.207)
Provisões para litígios quitadas		(27.386)	-	(110.124)	(80.670)
		(33.980)	8.265	(506.305)	(383.144)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
		1.830.174	467.298	1.496.342	2.375.271
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(6.462)	(299.184)	(281.194)
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	22.4	(16.126)	(18.401)	(85.457)	(96.677)
Encargos de debêntures pagos		(9.806)	(28.941)	(121.881)	(234.060)
Encargos de mútuos obtidos com partes relacionadas pagos		(10.055)	-	-	-
Encargos de passivo de arrendamentos pagos		(88)	(12)	(2.290)	(4.074)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS PROVENIENTES DE OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE					
		1.794.099	413.482	987.530	1.759.266
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO) GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS PROVENIENTES DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS					
	41	(79.858)	(9.910)	20.770	84.167
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
		1.714.241	403.572	1.008.300	1.843.433

(continua)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

dos períodos findos em 30 de junho de 2021 e de 2020 (continuação)
em milhares de reais

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		Reapresentado		Reapresentado	
		30.06.2021	30.06.2020	30.06.2021	30.06.2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicações financeiras		2.998	2.988	20.131	(45.373)
Empréstimos concedidos a partes relacionadas		-	(25.000)	-	-
Recebimento de empréstimos concedidos a partes relacionadas		33.899	-	-	-
Aquisições de ativos de contrato		-	-	(701.521)	(473.534)
Aportes em investimentos	17.1	(3.870)	(5.835)	(100)	(52.710)
Redução de capital em investidas	17.1	53.000	228	-	228
Aquisições de imobilizado		(379)	(87)	(64.585)	(137.221)
Aquisições de intangível		(748)	(48)	(3.635)	(4.011)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		84.900	(27.754)	(749.710)	(712.621)
PROVENIENTES DE OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE					
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
PROVENIENTES DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	41	-	-	(47.338)	(39.114)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		84.900	(27.754)	(797.048)	(751.735)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Ingressos de mútuos obtidos com partes relacionadas		-	280.000	-	-
Amortizações de principal de empréstimos e financiamentos	22.4	-	(38.500)	(101.965)	(144.528)
Amortizações de principal de debêntures	23.2	(300.000)	(300.000)	(335.877)	(668.096)
Amortizações de principal de mútuos obtidos com partes relacionadas		(280.000)	-	-	-
Amortizações de principal de passivo de arrendamentos		(149)	(77)	(25.349)	(16.914)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(1.246.952)	(292.746)	(1.255.581)	(297.105)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(1.827.101)	(351.323)	(1.718.772)	(1.126.643)
PROVENIENTES DE OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE					
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
PROVENIENTES DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	41	-	-	(1.608)	(4.775)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(1.827.101)	(351.323)	(1.720.380)	(1.131.418)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(27.960)	24.495	(1.509.128)	(39.720)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	5	42.700	25.304	3.222.768	2.941.727
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa proveniente de operações em continuidade	5	14.740	49.799	1.437.628	3.132.079
Varição de caixa e equivalentes de caixa proveniente de operações descontinuadas		-	-	276.012	(230.072)
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(27.960)	24.495	(1.509.128)	(39.720)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Demonstrações do Valor Adicionado

dos períodos findos em 30 de junho de 2021 e de 2020
em milhares de reais

VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	Reapresentado 30.06.2020	30.06.2021	Reapresentado 30.06.2020
Receitas				
Venda de energia e outros serviços	-	-	13.211.408	11.176.210
Receita de construção	-	-	1.005.406	611.094
Valor justo do ativo indenizável da concessão	-	-	68.719	4.348
Resultado de ativos e passivos financeiros setoriais	-	-	869.738	24.061
Outras receitas	-	649	24.457	1.252
Perdas de crédito esperadas	-	-	(81.344)	(96.409)
	-	649	15.098.384	11.720.556
(-) Insumos adquiridos de terceiros				
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	4.054.810	3.245.979
Encargos de uso da rede elétrica (-) ESS e EER	-	-	927.002	684.517
Material, insumos e serviços de terceiros	13.743	18.749	1.037.845	455.096
Gás natural e insumos para operações de gás	-	-	279.116	231.778
Custo de construção	-	-	922.480	535.371
Perda de valores ativos	38	5	32.745	24.890
Perdas estimadas p/ redução ao valor recuperável de ativos - <i>Impairment</i>	-	-	(126.206)	102.533
Outros insumos	44.861	16.566	101.351	137.578
	58.642	35.320	7.229.143	5.417.742
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO	(58.642)	(34.671)	7.869.241	6.302.814
(-) Depreciação e amortização	1.134	880	511.491	494.914
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	(59.776)	(35.551)	7.357.750	5.807.900
(+) Valor adicionado transferido				
Resultado da equivalência patrimonial	1.542.602	2.081.603	152.805	27.377
Receitas financeiras	217.777	99.937	506.711	1.313.018
Outras receitas	615	1	108.400	82.171
	1.760.994	2.181.541	767.916	1.422.566
Valor adicionado proveniente de operações descontinuadas	79.858	32.636	224.138	147.910
	1.781.076	2.178.626	8.349.804	7.378.376

(continua)

Demonstrações do Valor Adicionado
 dos períodos findos em 30 de junho de 2021 e de 2020 (continuação)
 em milhares de reais

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	Controladora				Consolidado			
	30.06.2021		30.06.2020		30.06.2021		30.06.2020	
		%		%		%		%
Pessoal								
Remunerações e honorários	5.114		6.164		403.654		393.689	
Planos previdenciário e assistencial	1.402		1.146		122.995		114.128	
Auxílio alimentação e educação	788		711		50.829		54.014	
Encargos sociais - FGTS	279		160		25.673		25.985	
Provisões por desempenho e participação nos lucros	5.006		2.844		144.345		121.727	
	12.589	0,7	11.025	0,5	747.496	9,0	709.543	9,6
Governo								
Federal								
Tributos	4.701		8.124		1.188.219		898.031	
Encargos setoriais	-		-		1.723.007		912.792	
Estadual	27		24		2.221.843		2.132.326	
Municipal	2		6		8.563		3.235	
	4.730	0,3	8.154	0,4	5.141.632	61,6	3.946.384	53,5
Terceiros								
Juros	27.795		34.699		512.874		484.387	
Arrendamentos e aluguéis	129		127		5.832		6.824	
Doações, subvenções e contribuições	-		4.261		1.596		5.474	
	27.924	1,6	39.087	1,8	520.302	6,2	496.685	6,7
Acionistas								
Lucros retidos	1.655.975		2.087.724		1.652.237		2.092.358	
Participações de acionistas não controladores	-		-		63.999		(14.504)	
	1.655.975	93,0	2.087.724	95,8	1.716.236	20,6	2.077.854	28,3
Valor adicionado distribuído proveniente de operações descontinuadas	79.858	4,4	32.636	1,5	224.138	2,6	147.910	1,9
	1.781.076	100,0	2.178.626	100,0	8.349.804	100,0	7.378.376	100,0

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2021

em milhares de reais

1 Contexto Operacional

A Companhia Paranaense de Energia (Copel, Companhia ou Controladora), com sede na Rua José Izidoro Biazetto, 158, Bloco A, Curitiba - PR, é sociedade por ações, de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Estado do Paraná, cujas ações são negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa dos Segmentos Especiais de Listagem da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e também negociadas nas Bolsas de Valores de Nova Iorque (NYSE) e de Madri, no segmento latino-americano (Latibex).

A Copel e suas controladas têm como principais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME, pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a produção, transformação, transporte, distribuição e comercialização de energia, em qualquer de suas formas, principalmente a elétrica. Adicionalmente, a Copel tem participação em consórcios, em empresas privadas e de economia mista, com o objetivo de desenvolver atividades, principalmente nas áreas de energia e gás natural. Em 03.08.2021 foi concluído o desinvestimento em participação de telecomunicações (NE nº 41).

a) Pandemia do coronavírus (Covid-19) e seus impactos

Coronavírus é uma família de vírus descoberto em 2019, após casos registrados na China, que provoca a doença chamada Covid-19. Em 26.02.2020 o primeiro caso de infecção foi identificado no Brasil, no município de São Paulo e no dia 11.03.2020, a Organização Mundial da Saúde - OMS atribuiu o status de pandemia ao coronavírus, tendo em vista a disseminação das contaminações pelo mundo. No Brasil, os governos federal, estaduais e municipais implementaram diversas medidas de atuação com a emergência na saúde pública. No estado do Paraná as medidas incluíram isolamento social e restrições ao funcionamento de atividades não essenciais como forma de retardar a progressão do vírus, bem como ampliando a vacinação para a população em geral. Após um ciclo de agravamento da pandemia que perdurou até meados de junho de 2021, houve uma redução do isolamento social e o aumento da atividade econômica a partir deste período.

A partir de março de 2020, a Administração da Copel emitiu normas que visam garantir o cumprimento das medidas para conter a disseminação da doença na Companhia e minimizar seus impactos e potenciais impactos nas áreas administrativas, de operações e econômico-financeiras.

Nessa linha, a Copel estabeleceu uma Comissão de Contingência, com objetivo de monitorar e mitigar os impactos e consequências nas principais atividades da Companhia, com base nos 4 pilares definidos: (i) segurança das pessoas, (ii) continuidade das atividades essenciais, (iii) monitoramento das orientações e exigências dos órgãos reguladores, e (iv) preservação das condições financeiras adequadas para suportar a crise.

Entre as principais iniciativas implementadas pela Companhia, citam-se as ações para prevenir e mitigar os efeitos do contágio no local de trabalho, tais como: adoção do trabalho em home office nas áreas em que é possível adotar este formato, restrições de viagens, reuniões por vídeo conferência, acompanhamento diário do quadro de saúde e bem estar dos colaboradores e protocolos de contingência de forma a manter integralmente as operações da infraestrutura de energia elétrica, telecomunicações e de gás canalizado, preservando a saúde de seus profissionais, seus acessos seguros aos locais de trabalho, um ambiente que preserve o distanciamento entre indivíduos, higiene e acesso aos equipamentos de proteção individual.

Da mesma forma, a Copel adotou diversas ações em prol de seus clientes, mantendo a confiabilidade e disponibilidade de suas usinas, dos sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica e gás e de telecomunicações, para que os mesmos possam se manter conectados e usufruindo dos serviços da Companhia neste momento de pandemia e distanciamento social.

Efeitos do coronavírus (Covid-19) nas demonstrações financeiras intermediárias

A Copel tem acompanhado as projeções da carga de energia e a partir do segundo trimestre de 2021, apesar da intensidade da segunda onda da pandemia, observou-se a retomada da maioria de setores da economia, evidência de sinais de recuperação, no acumulado do primeiro semestre de 2021 a carga no Sistema Interligado Nacional - SIN já apresenta alta de 7,6% quando comparada ao mesmo período do ano anterior.

No que diz respeito ao cronograma de implantação de projetos de geração e transmissão, ou até mesmo na disponibilidade dos ativos existentes decorrentes de ações locais que impeçam o acesso às instalações ou de problemas com os fornecedores do setor, também afetados pela crise, a Administração, de forma diligente, continua acompanhando os prazos das obras em curso e mantém contínua comunicação com o regulador sobre eventuais atrasos que poderão ocorrer até a normalização das atividades comerciais do mercado como um todo. As obras em andamento da Companhia até o momento não tiveram atrasos significativos.

Com o objetivo de mitigar os impactos e consequências nas principais atividades, a Copel vem monitorando constantemente seus contratos, a liquidez do mercado de energia e o preço de curto prazo, bem como mantém uma comunicação com o Órgão Regulador do setor elétrico brasileiro para a implementação de diretrizes que garantam a manutenção da sustentabilidade econômico-financeira de toda a cadeia de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica.

Neste cenário, para fins de elaboração e divulgação destas demonstrações financeiras intermediárias, a Administração avaliou suas estimativas de forma a identificar os possíveis impactos da Covid-19 nos negócios da Companhia, conforme segue:

a.1) Perdas de crédito esperadas

Um risco potencialmente relevante na emergência da Covid-19 está relacionado à inadimplência de clientes. Neste cenário, a Companhia mantém um contato regular com seus principais clientes, flexibilizando a política de cobrança no período da pandemia e o incremento do nível de digitalização no relacionamento com a Copel.

Apesar do agravamento da pandemia em 2021, em relação ao mercado cativo de distribuição de energia, a Copel, após o fim das restrições impostas pela Aneel, retomou as ações de cobrança junto aos consumidores inadimplentes e criou condições especiais para parcelamento de dívidas, dando condições aos consumidores afetados pelas restrições do distanciamento social em se manter adimplentes perante a Companhia.

Em 26.03.2021 foi emitida a Resolução Aneel nº 928, que impede a suspensão de fornecimento de energia dos consumidores baixa renda e de alguns outros grupos de consumidores, sem impacto relevante para a Copel, tendo em vista que estes consumidores já estão contemplados pela Lei Estadual nº 20.187/2020 que também trata da proibição de corte de fornecimento de energia.

No âmbito dos contratos de energia celebrados no mercado livre, para reduzir o impacto na arrecadação e evitar futuras discussões judiciais, a Copel renegociou com seus clientes com dificuldade no cumprimento dos contratos, propondo parcelamentos e a postergação do vencimento das faturas.

Tanto o saldo de contas a receber da Companhia bem como as estimativas de perdas de créditos esperadas registradas em 30.06.2021 refletem, de maneira tempestiva, a melhor análise da Administração neste momento sobre a qualidade e recuperabilidade desse ativo financeiro.

Ainda que não tenha deteriorado significativamente o indicador de perdas, a Companhia poderá enfrentar uma pressão nesse indicador se houver um prolongamento mais grave da pandemia e restrições mais rígidas de distanciamento social forem implementadas na tentativa de reduzir o nível de contágio entre a população.

a.2) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - *impairment*

As premissas dos ativos não financeiros relevantes da Companhia foram avaliadas individualmente e a Administração conclui pela necessidade de ajustar o valor do *impairment* para alguns ativos, conforme demonstrado na NE nº 18.4.

O ajuste mais significativo ocorreu na termelétrica UEG Araucária, com reversão da totalidade do *impairment* constituído em períodos anteriores tendo em vista que as estimativas de seus fluxos de caixa sejam afetadas pelo aumento da demanda de energia no país, consequência das condições hidrológicas desfavoráveis do período associadas a política operativa do ONS para garantia de suprimento energético, o que faz com que as premissas de despacho da usina ocorram em um período maior que as projeções anteriores.

Em relação as projeções para os empreendimentos hidrelétricos e eólicos, as principais premissas aplicadas na preparação dos modelos de fluxo de caixa não tiveram impacto significativo no curto prazo tendo em vista que a maior parte de energia já está contratada e o montante da energia exposta à liquidação ao PLD não é relevante. No médio prazo, houve impacto nos preços negociados no mercado livre sobre a parte da energia não contratada, mas sem impacto relevante para a Companhia. Por fim, no longo prazo, as principais premissas utilizadas para o cálculo do *impairment* (preços futuros da energia e níveis de GSF) não sofreram alteração significativa, evidenciando-se, portanto, a recuperabilidade dos ativos.

a.3) Recuperação dos tributos diferidos ativos

A Companhia possui saldo de R\$ 1.128.801 de tributos diferidos ativos sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias contabilizados em 30.06.2021. A Companhia avaliou suas estimativas de expectativa de lucro tributável futuro e não identificou necessidade de provisão para perda dos mesmos.

a.4) Valor justo das operações de compra e venda de energia futuras

Os efeitos da pandemia na marcação a mercado dos contratos de compra e venda de energia elétrica ocorreram principalmente na variação dos preços futuros de curto prazo devido a uma hidrologia menos favorável e aumento da carga. No longo prazo os preços futuros da energia elétrica não tiveram variação significativa. Portanto, neste momento, os efeitos da pandemia não causaram impactos significativos no valor justo das operações de compra e venda de energia futuras da Companhia.

a.5) Valor justo de outros ativos e passivos

No momento atual, os efeitos da pandemia não causaram impactos significativos no valor justo dos ativos e passivos da Companhia, principalmente nos ativos originários de contratos de concessão que são realizados a longo prazo e possuem garantia contratual de recebimento de seu saldo residual ao final da concessão e/ou direito de receber caixa durante a concessão. Neste sentido, tendo em vista que não houve alterações nas estimativas e premissas de longo prazo, e que os ativos da Companhia são essenciais e apontam para a continuidade das operações e dos fluxos de caixa no médio e longo prazo, até o momento, seus efeitos não causaram impactos significativos no valor justo dos ativos e passivos da Companhia.

a.6) Benefícios Pós-emprego

A Administração da Companhia tem efetuado monitoramento constante em relação ao valor justo do ativo atuarial dos planos de benefícios pós emprego em decorrência da instabilidade da taxa de juros, que é

determinada com base nos dados de mercado. Apesar da instabilidade econômica neste período de pandemia o valor justo dos ativos dos planos não teve retração em 30.06.2021 em relação ao valor justo de 31.12.2020. Portanto, os planos de benefícios não geraram obrigações adicionais devido a existência de superávit do plano previdenciário e ao fato de o passivo atuarial do plano assistencial estar reconhecido em montante suficiente, frente a atual avaliação.

a.7) Liquidez

A Companhia apresenta atualmente uma situação financeira sólida com bons índices de liquidez e acredita que o capital de giro é suficiente para seus requisitos atuais.

Em 30.06.2021, o capital circulante líquido consolidado da Companhia totaliza R\$ 304.502 (R\$ 1.753.039 em 31.12.2020) com saldo de caixa e equivalente de caixa de R\$ 1.437.628, frente ao saldo de R\$ 3.222.768 em 31.12.2020.

A Companhia vem monitorando a liquidez financeira, considerando captação de recursos e implementando ações de redução de custos, com o objetivo de garantir o cumprimento das obrigações financeiras em dia.

a.8) Outros ativos

A Companhia não identificou quaisquer mudanças nas circunstâncias que indiquem *impairment* de outros ativos. Salienta-se que a Companhia registra as variações dos ativos e passivos financeiros setoriais, atualizados até a data do reajuste/revisão tarifária quando, então, o Poder Concedente homologa o repasse na base tarifária e a Companhia repassa ao consumidor durante o próximo ciclo anual, que na Copel ocorre a partir de 24 de junho de cada exercício.

Diante do exposto acima, ressalta-se que não houve impacto relevante ou material nos negócios da Companhia que pudessem modificar a mensuração dos seus ativos e passivos apresentados nas demonstrações financeiras intermediárias em 30.06.2021 e até a data desta publicação. No entanto, considerando que, como todas as empresas, a Copel está exposta a riscos decorrentes de eventuais restrições legais e de mercado que venham a ser impostas, não é possível assegurar que não haverá impactos nas operações ou que o resultado não será afetado por reflexos futuros que a pandemia poderá provocar.

b) Repactuação do risco hidrológico (Generation Scaling Factor-GSF)

Em 09.09.2020, foi publicada a Lei nº 14.052 que alterou a Lei nº 13.203/2015 estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE desde 2012, com o agravamento da crise hídrica.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados: (i) por empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) pelas restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração

fora da ordem de mérito e importação. Referida compensação dar-se-á mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

Em 01.12.2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895 que estabelece a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE, (iii) não ter repactuado o risco hidrológico.

Na repactuação do risco hidrológico, a Administração exercerá seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, utilizando por analogia os preceitos do CPC 04, tendo em vista tratar-se em essência de um ativo intangível relacionado a direito de outorga decorrente de compensação por custos incorridos em exercícios anteriores. Adicionalmente considerando-se também por analogia o parágrafo 44 do referido CPC 04, o ativo a ser constituído pela repactuação do risco não hidrológico, será reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Companhia, tendo como base os parâmetros determinados pela regulamentação da Aneel, considerando os fluxos futuros esperados nesse novo período de concessão, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia - CCEE. O montante será transformado pela Aneel em extensão do prazo da outorga.

A compensação aos geradores hidroelétricos, que ocorrerá por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração, será reconhecida como um intangível em contrapartida à compensação de custos com energia elétrica.

Em 02.03.2021 a CCEE divulgou os cálculos da repactuação do risco hidrológico e os resultados, que totalizaram R\$ 1.366.343 para as 15 usinas elegíveis da Companhia, foram enviados a Aneel para serem submetidos à análise homologatória. Até a data da publicação destas demonstrações financeiras intermediárias, a Companhia ainda não aderiu à repactuação do risco hidrológico, pois a Administração, apesar da homologação parcial pela Resolução Homologatória Aneel nº 2.919/2021 aguarda a homologação pela Aneel dos aproximadamente 510 dias de média de extensão da outorga para a totalidade de suas usinas, inclusive com as modificações trazidas pela Lei nº 14.182/2021 e a Resolução Normativa Aneel nº 930 de 30.03.2021, para avaliar a possível adesão aos termos da repactuação e renúncia de futuros questionamentos ou ações judiciais em relação aos riscos hidrológicos em questão.

1.1 Participações societárias da Copel

A Copel participa, direta ou indiretamente, em controladas (1.1.1), em empreendimentos controlados em conjunto (1.1.2), em coligadas (1.1.3) e em operações em conjunto (1.1.4).

1.1.1 Controladas

Controlada	Sede	Atividade principal	Participação	
			%	Investidora
Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT)	Curitiba/PR	Geração e transmissão de energia elétrica	100,0	Copel
Copel Distribuição S.A. (Copel DIS)	Curitiba/PR	Distribuição de energia elétrica	100,0	Copel
Copel Telecomunicações S.A. (Copel TEL) (NE nº 41)	Curitiba/PR	Telecomunicações e comunicações	100,0	Copel
Copel Serviços S.A. (Copel SER)	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica	100,0	Copel
Copel Comercialização S.A. (Copel COM)	Curitiba/PR	Comercialização de energia	100,0	Copel
Companhia Paranaense de Gás - Compagás	Curitiba/PR	Distribuição de gás canalizado	51,0	Copel
Eleijor - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica	70,0	Copel
UEG Araucária S.A. (UEGA)	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - gás natural	20,3	Copel
			60,9	Copel GeT
São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A. (São Bento)	Curitiba/PR	Controle e gestão de participações	100,0	Copel GeT
Nova Asa Branca I Energias Renováveis S.A.	S. Miguel do Gostoso/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A.	Parazinho/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A.	Parazinho/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Nova Eurus IV Energias Renováveis S.A.	Touros/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Santa Maria Energias Renováveis S.A.	Maracanaú/CE	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Santa Helena Energias Renováveis S.A.	Maracanaú/CE	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Ventos de Santo Uriel S.A.	João Câmara/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. (Cutia)	Curitiba/PR	Controle e gestão de participações	100,0	Copel GeT
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	100,0	Copel GeT
Marumbi Transmissora de Energia S.A.	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	100,0	Copel GeT
Uirapuru Transmissora de Energia S.A.	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	100,0	Copel GeT
Bela Vista Geração de Energia S.A. (a)	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica	100,0	Copel GeT
F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A. (FDA)	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica	100,0	Copel GeT
Jandaíra I Energias Renováveis S.A. (a) (b)	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Jandaíra II Energias Renováveis S.A. (a) (b)	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Jandaíra III Energias Renováveis S.A. (a) (b)	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Jandaíra IV Energias Renováveis S.A. (a) (b)	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
GE Olho D'Água S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	São Bento
GE Boa Vista S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	São Bento
GE Farol S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	São Bento
GE São Bento do Norte S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	São Bento
Central Geradora Eólica São Bento do Norte I S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Bento do Norte II S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Bento do Norte III S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Miguel I S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Miguel II S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Miguel III S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Guajiru S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Jangada S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Cutia S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Maria Helena S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Esperança do Nordeste S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Paraíso dos Ventos do Nordeste S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia

(a) Fase pré-operacional.

(b) SPEs constituídas com 99,9% de participação da Copel GeT e 0,1% da Cutia. Está em andamento o processo de transferência da totalidade das ações para a Copel GeT.

Aquisição do Complexo Eólico Vilas

Conforme Fato Relevante 10/21 divulgado em 17.05.2021, a Copel GeT assinou contrato para a aquisição de 100% do Complexo Eólico Vilas como parte da estratégia da Companhia de crescimento sustentável em energia renovável. O empreendimento é formado por 5 parques eólicos com 186,7 MW de capacidade instalada, atualmente pertencentes à Voltalia Energia do Brasil S/A, localizados no Município de Serra do Mel - RN. O valor total da transação é de R\$ 1.059.000 com previsão de fechamento para 30.11.2021, condicionado à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e de credores e outras condições precedentes usuais para esse tipo de operação, incluindo o início da operação comercial de todos os parques.

1.1.2 Empreendimentos controlados em conjunto

Empreendimento controlado em conjunto	Sede	Atividade principal	Participação	
			%	Investidora
Votalia São Miguel do Gostoso I Participações S.A.	São Paulo/SP	Participação em sociedades	49,0	Copel
Solar Paraná GD Participações S.A.	Curitiba/PR	Participação em sociedades	49,0	Copel
Paraná Gás Exploração e Produção S.A. (a)	Curitiba/PR	Extração de petróleo e gás natural	30,0	Copel
Caiuá Transmissora de Energia S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT
Integração Maranhense Transmissora de Energia S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT
Matrinchã Transmissora de Energia (TP NORTE) S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT
Guaraciaba Transmissora de Energia (TP SUL) S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	24,5	Copel GeT
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.	Jundiaí/SP	Transmissão de energia elétrica	50,1	Copel GeT
Cantareira Transmissora de Energia S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT

(a) Projeto com suas atividades encerradas dia 26.07.2021. Não há saldo de investimento registrado para este empreendimento.

1.1.3 Coligadas

Coligada	Sede	Atividade principal	Participação %	
			%	Investidora
Dona Francisca Energética S.A.	Agudo/RS	Geração de energia elétrica	23,0303	Copel
Foz do Chopim Energética Ltda.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica	35,77	Copel GeT
Carbocampel S.A.	Figueira/PR	Exploração de carvão	49,0	Copel

1.1.4 Operações em conjunto (consórcios)

Consórcio	Consorticiados	Participação %
Consórcio Energético Cruzeiro do Sul (NE nº 18.3)	Copel GeT	51,0
	Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	49,0
Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu (NE nº 18.3)	Copel GeT	30,0
	Geração Céu Azul S.A. (controlada da Neoenergia S.A.)	70,0
Consórcio Copel Energia a Gás Natural (a)	Copel	49,0
	Shell Brasil Petróleo Ltda.	51,0
Consórcio Paraná IP (b)	Copel	49,0
	Consórcio BRC	51,0

a) **Consórcio Copel Energia a Gás Natural**

Com a intenção de estruturar um plano estratégico de gás natural para o Estado do Paraná, visando desenvolver soluções viáveis na área de gás natural para atendimento aos mercados termelétrico e não termelétrico do Paraná, em julho de 2020 foi constituído o Consórcio Copel Energia a Gás Natural, que tem como finalidade o desenvolvimento estudos de viabilidade técnica, econômico-financeira e socioambiental do projeto, além da elaboração de projetos básicos e obtenção licença ambiental prévia dos empreendimentos.

b) Consórcio Paraná IP

Em setembro de 2020 foi criado o Consórcio Paraná IP, com o objetivo de participar de estudos e licitações visando obtenção de concessões municipais e estabelecimento de Parcerias Público-Privadas com municípios ou consórcios de municípios interessados na modernização de seus sistemas de iluminação pública e no desenvolvimento de soluções de cidades inteligentes (*smart cities*). No entanto, a Companhia aprofundou a prospecção de oportunidades de negócio e as análises de atratividade para atuação no segmento, considerando as recentes concessões efetuadas por municípios para constituição de Parcerias Público-Privadas e os níveis de deságio apresentados pelos potenciais concorrentes e concluiu por não priorizar sua atuação neste serviço no atual momento. O processo de distrato do consórcio foi finalizado em 25.05.2021 com o registro na Junta Comercial do Paraná.

2 Concessões e Autorizações

2.1 Contratos de Concessão/Autorização das participações da Copel

Contratos de Concessão / Autorização das Participações Societárias		Participação %	Vencimento
Copel DIS	Contrato de concessão nº 046/1999, prorrogado pelo 5º Termo Aditivo	100	07.07.2045
Copel TEL (NE nº 41)	Termo de autorização nº 54/2003 - Anatel/SPV/PV/ST	100	Indeterminado
	Termo de autorização nº 305/2012 - Anatel/SPV/PV/ST	100	Indeterminado
Elejor	Contrato de concessão nº 125/2001 - UHE Fundão e UHE Santa Clara	70	28.05.2037
	Autorização - Resoluções nºs 753 e 757/2002 - PCHs Fundão I e Santa Clara I	70	19.12.2032
Dona Francisca Energética	Contrato de concessão nº 188/1998 - UHE Dona Francisca	23	28.08.2033
UEG Araucária	Autorização - Resolução nº 351/1999 - UTE Araucária (60,9% da Copel GeT)	20,3	23.12.2029
Compagás (2.1.1)	Contrato de concessão de distribuição de gás	51	20.01.2019
Paraná Gás	PART-T-300_R12 Nº 4861-.0000.99/2014-00 - ANP	30	15.05.2045
Usina de Energia Eólica São João S.A. (a)	Portaria MME nº 173 /2012 - EOL São João	49	26.03.2047
Usina de Energia Eólica Carnaúba S.A. (a)	Portaria MME nº 204 /2012 - EOL Carnaúbas	49	09.04.2047
Usina de Energia Eólica Reduto S.A. (a)	Portaria MME nº 230 /2012 - EOL Reduto	49	16.04.2047
Usina de Energia Eólica Santo Cristo S.A. (a)	Portaria MME nº 233 /2012 - EOL Santo Cristo	49	18.04.2047

(a) Subsidiária integral da Voltaia São Miguel do Gostoso I Participações S.A.

Usina Hidrelétrica - UHE

Pequena Central Hidrelétrica - PCH

Usina Termelétrica - UTE

Usina Eólioelétrica - EOL

2.1.1 Compagás

A Compagás tem contrato de concessão firmado com o Poder Concedente, o Estado do Paraná, que determina vigência de 30 anos a partir de 06.07.1994.

Em 07.12.2017, o Estado do Paraná publicou a Lei Complementar nº 205, trazendo nova interpretação quanto ao término de vencimento da concessão que ocorria em 20.01.2019. Houve um entendimento entre os acionistas de que a lei poderia ser questionada e a Compagás entrou com ação judicial, pela inconstitucionalidade da Lei. Foi deferida tutela provisória à Compagás reconhecendo a validade da cláusula de vencimento prevista em contrato.

Diante do exposto, no entanto, não houve consenso entre o entendimento da Copel e da Compagás sobre a definição de qual documento deveria ser utilizado para o reconhecimento contábil, de modo que a Copel considerou a Lei Complementar como documento para fins de registro contábil enquanto a Compagás manteve seus registros contábeis considerando a data de vencimento prevista no contrato de concessão.

Em 1º.12.2020, foi emitida a Lei Complementar nº 227 que revogou o artigo 15 da Lei Complementar nº 205/17, que determinava o vencimento da concessão da exploração dos serviços de gás canalizado pela Compagás em 20.01.2019. Diante disso, a Copel reavaliou os saldos do ativo financeiro e ativo intangível da Compagás no seu balanço consolidado, de modo que, a partir de dezembro de 2020, o saldo do ativo financeiro, a ser recebido pela indenização prevista no contrato de concessão, é o mesmo saldo registrado no balanço da sua investida e a diferença gerada pelo ajuste de prática realizado desde dezembro de 2017, registrada no intangível, será amortizada até o final da concessão.

Os impactos estão apresentados a seguir:

30.06.2021	Saldos Compagás	Ajustes	Saldos Copel
BALANÇO PATRIMONIAL			
Ativo não circulante			
Intangível	95.176	18.845	114.021
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
Custos Operacionais			
Amortização	(14.857)	(4.150)	(19.007)

2.2 Contratos de Concessão/Autorização da Copel GeT e das suas participações societárias

Copel GeT	Participação %	Vencimento	
CONCESSÕES ONEROSAS PELO DIREITO DE USO DO BEM PÚBLICO - UBP			
Contrato de Concessão de geração nº 001/2007 - UHE Gov. Jayme Canet Júnior (Mauá)	51	02.07.2042	
Contrato de Concessão nº 001/2011 - UHE Colíder	100	17.01.2046	
Autorização - Portaria nº 133/2011 - PCH Cavernoso II	100	28.02.2046	
Contrato de Concessão nº 002/2012 - UHE Baixo Iguaçu	30	30.10.2049	
Contrato de Concessão nº 007/2013			
UHE Apucarantina	100	12.10.2025	
UHE Chaminé	100	16.08.2026	
UHE Derivação do Rio Jordão	100	15.11.2029	
UHE Cavernoso	100	07.01.2031	
CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO			
Contrato de Concessão nº 045/1999			
UTE Figueira (NE nº 36.2.6)	100	27.03.2019	
UHE São Jorge (NE nº 36.2.6)	100	05.12.2024	
UHE Gov. Ney Aminthas de Barros Braga (Segredo)	100	16.11.2029	
UHE Gov. José Richa (Salto Caxias)	100	05.05.2030	
Contrato de Concessão nº 001/2020			
UHE Guaricana	100	16.08.2026	
Autorização - Resolução nº 278/1999 - EOL Palmas	100	29.09.2029	
Despacho nº 182/2002 - Central Geradora Hidrelétrica - CGH Melissa, CGH Ptanguie e CGH Salto do Vau (apenas registro na Aneel)	100	-	
Contrato de Concessão nº 003/2016 - UHE Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza (GPS)	100	05.01.2046	
UHE Marumbi - Declaração de registro de central geradora: CGH.PH.PR.001501-6.02	100	-	
Resolução Autorizativa Aneel nº 5373/2015 - CGH Chopim I (apenas registro na Aneel)	100	-	
Contratos de Concessão / Autorização das Participações Societárias			
UEG Araucária	Resolução nº 351/1999 - UTE Araucária (20,3% da Copel)	60,9	23.12.2029
Nova Asa Branca I	Portaria MME nº 267/2011 - EOL Asa Branca I	100	25.04.2046
Nova Asa Branca II	Portaria MME nº 333/2011 - EOL Asa Branca II	100	31.05.2046
Nova Asa Branca III	Portaria MME nº 334/2011 - EOL Asa Branca III	100	31.05.2046
Nova Eurus IV	Portaria MME nº 273/2011 - EOL Eurus IV	100	27.04.2046
Santa Maria	Portaria MME nº 274/2012 - EOL SM	100	08.05.2047
Santa Helena	Portaria MME nº 207/2012 - EOL Santa Helena	100	09.04.2047
Ventos de Santo Uriel	Portaria MME nº 201/2012 - EOL Ventos de Santo Uriel	100	09.04.2047
GE Boa Vista	Portaria MME nº 276/2011 - EOL Dreen Boa Vista	100	28.04.2046
GE Farol	Portaria MME nº 263/2011 - EOL Farol	100	20.04.2046
GE Olho D'Água	Portaria MME nº 343/2011 - EOL Dreen Olho D'Água	100	01.06.2046
GE São Bento do Norte	Portaria MME nº 310/2011 - EOL Dreen São Bento do Norte	100	19.05.2046
Esperança do Nordeste	Portaria MME nº 183/2015 - EOL Esperança do Nordeste	100	11.05.2050
Paraíso dos Ventos do Nordeste	Portaria MME nº 182/2015 - EOL Paraíso dos Ventos do Nordeste	100	11.05.2050
Usina de Energia Eólica Jangada	REA nº 3.257/2011 - EOL GE Jangada	100	05.01.2042
Maria Helena	REA nº 3.259/2011 - EOL GE Maria Helena	100	05.01.2042
Usina de Energia Eólica Potiguar	Portaria MME nº 179/2015 - EOL Potiguar	100	11.05.2050
Usina de Energia Eólica Guajiru	REA nº 3.256/2011 - EOL Dreen Guajiru	100	05.01.2042
Usina de Energia Eólica Cutia	REA nº 3.258/2011 - EOL Dreen Cutia	100	05.01.2042
São Bento do Norte I	Portaria nº 349/2015 - EOL São Bento do Norte I	100	04.08.2050
São Bento do Norte II	Portaria nº 348/2015 - EOL São Bento do Norte II	100	04.08.2050
São Bento do Norte III	Portaria nº 347/2015 - EOL São Bento do Norte III	100	04.08.2050
São Miguel I	Portaria nº 352/2015 - EOL São Miguel I	100	04.08.2050
São Miguel II	Portaria nº 351/2015 - EOL São Miguel II	100	04.08.2050
São Miguel III	Portaria nº 350/2015 - EOL São Miguel III	100	04.08.2050
Foz do Chopim	Autorização - Resolução nº 114/2000 - PCH Arturo Andreoli	35,77	24.04.2030
PCH Bela Vista (a)	Resolução Autorizativa nº 913/2007 - transferência de titularidade pela Resolução Autorizativa nº 7802/2019	100	02.01.2041
F.D.A. Geração de Energia Elétrica (NE nº 36.2.6)	Contrato de Concessão de Geração nº 002/2020	100	17.09.2023
Jandaíra I Energias Renováveis (a)	Portaria nº 140/2020 - EOL Jandaíra I	100	02.04.2055
Jandaíra II Energias Renováveis (a)	Portaria nº 141/2020 - EOL Jandaíra II	100	02.04.2055
Jandaíra III Energias Renováveis (a)	Portaria nº 142/2020 - EOL Jandaíra III	100	02.04.2055
Jandaíra IV Energias Renováveis (a)	Portaria nº 139/2020 - EOL Jandaíra IV	100	02.04.2055

(a) Empreendimento em construção.

Copel GeT	Participação %	Vencimento	Próxima revisão tarifária
Contratos de Concessões de Linhas de Transmissão - LT e Subestações - SE			
Contrato nº 060/2001 - Instalações de transmissão (diversos LTs e SEs) - prorrogado pelo 3º termo aditivo	100	01.01.2043	2023
Contrato nº 075/2001 - LT 230 kV Bateias - Jaguariaíva	100	17.08.2031	(b)
Contrato nº 006/2008 - LT 230 kV Bateias - Pilarzinho	100	17.03.2038	2023
Contrato nº 027/2009 - LT 525 kV Foz do Iguçu - Cascavel Oeste	100	19.11.2039	2025
Contrato nº 010/2010 - LT 500 kV Araraquara II - Taubaté	100	06.10.2040	2021
Contrato nº 015/2010 - SE Cerquillo III 230/138 kV	100	06.10.2040	2021
Contrato nº 022/2012 - LT 230 kV Londrina - Figueira e LT 230 kV Foz do Chopim - Salto Osório	100	27.08.2042	2023
Contrato nº 002/2013 - LT 230 kV Assis - Paraguaçu Paulista II e SE Paraguaçu Paulista II 230 kV	100	25.02.2043	2023
Contrato nº 005/2014 - LT 230 kV Bateias - Curitiba Norte e SE Curitiba Norte 230/138 kV	100	29.01.2044	2024
Contrato nº 021/2014 - LT 230 kV Foz do Chopim - Realeza e SE Realeza 230/138 kV	100	05.09.2044	2025
Contrato nº 022/2014 - LT 500 kV Assis - Londrina	100	05.09.2044	2025
Contrato nº 006/2016 - LT 525 kV Curitiba Leste - Blumenau (a) LT 230 kV Baixo Iguçu - Realeza LT 230 kV Curitiba Centro - Uberaba SE Medianeira 230/138 kV SE Curitiba Centro 230/138 kV SE Andirá Leste 230/138 kV	100	07.04.2046	2021
Contratos de Concessão / Autorização das Participações Societárias			
Costa Oeste Transmissora Contrato nº 001/2012: LT 230 kV Cascavel Oeste - Umuarama SE Umuarama 230/138 kV	100	12.01.2042	2022
Caiuá Transmissora Contrato nº 007/2012: LT 230 kV Umuarama - Guaira LT 230 kV Cascavel Oeste - Cascavel Norte SE Santa Quitéria 230/138/13,8 kV SE Cascavel Norte 230/138/13,8 kV	49	10.05.2042	2022
Marumbi Transmissora Contrato nº 008/2012: LT 525 kV Curitiba - Curitiba Leste SE Curitiba Leste 525/230 kV	100	10.05.2042	2022
Integração Maranhense Contrato nº 011/2012: LT 500 kV Açailândia - Miranda II	49	10.05.2042	2022
Matrinchã Transmissora Contrato nº 012/2012: LT 500 kV Paranaíta - Cláudia LT 500 kV Cláudia - Paranatinga LT 500 kV Paranatinga - Ribeirãozinho SE Paranaíta 500 kV SE Cláudia 500 kV SE Paranatinga 500 kV	49	10.05.2042	2022
Guaraciaba Transmissora Contrato nº 013/2012: LT 500 kV Ribeirãozinho - Rio Verde Norte LT 500 kV Rio Verde Norte - Marimbondo II SE Marimbondo II 500 kV	49	10.05.2042	2022
Paranaíba Transmissora Contrato nº 007/2013: LT 500 kV Barreiras II - Rio das Éguas LT 500 kV Rio das Éguas - Luziânia LT 500 kV Luziânia - Pirapora 2	24,5	02.05.2043	2023
Mata de Santa Genebra Contrato nº 001/2014: LT 500 kV Itatiba - Bateias LT 500 kV Araraquara 2 - Itatiba LT 500 kV Araraquara 2 - Fernão Dias SE Santa Bárbara D'Oeste 440 kV SE Itatiba 500 kV SE Fernão Dias 500/440 kV	50,1	14.05.2044	2024
Cantareira Transmissora Contrato nº 019/2014: LT Estreito - Fernão Dias	49	05.09.2044	2025
Urapuru Transmissora Contrato nº 002/2005: LT 525 kV Ivaiporã - Londrina	100	04.03.2035	(b)

(a) Início da operação comercial em 1º.04.2021.

(b) Não passam por revisão tarifária e a RAP reduz para 50% no 16º ano.

3 Base de Preparação

3.1 Base de elaboração

Estas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com o IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitido pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foi aprovada pelo Conselho de Administração em 11.08.2021.

3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

3.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Copel e de suas controladas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre o uso de estimativas e julgamentos referentes à aplicação das políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nestas demonstrações financeiras intermediárias são as mesmas divulgadas na NE nº 3.4 das demonstrações financeiras de 31.12.2020.

3.5 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de concessões de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo (iii) forte geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras; (iv) série histórica de lucros nos últimos exercícios sociais; e (v) cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no Planejamento Estratégico da Companhia, o qual é aprovado pela Administração, acompanhado e revisado periodicamente, buscando a perenidade de suas atividades.

3.6 Reapresentação de saldos comparativos

3.6.1 Operação descontinuada

Em virtude da apresentação dos saldos de operação descontinuada decorrentes do processo de desinvestimento da Copel Telecomunicações S.A., descrito na NE nº 41, os saldos das Demonstrações de Resultados, Demonstrações de Resultados Abrangentes, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Demonstrações do Valor Adicionado estão sendo reapresentados, para fins de comparabilidade, conforme quadro a seguir:

30.06.2020	Controladora			Consolidado		
	Apresentado	Operação descontinuada	Reapresentado	Apresentado	Operação descontinuada	Reapresentado
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO						
Receita operacional líquida	-	-	-	8.821.265	(173.006)	8.648.259
Custos operacionais	-	-	-	(5.846.225)	73.542	(5.772.683)
Lucro operacional bruto	-	-	-	2.975.040	(99.464)	2.875.576
Despesas com vendas	-	-	-	(128.073)	12.831	(115.242)
Despesas gerais e administrativas	(41.246)	-	(41.246)	(374.132)	12.187	(361.945)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(10.649)	-	(10.649)	(119.128)	17.982	(101.146)
Resultado da equivalência patrimonial	2.114.239	(32.636)	2.081.603	27.377	-	27.377
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	2.062.344	(32.636)	2.029.708	2.381.084	(56.464)	2.324.620
Resultado Financeiro	65.162	-	65.162	809.654	11.334	820.988
Lucro operacional	2.127.506	(32.636)	2.094.870	3.190.738	(45.130)	3.145.608
Imposto de renda e contribuição social	(7.146)	-	(7.146)	(1.084.882)	17.128	(1.067.754)
Lucro líquido do período - operações continuadas	2.120.360	(32.636)	2.087.724	2.105.856	(28.002)	2.077.854
Resultado de operações descontinuadas	-	32.636	32.636	-	28.002	28.002
Lucro líquido do período	2.120.360	-	2.120.360	2.105.856	-	2.105.856
Atribuído aos acionistas da empresa controladora	-	-	-	2.120.360	-	2.120.360
Atribuído aos acionistas não controladores	-	-	-	(14.504)	-	(14.504)
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE						
Total de outros resultados abrangentes, líquido de tributos	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	2.120.360	-	2.120.360	2.105.856	-	2.105.856
Atribuído aos acionistas da empresa controladora	-	-	-	2.120.360	-	2.120.360
Atribuído aos acionistas não controladores	-	-	-	(14.504)	-	(14.504)
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA						
Fluxo de caixa das atividades operacionais	403.572	-	403.572	1.843.433	-	1.843.433
Lucro líquido do período	2.120.360	-	2.120.360	2.105.856	-	2.105.856
Ajustes ao lucro	(2.123.431)	9.910	(2.113.521)	142.414	(120.316)	22.098
Variações de ativos e passivos	460.459	-	460.459	251.222	(3.905)	247.317
Impostos e encargos pagos	(53.816)	-	(53.816)	(656.059)	40.054	(616.005)
Resultado de operações descontinuadas	-	(9.910)	(9.910)	-	84.167	84.167
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(27.754)	-	(27.754)	(751.735)	-	(751.735)
Aquisições de imobilizado e intangível	(135)	-	(135)	(180.346)	39.114	(141.232)
Outras atividades	(27.619)	-	(27.619)	(571.389)	-	(571.389)
Operações descontinuadas	-	-	-	-	(39.114)	(39.114)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(351.323)	-	(351.323)	(1.131.418)	-	(1.131.418)
Ingressos de empréstimos e debêntures	-	-	-	-	-	-
Amortizações empréstimos, debêntures e arrendamentos	(338.577)	-	(338.577)	(834.313)	4.775	(829.538)
Outras atividades	(12.746)	-	(12.746)	(297.105)	-	(297.105)
Operações descontinuadas	-	-	-	-	(4.775)	(4.775)
Total dos efeitos no caixa e equivalentes de caixa	24.495	-	24.495	(39.720)	-	(39.720)
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
Valor Adicionado a Distribuir	2.178.626	-	2.178.626	7.378.376	-	7.378.376
Receitas	649	-	649	11.986.929	(266.373)	11.720.556
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(35.320)	-	(35.320)	(5.479.308)	61.566	(5.417.742)
(-) Depreciação e amortização	(880)	-	(880)	(565.564)	70.650	(494.914)
(+) Valor adicionado transferido	2.214.177	(32.636)	2.181.541	1.436.319	(13.753)	1.422.566
Operações descontinuadas	-	32.636	32.636	-	147.910	147.910
Distribuição do Valor Adicionado	2.178.626	-	2.178.626	7.378.376	-	7.378.376
Pessoal	11.025	-	11.025	709.543	-	709.543
Governo	8.154	-	8.154	4.041.989	(95.605)	3.946.384
Terceiros	39.087	-	39.087	520.988	(24.303)	496.685
Acionistas	2.120.360	(32.636)	2.087.724	2.105.856	(28.002)	2.077.854
Operações descontinuadas	-	32.636	32.636	-	147.910	147.910

1º.04.2020 a 30.06.2020	Controladora			Consolidado		
	Apresentado	Ajustes	Reapresentado	Apresentado	Ajustes	Reapresentado
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO						
Receita operacional líquida	-	-	-	4.667.324	(85.752)	4.581.572
Custos operacionais	-	-	-	(2.848.834)	26.640	(2.822.194)
Lucro operacional bruto	-	-	-	1.818.490	(59.112)	1.759.378
Despesas com vendas	-	-	-	(73.160)	6.533	(66.627)
Despesas gerais e administrativas	(21.965)	-	(21.965)	(200.249)	6.174	(194.075)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(2.503)	-	(2.503)	(36.287)	10.838	(25.449)
Resultado da equivalência patrimonial	1.600.785	(22.726)	1.578.059	4.505	-	4.505
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	1.576.317	(22.726)	1.553.591	1.513.299	(35.567)	1.477.732
Resultado Financeiro	39.610	-	39.610	904.240	1.601	905.841
Lucro operacional	1.615.927	(22.726)	1.593.201	2.417.539	(33.966)	2.383.573
Imposto de renda e contribuição social	(7.837)	-	(7.837)	(822.599)	12.127	(810.472)
Lucro líquido do período - operações continuadas	1.608.090	(22.726)	1.585.364	1.594.940	(21.839)	1.573.101
Resultado de operações descontinuadas	-	22.726	22.726	-	21.839	21.839
Lucro líquido do período	1.608.090	-	1.608.090	1.594.940	-	1.594.940
Atribuído aos acionistas da empresa controladora	-	-	-	1.608.090	-	1.608.090
Atribuído aos acionistas não controladores	-	-	-	(13.150)	-	(13.150)
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE						
Total de outros resultados abrangentes, líquido de tributos	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	1.608.090	-	1.608.090	1.594.940	-	1.594.940
Atribuído aos acionistas da empresa controladora	-	-	-	1.608.090	-	1.608.090
Atribuído aos acionistas não controladores	-	-	-	(13.150)	-	(13.150)

3.6.2 Lucro e dividendos por ação

Em 11.03.2021 a Assembleia Geral aprovou a submissão da proposta de reforma integral e consolidação do estatuto da Companhia incluindo, dentre outras modificações, o desdobramento de ações da Companhia, na proporção de 1 ação para 10 ações, de modo que, a cada 1 ação de emissão da Companhia, serão creditadas 9 novas ações de mesma classe e espécie.

Considerando o que determina o item 64 do CPC 41, estas demonstrações financeiras intermediárias apresentam os valores do lucro líquido básico e diluído por ação de 30.06.2020 ajustados, considerando o novo número de ações, após o desdobramento. O quadro a seguir demonstra os valores do lucro por ação apresentados em 30.06.2020 e os valores que estão sendo reapresentados, equivalentes ao valor já divulgado dividido por 10:

30.06.2020	Apresentado	Reapresentado
Lucro líquido básico e diluído por ação atribuído aos acionistas da empresa controladora		
Ações ordinárias	7,40045	0,74005
Ações preferenciais classe "A"	8,14049	0,81405
Ações preferenciais classe "B"	8,14049	0,81405

4 Principais Políticas Contábeis

As políticas contábeis da Companhia são consistentes com aquelas apresentadas nas demonstrações financeiras de 31.12.2020.

4.1 Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2021

A partir do exercício de 2021, estão vigentes as alterações a seguir, sem impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia:

- (i) Revisão anual do CPC nº 17/2020 com alteração nos pronunciamentos: CPC 06 (R2) / IFRS 16, CPC 11 / IFRS 4, CPC 38 / IAS 39, CPC 40 (R1) / IFRS 7 e CPC 48 / IFRS 9 em decorrência da definição do termo “Reforma da Taxa de Juros de Referência – Fase 2”.

5 Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Caixa e bancos conta movimento	353	339	188.666	228.711
Aplicações financeiras de liquidez imediata	14.387	42.361	1.248.962	2.994.057
	14.740	42.700	1.437.628	3.222.768

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do período e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações são remuneradas entre 65,0% e 100,8% da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

6 Títulos e Valores Mobiliários

A Companhia e suas controladas possuem títulos e valores mobiliários que rendem taxas de juros variáveis. O prazo desses títulos varia de 6 a 54 meses a partir do final do período de relatório.

Categoria	Indexador	Controladora		Consolidado	
		30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Cotas de fundos de investimentos (a)	CDI	90	90	237.111	237.141
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	90% a 101% do CDI	-	-	51.750	62.638
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	Selic	-	-	-	751
		90	90	288.861	300.530
	Circulante	90	90	1.514	1.465
	Não circulante	-	-	287.347	299.065

Certificado de Depósito Interbancário - CDI

Taxa de juros equivalente à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic

(a) Tratam-se, em sua maioria, de contas de reserva destinadas ao cumprimento de contratos com o BNDES.

7 Clientes

Consolidado	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Saldo 30.06.2021	Saldo 31.12.2020
Consumidores					
Residencial	364.059	211.685	46.899	622.643	639.424
Industrial	225.622	20.554	70.255	316.431	312.302
Comercial	227.066	43.921	20.765	291.752	335.439
Rural	77.421	20.688	5.122	103.231	109.651
Poder público	29.106	1.488	2.784	33.378	37.370
Iluminação pública	40.831	1	8	40.840	46.615
Serviço público	44.551	188	16	44.755	41.812
Fornecimento não faturado - cativos	567.553	-	-	567.553	583.209
Parcelamento de débitos - cativos (7.1)	219.183	26.374	59.238	304.795	291.847
Subsídio baixa renda - Eletrobras	22.808	-	-	22.808	13.783
Consumidores livres	162.244	1.981	1.177	165.402	163.786
Outros créditos	71.287	23.169	82.902	177.358	168.270
	2.051.731	350.049	289.166	2.690.946	2.743.508
Concessionárias, permissionárias e comercializadoras					
Contratos bilaterais	196.224	59	1.436	197.719	590.335
Contratos regulados	181.768	2.120	6.648	190.536	170.951
CCEE (7.2)	490.425	-	119.665	610.090	328.001
Suprimento de energia elétrica	868.417	2.179	127.749	998.345	1.089.287
Encargos de uso da rede elétrica	289.412	3.071	8.667	301.150	281.508
Distribuição de gás	74.882	1.113	11.414	87.409	70.928
(-) Perdas de créditos esperadas (7.3)	(15.385)	(19.941)	(326.434)	(361.760)	(365.551)
	3.269.057	336.471	110.562	3.716.090	3.819.680
Circulante				3.657.324	3.768.242
Não circulante				58.766	51.438

7.1 Parcelamento de débitos - cativos

Os saldos de parcelamento de débitos estão a valor presente, em 30.06.2021, considerando o montante a ser descontado, as datas de realização, as datas de liquidação e a taxa de desconto, que varia de 0,49% a 3,35% a.m.

7.2 Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Saldo a receber proveniente de posição positiva na liquidação mensal do mercado de curto prazo centralizado pela CCEE. Os valores são recebidos no segundo mês subsequente ao reconhecimento da receita ou são compensados com liquidações futuras quando o resultado apresentar posição negativa para a controlada.

Do total apresentado, R\$ 119.665 se referem à parcela controversa decorrente dos efeitos da liminar pelo excludente de responsabilidade da UHE Colíder. Como resultado de caso fortuito e força maior, a usina atrasou sua operação comercial, inicialmente prevista para janeiro de 2015. A Companhia discute judicialmente o pedido de excludente de responsabilidade para que a obrigatoriedade do fornecimento da energia contratada pela usina, no período em atraso, seja postergada. Foram registradas perdas de crédito esperadas no mesmo valor do saldo a receber, conforme demonstrado na NE nº 7.3.

A Copel GeT protocolou pedido administrativo do excludente de responsabilidade na Aneel, que foi negado,

e subsequentemente, em 18.12.2017, impetrou ação ordinária com pedido de tutela antecipada junto ao Poder Judiciário, solicitando a reversão da decisão da agência. Em 06.04.2018, o Tribunal Federal da 1ª Região deferiu a antecipação de tutela recursal requerida no Agravo de Instrumento para conceder a liminar para suspender a exigência de quaisquer ônus ou imputação de penalidade à Copel em decorrência da ultrapassagem dos marcos temporais do cronograma original do Contrato de Concessão, até o julgamento definitivo. A ação principal está aguardando o julgamento do mérito da ação.

A energia contratada da usina é de 125 MW médios. Para os períodos em atraso o contrato foi cumprido e, em virtude do não julgamento do mérito da ação, a Companhia reconheceu a receita se limitando às cláusulas econômicas do contrato e às regras regulatórias, bem como ao custo da energia para cobertura do lastro contratual.

7.3 Perdas de créditos esperadas

Consolidado	Saldo em 1º.01.2021	Adições / (reversões)	Perdas	Reclassifi- cação (a)	Saldo em 30.06.2021
Consumidores					
Residencial	47.396	51.384	(40.513)	-	58.267
Industrial	88.866	8.199	(18.798)	-	78.267
Comercial	68.723	17.580	(19.965)	-	66.338
Rural	3.937	3.017	(2.844)	-	4.110
Poder público	3.084	74	(248)	-	2.910
Iluminação pública	8	(5)	-	-	3
Serviço público	143	(26)	(113)	-	4
Não faturado - cativos	1.589	436	-	-	2.025
Ajuste a valor presente	(650)	(232)	-	-	(882)
	213.096	80.427	(82.481)	-	211.042
Concessionárias, permissionárias e comercializadoras					
CCEE (7.2)	119.665	-	-	-	119.665
Concessionárias e permissionárias	20.533	394	(109)	-	20.818
	140.198	394	(109)	-	140.483
Telecomunicações	-	2.069	(3.153)	1.084	-
Distribuição de gás	12.257	(1.935)	(87)	-	10.235
	365.551	80.955	(85.830)	1.084	361.760

(a) Reclassificação para Ativos classificados como mantidos para venda (NE nº 41).

8 Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná

A Administração da Companhia e o Estado do Paraná formalizaram, em 31.10.2017, o quinto termo aditivo do contrato de negociação da Conta de Resultados a Compensar - CRC. O Estado do Paraná cumpriu os termos acordados e efetuou os pagamentos das parcelas mensais de juros previstas até dezembro de 2017. Encerrado o período de carência, o Estado do Paraná vem cumprido os pagamentos nas condições contratadas, restando 46 parcelas mensais. O saldo do contrato é atualizado pela variação do IGP-DI e juros de 6,65% a.a.

8.1 Muta o do CRC

	Saldo em 1.01.2021	Juros	Vaia�o monet�ria	Recebimentos	Saldo em 30.06.2021
	1.392.624	43.062	178.405	(184.640)	1.429.451
Circulante	287.789				318.737
N�o circulante	1.104.835				1.110.714

8.2 Vencimento das parcelas de longo prazo

2022	199.022
2023	374.021
2024	398.895
2025	138.776
	1.110.714

9 Ativos e Passivos Financeiros Setoriais Líquidos

9.1 Composição dos saldos de ativos e passivos financeiros setoriais líquidos por ciclo tarifário

Consolidado	30.06.2021		31.12.2020	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ativos financeiros setoriais - reajuste tarifário 2021				
Parcela A				
Energia elétrica para revenda - CVA Energ	-	-	(54.864)	(54.864)
Energia elétrica para revenda - Itaipu	-	-	231.588	231.588
Transporte de energia pela rede básica	-	-	88.137	88.137
Transporte de energia de Itaipu	-	-	9.766	9.766
Encargos de Serviços do Sistema - ESS	-	-	11.266	11.266
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(903)	(903)
Proinfa	-	-	(89)	(89)
Outros componentes financeiros				
Neutralidade	-	-	27.923	27.923
Sobrecontratação	-	-	78.836	78.836
Risco hidrológico	-	-	(143.147)	(143.147)
Devoluções tarifárias	-	-	(76.144)	(76.144)
Outros	-	-	1.096	1.096
	-	-	173.465	173.465
Ativos financeiros setoriais - reajuste tarifário 2022				
Parcela A				
Energia elétrica para revenda - CVA Energ	-	57.305	-	-
Energia elétrica para revenda - Itaipu	-	252.020	-	-
Transporte de energia pela rede básica	-	70.114	-	-
Transporte de energia de Itaipu	-	5.885	-	-
Encargos de Serviços do Sistema - ESS	-	54.354	-	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	11.082	-	-
Proinfa	-	(56)	-	-
Outros componentes financeiros				
Neutralidade	-	7.401	-	-
Sobrecontratação	-	(20.401)	-	-
Risco hidrológico	-	(51.514)	-	-
Devoluções tarifárias	-	(28.523)	-	-
Outros	-	27.718	-	-
	-	385.385	-	-
	-	385.385	173.465	173.465

Consolidado	30.06.2021		31.12.2020	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Passivos financeiros setoriais - reajuste tarifário 2020				
Parcela A			-	
Energia elétrica comprada para revenda - CVA Energ	-	-	9.675	-
Encargos de Serviços do Sistema - ESS	-	-	(3.401)	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(66)	-
Proinfa	-	-	33	-
Transporte de energia pela rede básica	-	-	603	-
Transporte de energia de Itaipu	-	-	214	-
Outros componentes financeiros				
Compensação acordos bilaterais CCEAR	-	-	36.395	-
Risco hidrológico	-	-	(187.817)	-
Devoluções tarifárias	-	-	(41.381)	-
Sobrecontratação	-	-	(26.995)	-
Neutralidade	-	-	21.419	-
Outros	-	-	2.612	-
	-	-	(188.709)	-
Passivos financeiros setoriais - revisão tarifária 2021				
Parcela A				
Energia elétrica para revenda - CVA Energ	(254.140)	-	-	-
Encargos de Serviços do Sistema - ESS	49.661	-	-	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	76.692	-	-	-
Proinfa	21.830	-	-	-
Energia elétrica para revenda - Itaipu	641.404	-	-	-
Transporte de energia pela rede básica	314.433	-	-	-
Transporte de energia de Itaipu	32.394	-	-	-
Outros componentes financeiros				
Devolução créditos Pis e Cofis	(688.350)	-	-	-
Risco hidrológico	(482.924)	-	-	-
Devoluções tarifárias	(112.462)	-	-	-
Sobrecontratação	94.812	-	-	-
Neutralidade	68.912	-	-	-
Compensação acordos bilaterais CCEAR	(375)	-	-	-
Outros	(47.083)	-	-	-
	(285.196)	-	-	-
Passivos financeiros setoriais - revisão tarifária 2023				
Componentes financeiros				
Devoluções tarifárias	-	(21.289)	-	-
	-	(21.289)	-	-
Passivos financeiros setoriais - revisão tarifária 2024				
Componentes financeiros				
Devoluções tarifárias	-	(21.289)	-	-
	-	(21.289)	-	-
Passivos financeiros setoriais - revisão tarifária 2025				
Componentes financeiros				
Devoluções tarifárias	-	(21.290)	-	-
	-	(21.290)	-	-
	(285.196)	(63.868)	(188.709)	-

9.2 Mutação dos ativos e passivos financeiros setoriais líquidos

Consolidado	Saldo em 1.01.2021	Receita Operacional		Resultado financeiro	Bandeiras tarif�rias	Balanco Patrimonial	Saldo em 30.06.2021
		Constitui�o	Amortiza�o	Atualiza�o		Constitui�o	
Parcela A							
Energia el�trica comprada para revenda - Itaipu	463.176	429.032	(13.056)	14.272	-	-	893.424
Energia el�trica comprada p/ revenda - CVA Energ	(100.053)	(10.616)	(4.501)	(3.876)	(77.789)	-	(196.835)
Transporte de energia pela rede b�sica	176.877	210.484	(6.964)	4.150	-	-	384.547
Transporte de energia comprada de Itaipu	19.746	18.875	(870)	528	-	-	38.279
ESS	19.131	213.226	2.396	(1.374)	(129.364)	-	104.015
CDE	(1.872)	89.527	(1.481)	1.600	-	-	87.774
Proinfra	(145)	22.364	(474)	29	-	-	21.774
Outros componentes financeiros							
Devolu�o Pis e Cofins (NE n� 13.2.1)	-	-	13.650	-	-	(702.000)	(688.350)
Neutralidade	77.265	22.190	(22.786)	(356)	-	-	76.313
Compensac�o acordos bilaterais CCEAR	36.395	(383)	(36.387)	-	-	-	(375)
Risco hidrol�gico	(474.111)	(254.529)	197.394	(3.192)	-	-	(534.438)
Devolu�es tarif�rias	(193.669)	(50.804)	43.609	(3.989)	-	-	(204.853)
Sobrecontrata�o	130.677	2.260	25.116	437	(84.079)	-	74.411
Outros	4.804	(15.855)	(1.679)	(35)	-	(6.600)	(19.365)
	158.221	675.771	193.967	8.194	(291.232)	(708.600)	36.321
Ativo circulante	173.465						-
Ativo n�o circulante	173.465						385.385
Passivo circulante	(188.709)						(285.196)
Passivo n�o circulante	-						(63.868)

10 Contas a Receber Vinculadas   Concessão

Consolidado	30.06.2021	31.12.2020
Contrato de concess�o de distribu�o de energia el�trica (10.1)	1.048.138	960.518
Contrato de concess�o de distribu�o de g�s canalizado (10.2)	219.150	189.416
Bonifica�o pela outorga de contrato de concess�o em regime de cotas (10.3)	695.433	671.204
Contrato de concess�o de gera�o de energia el�trica (10.4)	92.455	81.202
	2.055.176	1.902.340
Circulante	6.631	4.515
N�o circulante	2.048.545	1.897.825

10.1 Contrato de concessão de distribu o de energia elétrica

Em 1.01.2021	960.518
Transfer�ncias de ativos de contrato (NE n� 11.1)	46.348
Transfer�ncias para outros cr�ditos (bens destinados a aliena�o)	(282)
Reconhecimento do valor justo	41.559
Baixas	(5)
Em 30.06.2021	1.048.138

O saldo do contrato de concessão da distribuidora   mensurado a valor justo e seu recebimento   assegurado pelo Poder Concedente por meio de indeniza o quando da reversão desses ativos ao término da concessão.

10.2 Contrato de concessão de distribuição de gás canalizado

Em 1º.01.2021	189.416
Transferências de ativos de contrato (NE nº 11.2)	2.116
Transferência de ativo intangível (NE nº 19.3)	543
Reconhecimento do valor justo	27.160
Baixas	(85)
Em 30.06.2021	219.150

10.3 Bonificação pela outorga de contrato de concessão em regime de cotas

Em 1º.01.2021	671.204
Transferências para suprimento de energia elétrica - clientes	(35.919)
Juros efetivos (NE nº 32.1)	60.148
Em 30.06.2021	695.433

A Copel GeT firmou em 05.01.2016, por 30 anos, contrato de concessão da UHE GPS, nos termos da Lei nº 12.783/2013, com pagamento ao Poder Concedente da Bonificação pela Outorga no montante de R\$ 574.827, conforme regras do Edital de Leilão Aneel nº 12/2015.

A energia elétrica em 2016 foi integralmente comercializada no ACR no Sistema de Cota de Garantia Física - CGF ou "regime de cotas" e, a partir de 2017 até o final da concessão, na proporção de 70% da energia no ACR e 30% no Ambiente de Contratação Livre - ACL.

O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como ativo financeiro em função do direito incondicional da Copel GeT de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão.

10.4 Contrato de concessão de geração de energia elétrica

Em 1º.01.2021	81.202
Remuneração	8.649
Reversão de <i>impairment</i> (NE nº 33.4)	2.604
Em 30.06.2021	92.455

Saldo residual dos ativos de geração de energia elétrica da UHE GPS e UHE Mourão I. A Copel GeT depreciou as usinas até 2015, data de vencimento das concessões, e o saldo remanescente foi reclassificado para a rubrica contas a receber vinculadas à concessão.

Apesar de o Poder Concedente ainda não ter divulgado a forma do pagamento da remuneração dos ativos, a expectativa da Administração sobre a indenização desses ativos indica a recuperabilidade do saldo registrado, baseada na metodologia de compensação determinada pela Aneel.

A Copel GeT manifestou tempestivamente à Aneel o interesse no recebimento do valor indenizável. A formalização da comprovação de realização dos respectivos investimentos àquela agência reguladora ocorreu em 17.12.2015. Para elaboração das informações, foi utilizada a metodologia do valor novo de reposição, conforme definido pela Resolução Normativa Aneel nº 596/2013.

11 Ativos de contrato

Consolidado	30.06.2021	31.12.2020
Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica (11.1)	1.490.040	1.114.961
Contrato de concessão de distribuição de gás canalizado (11.2)	31.614	27.254
Contratos de concessão de transmissão (11.3)	4.694.428	4.350.582
	6.216.082	5.492.797
	Circulante	125.462
	Não circulante	6.090.620
		285.682
		5.207.115

11.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Consolidado	Ativo	Obrigações especiais	Total
Em 1º.01.2021	1.144.780	(29.819)	1.114.961
Aquisições	790.916	-	790.916
Participação financeira do consumidor	-	(55.122)	(55.122)
Provisão para litígios adicionada ao custo das obras	3.740	-	3.740
Transferências para o intangível (NE nº 19.1)	(360.333)	44.211	(316.122)
Transferências para contas a receber vinculadas à concessão (NE nº 10.1)	(51.623)	5.275	(46.348)
Baixas	(1.985)	-	(1.985)
Em 30.06.2021	1.525.495	(35.455)	1.490.040

11.2 Contrato de concessão de distribuição de gás canalizado

Em 1º.01.2021	27.254
Aquisições	7.681
Transferências para o intangível (NE nº 19.3)	(1.205)
Transferências para contas a receber vinculadas à concessão (NE nº 10.2)	(2.116)
Em 30.06.2021	31.614

11.3 Contratos de concessão de transmissão

	Ativo concessões	Ativo RBSE	Total
Em 1º.01.2021	3.007.234	1.343.348	4.350.582
Realização de mais/menos valia em combinações de negócios	361	-	361
Transferências para encargos do uso da rede - clientes	(144.103)	(156.225)	(300.328)
Transferências para o imobilizado	(1.092)	-	(1.092)
Transferência de litígios	2.218	-	2.218
Remuneração	259.817	110.958	370.775
Receita de construção	104.626	-	104.626
Margem de construção	1.726	-	1.726
Ganho por eficiência (11.3.1)	73.608	91.952	165.560
Em 30.06.2021	3.304.395	1.390.033	4.694.428

11.3.1 Ganho (perda) por eficiência ou ineficiência na implementação e operação de infraestrutura de transmissão

Na construção e operação da infraestrutura de transmissão, esperam-se possíveis impactos positivos ou negativos em função de atrasos e custos adicionais por questões ambientais, variação dos custos, principalmente com cabos e estruturas quando indexados à moeda estrangeira, custos adicionais de servidão e negociações fundiárias, eventuais imprevistos de terraplanagem, antecipação de prazos de operação comercial e revisão/reajuste da RAP conforme as regras regulatórias e as cláusulas contratuais. Alterações no projeto original que afetem sua lucratividade são reconhecidas diretamente no resultado quando incorrido, exceto a parte da RAP relacionada a performance de operação e manutenção dos ativos que é reconhecida a medida em que os serviços são executados.

No primeiro semestre houve um ganho estimado por eficiência no montante de R\$ 165.560, assim seguem descritos os principais impactos:

- Ganho de R\$ 91.952 decorrente do reperfilamento dos ativos RBSE;
- Ganho de R\$ 52.277 pela Revisão Tarifária Periódica dos contratos 010/2010 (LT Araraquara – Taubaté), 015/2010 (Cerquilha) e 006/2016 (LT Blumenau – Curitiba Leste); e
- Ganho de R\$ 24.804 pelo êxito no pleito parcial da Copel GeT sobre o excludente de responsabilidade referente ao empreendimento Aratau, na qual foi decidido pela extensão de 878 dias do término do contrato de concessão.

11.3.2 Premissas adotadas para o cálculo do ativo de contrato

30.06.2021	Ativo concessões	Ativo RBSE
Margem de construção	1,65%	N/A
Margem de operação e manutenção	1,65%	N/A
Taxa de remuneração (a)	9,60% a.a.	9,54% a.a.
Índice de correção dos contratos	IPCA (b)	IPCA
RAP anual, conforme Resolução Homologatória	439.073	192.288
Custo de construção incorrido das obras em andamento até março/2021		
Contrato nº 006/2016 - LT 525 kV Curitiba Leste - Blumenau	265.271	N/A

(a) Taxa média dos contratos

(b) O contrato 075/2001 - LT 230 kV Bateias - Jaguariaíva, da Copel GET, e o 002/2005 - LT 525 kV Ivaiporã - Londrina, da Uirapuru, são corrigidos pelo IGPM.

12 Outros Créditos

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Valor justo na compra e venda de energia (NE nº 36.2.12)	-	-	1.322.424	689.531
Serviços em curso (a)	7.444	7.444	276.572	260.348
Adiantamento a empregados	5.424	664	229.820	17.785
Repasse CDE (12.2)	-	-	123.735	60.433
Créditos nas operações de aquisição de gás (12.1)	-	-	102.821	120.515
Ressarcimento de valores de consumo de carvão pela CDE	-	-	35.837	28.657
Alienações e desativações em curso	-	17	34.939	36.855
Adiantamento a fornecedores (b)	33	2	25.194	36.609
Valor justos dos derivativos - contrato a termo (NE nº 36.2.3 - b)	-	-	15.897	23.308
Adiantamento para indenizações imobiliárias	-	-	8.288	14.484
Bandeira tarifária - CCRBT	-	-	7.433	7.194
Outros créditos	334	341	75.189	63.926
	13.235	8.468	2.258.149	1.359.645
	Circulante	1.025	944.775	514.185
	Não circulante	7.443	1.313.374	845.460

CCRBT - Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias

(a) Referem-se, em sua maioria, aos programas de P&D e PEE, os quais, após seu término, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim.

(b) Adiantamento previsto em cláusula contratual.

12.1 Créditos nas operações de aquisição de gás - Compagás

Refere-se à aquisição de volumes de gás contratados e garantidos, superiores àqueles efetivamente retirados e utilizados, para os quais o contrato prevê a compensação futura. A Compagás tem o direito de utilizar e compensar esse gás ao longo da vigência do contrato e em até 1 ano após o encerramento, atualmente estabelecido em dezembro de 2023. De acordo com as disposições contratuais e perspectivas de consumo, decorrentes da revisão dos projetos e cenários para os próximos anos, a Compagás estima compensar integralmente os volumes contratados no curso de sua operação. Os contratos com a Petrobras preveem o direito de cessão deste ativo.

12.2 Repasse CDE

Valores da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE a serem repassados à Companhia, para cobertura dos descontos tarifários incidentes sobre as tarifas, definidos na Lei nº 10.438/2002 e Decreto nº 7.891/2013. O valor repassado referente ao período de junho de 2020 a maio de 2021, de acordo com Resolução Homologatória nº 2.704/2020, foi de R\$ 47.005 mensais, alterado para R\$ 47.661 mensais a partir de junho de 2021, pela Resolução Homologatória nº 2.886/2021 de 22.06.2021, a qual homologou o resultado do último Reajuste Tarifário Anual.

13 Tributos

13.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Controladora	Saldo em 1º.01.2021	Reconhecido no resultado	Reconhecido no resultado abrangente	Saldo em 30.06.2021
Ativo não circulante				
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	132.354	16.683	-	149.037
Provisões para litígios	111.193	(6.134)	-	105.059
Perdas de créditos esperadas	49.443	-	-	49.443
Amortização do direito de concessão	4.470	191	-	4.661
Provisão Finam	3.455	-	-	3.455
Benefícios pós-emprego	3.449	106	914	4.469
Outros	4.520	(2.001)	-	2.519
	308.884	8.845	914	318.643
(-) Passivo não circulante				
Atualização de depósitos judiciais	21.620	312	-	21.932
Custo de transação sobre empréstimos e debêntures	1.373	(86)	-	1.287
Instrumentos financeiros	3.759	(1.019)	-	2.740
	26.752	(793)	-	25.959
Líquido	282.132	9.638	914	292.684

Consolidado	Saldo em 1º.01.2021	Reconhecido no resultado	Reclassifi- cação (a)	Reconhecido no resultado abrangente	Saldo em 30.06.2021
Ativo não circulante					
Provisões para litígios	510.680	(27.717)	-	-	482.963
Benefícios pós-emprego	507.037	8.051	-	(15.821)	499.267
<i>Impairment</i>	321.640	2.521	-	-	324.161
Provisão para P&D e PEE	152.498	(18.377)	-	-	134.121
Perdas de créditos esperadas	128.953	(5.187)	-	-	123.766
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	242.735	74.520	-	-	317.255
INSS - liminar sobre depósito judicial	74.540	1.312	-	-	75.852
Provisões por desempenho e participação nos lucros	161.737	(118.077)	-	-	43.660
Amortização do direito de concessão	47.209	2.610	-	-	49.819
Contratos de concessão	21.061	(646)	-	-	20.415
Provisão para compra de energia	18.039	-	-	-	18.039
(-) Reclassificação (a)	(83.742)	(19.719)	16.876	-	(86.585)
Outros	165.893	3.148	-	-	169.041
	2.268.280	(97.561)	16.876	(15.821)	2.171.774
(-) Passivo não circulante					
Contratos de concessão	900.505	144.570	-	-	1.045.075
Custo atribuído ao imobilizado	350.491	(12.485)	-	-	338.006
Instrumentos financeiros derivativos	117.682	6.601	-	-	124.283
Atualização de depósitos judiciais	63.126	355	-	-	63.481
Depreciação acelerada	75.955	-	-	-	75.955
Custo de transação - empréstimos e debêntures	24.569	(3.405)	-	-	21.164
(-) Reclassificação (a)	(2.765)	303	-	-	(2.462)
Outros	31.951	(5.295)	-	-	26.656
	1.561.514	130.644	-	-	1.692.158
Líquido	706.766	(228.205)	16.876	(15.821)	479.616
Ativo apresentado no Balanço Patrimonial	1.191.104				1.128.801
Passivo apresentado no Balanço Patrimonial	(484.338)				(649.185)

(a) Reclassificação para Ativos classificados como mantidos para venda (NE nº 41).

13.1.1 Projeção de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
2021	152.743	(685)	348.662	(85.917)
2022	7.640	(1.576)	230.454	(171.286)
2023	6.580	(1.217)	177.627	(179.114)
2024	6.580	(877)	128.711	(180.920)
2025	6.580	(877)	115.849	(131.782)
2026 a 2028	19.418	(2.632)	236.196	(292.491)
2029 a 2030	119.101	(18.095)	934.275	(650.648)
	318.643	(25.959)	2.171.774	(1.692.158)

13.1.2 Créditos fiscais não reconhecidos

Em 30.06.2021, a UEG Araucária não reconheceu créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais e bases negativas no montante de R\$ 26.682 (R\$ 131.655 em 31.12.2020) por não haver razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para absorção dos referidos ativos.

13.2 **Outros tributos a recuperar e outras obrigações fiscais**

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Ativo circulante				
ICMS a recuperar	-	-	94.718	89.942
PIS/Pasep e Cofins a compensar (a)	-	-	1.516.634	1.474.119
Outros tributos a compensar	-	-	1.333	1.262
	-	-	1.612.685	1.565.323
Ativo não circulante				
ICMS a recuperar	-	-	123.562	84.376
PIS/Pasep e Cofins a compensar (a)	74.038	88.318	4.439.566	4.421.403
Outros tributos a compensar	14	13	33.723	33.719
	74.052	88.331	4.596.851	4.539.498
Passivo circulante				
ICMS a recolher	-	-	199.440	201.138
PIS/Pasep e Cofins a recolher	-	-	170.475	179.133
IRRF sobre JSCP	-	-	-	43.950
Programa Especial de Regularização Tributária	-	-	51.046	50.565
Outros tributos	1.532	952	14.336	15.822
	1.532	952	435.297	490.608
Passivo não circulante				
INSS a recolher - liminar sobre depósito judicial	3.061	2.978	212.825	209.145
Programa Especial de Regularização Tributária - Pert	-	-	387.095	408.738
Outros tributos	-	-	4.675	4.600
	3.061	2.978	604.595	622.483

(a) No saldo estão contidos valores referente a crédito de Pis e Cofins sobre ICMS (NE nº 13.2.1)

13.2.1 Crédito de Pis e Cofins sobre ICMS – Copel Distribuição

Em 12.08.2009, a Copel DIS impetrou mandado de segurança nº 5032406-35.2013.404.7000 perante a 3ª Vara Federal de Curitiba requerendo a concessão de ordem para deixar de incluir o ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como para autorizá-la a proceder a compensação administrativa dos valores recolhidos a maior de tais contribuições sociais, dos últimos cinco anos.

Em 16.06.2020, transitou em julgado acórdão no qual a 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região reconheceu o direito da Copel DIS de excluir da base de cálculo do PIS e COFINS o valor integral do ICMS destacado nas notas fiscais de saída. O acórdão também reconheceu que a prescrição, neste caso, é quinquenal e que, portanto, a Copel tem o direito a ressarcir-se dos valores pagos à partir dos cinco anos anteriores ao ajuizamento do mandado de segurança até a data da decisão transitada em julgado.

Considerando o trânsito em julgado da ação, com decisão favorável para a Companhia, a entrada de benefícios econômicos se tornou praticamente certa e, portanto, o ativo passou a ser realizável. Diante disso a Copel DIS reconheceu o crédito tributário atualizado no ativo, que deverá ser recuperado utilizando dos seguintes expedientes: pela compensação com tributos a recolher dentro do prazo prescricional de 5 anos, e, se necessário, com recebimento de precatórios do Governo Federal.

Adicionalmente, com a assistência de seus assessores legais, a Companhia decidiu pela contabilização do passivo a restituir para os consumidores dos últimos 10 anos do crédito, a contar da data do trânsito em julgado, considerando a legislação vigente, o prazo prescricional definido no código civil e a jurisprudência dos tribunais. A restituição dos créditos de PIS e Cofins aos consumidores aguarda uma conclusão das discussões junto à Aneel a respeito dos mecanismos e critérios de compensação, a partir da efetiva compensação dos créditos fiscais, que se iniciou em junho de 2021 com a habilitação junto à Receita Federal do crédito originário da Cofins.

Em 09.02.2021, a Aneel abriu consulta pública voltada a discutir a forma de devolução dos créditos tributários para os consumidores, conforme descrito na NE nº 30.2. A proposta da Aneel é de que os montantes a serem devolvidos a cada Ciclo Tarifário (créditos junto à Receita Federal do Brasil, somados a eventuais depósitos judiciais já recebidos pela concessionária/permissionária) serão abatidos na fatura de energia elétrica, por meio de seu rateio pelo conjunto de consumidores, sendo definidas cotas-partes de cada um deles a cada ciclo de faturamento, de modo que se considere sua participação no faturamento mensal, também não houve manifestação da Aneel em relação ao período prescricional de devolução do crédito ao consumidor. Até a presente data a Aneel não publicou o resultado da consulta pública.

Ainda, em 09.02.2021, a ANEEL publicou o Despacho Aneel nº 361, estabelecendo que, diante de situações excepcionais, nas quais haja possibilidade de aumento tarifário expressivo, poderá, antecipadamente à conclusão da Consulta Pública nº 005/2021, ser utilizada parte dos créditos do PIS e da Cofins, limitada a 20% (vinte por cento) do total envolvido nas ações judiciais impetradas pelas distribuidoras.

Considerando o Despacho Aneel nº 361/2021, nas tarifas reajustadas a partir de 24.06.2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.886, foram utilizados, como item financeiro, reduzindo a tarifa dos consumidores nos próximos doze meses, R\$ 702.000. Contudo, a Companhia manifestou no processo tarifário o direito de pleitear, caso necessário, ajustes tarifários futuros que equalizem eventuais diferenças financeiras observadas entre os valores ora considerados e os valores efetivamente recuperados de créditos tributários, bem como outros direitos que julgue necessário.

Em 13.05.2021, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento dos embargos de declaração opostos pela União Federal no Recurso Extraordinário 574.706/PR, dando parcial provimento nos seguintes termos: (i) no ponto relativo ao ICMS excluído da base de cálculo das contribuições PIS/COFINS, prevaleceu o entendimento de que se trata do ICMS destacado; e (ii) modular os efeitos do julgado cuja produção haverá de se dar após 15.03.2017, ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até a data da sessão em que proferido o julgamento. Sendo assim a decisão final sobre essa matéria não impactou o trânsito em julgado da ação a favor da Companhia, mantendo o tratamento e valores registrados.

O quadro a seguir apresenta os impactos destes registros no balanço patrimonial e na demonstração do resultado da Copel:

	30.06.2021	30.06.2020
Crédito tributário - principal	3.605.451	3.618.216
Crédito tributário - atualização monetária	2.051.762	2.003.771
Efeito no ativo	5.657.213	5.621.987
PIS/Pasep e Cofins a restituir para consumidores	(3.835.989)	(3.783.134)
(-) Transferência para Passivos Financeiros Setoriais	578.603	-
Obrigações fiscais - Pis/Pasep e Cofins a recolher sobre receita financeira	(96.542)	(93.175)
Imposto de renda e contribuição social	(586.392)	(593.530)
Efeito no passivo	(3.940.320)	(4.469.839)
EFEITO NO BALANÇO PATRIMONIAL	1.716.893	1.152.148
Receita operacional líquida	-	809.154
Receita financeira, líquida de pis e cofins	8.656	936.524
Imposto de renda e contribuição social	(2.943)	(593.530)
EFEITO NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	5.713	1.152.148

Complementarmente, no processo de Revisão Tarifária da Copel DIS de 24.06.2021, foram transferidos para a conta de Passivo Financeiro Setorial o montante de R\$ 702.000 conforme demonstrado na NE nº 9.2, sendo R\$ 578.603 referente a parte de créditos tributários a devolver ao consumidor e R\$ 123.397 dos valores remensurados de março a junho de 2020.

13.2.2 Crédito de PIS e Cofins sobre ICMS – Copel Telecomunicações e Compagás

A Copel Telecomunicações S.A. obteve, em 15.05.2020, em decisão liminar, a tutela antecipada favorável a Companhia, suspendendo a exigibilidade de parcela do Pis e Cofins, reconhecendo que o ICMS não deve ser incluído na base de cálculo dessas contribuições. Dessa forma, a Companhia suspendeu o pagamento desse valor complementar e vinha provisionando os valores aguardando a decisão final do mérito da ação. Os saldos deste passivo, no total de R\$ 4.181 em 31.03.2021, estavam registrados na linha de passivos associados a ativos classificados como mantidos para venda.

Após o julgamento dos Embargos de Declaração opostos pela União no RE nº 574.706, foi publicado o Parecer nº 7.698/21 pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, no qual o órgão orienta a Administração Tributária a deixar de constituir créditos tributários em contrariedade à decisão do Supremo Tribunal Federal, bem como a garantir a todo e qualquer contribuinte o direito de reaver, na seara administrativa, valores que foram recolhidos indevidamente a título de PIS e COFINS.

Com base nesse entendimento e na opinião de seus assessores legais, a Administração realizou a reversão dos valores provisionados a partir de 15.05.2020, e constituiu crédito tributário a recuperar originados a partir de 15.03.2017 que totaliza R\$ 20.728 em 30.06.2021.

A Companhia aguarda o encerramento de sua ação judicial, para iniciar a compensação dos valores do crédito tributário.

No saldo também está contido o registro decorrente do trânsito em julgado da ação judicial em que a Compagás discutia a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e Cofins. Diante da decisão favorável, a Compagás registrou o ativo de R\$ 107.453, em setembro de 2019. Parte destes créditos já foi recuperada de modo que o saldo atualizado, em 30.06.2021, é de R\$ 82.240.

13.3 Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	30.06.2020	30.06.2021	30.06.2020
Lucro antes do IRPJ e CSLL	1.657.324	2.094.870	2.296.057	3.145.608
IRPJ e CSLL (34%)	(563.490)	(712.256)	(780.659)	(1.069.507)
Efeitos fiscais sobre:				
Equivalência patrimonial	516.737	707.745	51.954	9.308
Juros sobre o capital próprio	45.625	-	45.625	-
Dividendos	247	-	248	-
Despesas indedutíveis	(542)	(2.789)	(8.248)	(8.297)
Incentivos fiscais	68	142	6.804	8.051
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL não constituídos	-	-	80.833	(49.415)
Diferença entre bases de cálculo do lucro real e presumido	-	-	26.504	36.801
Outros	6	12	(2.882)	5.305
IRPJ e CSLL correntes	(10.987)	(10.892)	(351.616)	(1.000.235)
IRPJ e CSLL diferidos	9.638	3.746	(228.205)	(67.519)
Alíquota efetiva - %	0,1%	0,3%	25,3%	33,9%

	Controladora		Consolidado	
	1º.04.2021 a 30.06.2021	1º.04.2020 a 30.06.2020	1º.04.2021 a 30.06.2021	1º.04.2020 a 30.06.2020
Lucro antes do IRPJ e CSLL	921.092	1.593.201	1.268.969	2.383.573
IRPJ e CSLL (34%)	(313.171)	(541.689)	(431.449)	(810.415)
Efeitos fiscais sobre:				
Equivalência patrimonial	296.274	536.541	22.464	1.532
Dividendos	247	-	248	-
Despesas indedutíveis	(335)	(2.778)	(1.274)	(4.531)
Incentivos fiscais	68	83	3.781	4.477
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL não constituídos	-	-	83.968	(32.981)
Diferença entre bases de cálculo do lucro real e presumido	-	-	14.947	28.387
Outros	6	6	(4.657)	3.059
IRPJ e CSLL correntes	(10.987)	(7.418)	(69.511)	(742.920)
IRPJ e CSLL diferidos	(5.924)	(419)	(242.461)	(67.552)
Alíquota efetiva - %	1,8%	0,5%	24,6%	34,0%

14 Despesas Antecipadas

Consolidado	30.06.2021	31.12.2020
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Proinfa	22.519	22.408
Prêmios de seguros	12.707	14.453
Outros	1.688	170
	36.914	37.031
	Circulante	35.270
	Não circulante	1.644
		36.987
		44

15 Partes Relacionadas

	Controladora	
	30.06.2021	31.12.2020
Ativo circulante		
Controladas		
UEG Araucária - mútuo (15.2)	-	33.572
Compartilhamento de estrutura	6.013	6.726
Ativo não circulante		
Controladas		
Copel DIS (15.1)	134.685	140.337
Passivo circulante		
Controladas		
Copel CTE - mútuo (15.3)	-	282.817
Compartilhamento de estrutura	528	833
Passivo não circulante		
Controladas		
Adiantamento - Elejor	5.851	5.851

15.1 Copel DIS - Financiamento repassado - STN

A Companhia repassou os empréstimos e financiamentos para suas subsidiárias integrais, quando de sua constituição em 2001. Entretanto, como os contratos de transferências para as subsidiárias não foram passíveis de formalização com as instituições financeiras, tais compromissos encontram-se igualmente registrados na Controladora.

O saldo com a Copel DIS refere-se ao financiamento da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, repassado com a mesma incidência de encargos assumidos pela Companhia (NE nº 22) e apresentado como obrigações por empréstimos e financiamentos na Copel DIS.

15.2 UEGA - Contrato de Mútuo

Em 20.02.2020, foi assinado contrato de mútuo entre a Companhia Paranaense de Energia - Copel e UEG Araucária Ltda - UEGA (mutuária), com aprovação de limites acrescidos de IOF e juros remuneratórios de 119% do CDI, a fim de proporcionar recursos para o financiamento das atividades e negócios da empresa. O valor da receita financeira no período findo em 30.06.2021 foi de R\$ 67 (R\$ 40 em 30.06.2020). Em 29.04.2021 o mútuo foi quitado.

15.3 Copel Telecomunicações - Contrato de Mútuo

Em 19.06.2020, foi assinado contrato de mútuo entre a Copel Telecomunicações S.A. (mutuante) e a Companhia Paranaense de Energia - Copel (mutuária), com aprovação de limites acrescidos de IOF e juros remuneratórios de 120% do CDI, a fim de proporcionar recursos para o financiamento das atividades e negócios da empresa e vigência até 30.06.2021. O valor integral foi liquidado em 30.06.2021, tendo como resultado do período os juros remuneratórios no valor de R\$ 7.688, a tributação sobre o rendimento no valor de R\$ 1.346 e as despesas financeiras no valor de R\$ 2.367.

16 Depósitos Judiciais

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Fiscais	125.057	125.227	359.006	346.659
Trabalhistas	480	440	91.984	72.263
Cíveis				
Cíveis	-	-	73.863	57.006
Servidões de passagem	-	-	8.752	7.156
Consumidores	-	-	3.600	3.479
	-	-	86.215	67.641
Outros	117	71	136	183
	125.654	125.738	537.341	486.746

17 Investimentos

17.1 Mutações dos investimentos

Controladora	Saldo em 1º.01.2021	Equivalência patrimonial	Ajustes de avaliação patrimonial	Aporte e/ou Afac	Redução de capital ou Afac	Amorti- zação	Dividendos e JSCP	Reclassifi- cação (a)	Saldo em 30.06.2021
Controladas									
Copel GeT	10.732.734	1.044.643	(88)	-	-	-	(602.540)	-	11.174.749
Copel DIS	7.212.915	405.076	(184)	-	-	-	(420.718)	-	7.197.089
Copel TEL	757.799	51.755	32.758	-	(25.000)	-	-	-	817.312
Copel TEL - Reclassificação (a)	(758.742)	-	-	-	-	-	-	(10.151)	(768.893)
Copel SER	29.386	(61)	(2.925)	1.600	(28.000)	-	-	-	-
Copel Energia	356.922	44.876	-	2.170	-	-	-	-	403.968
UEG Araucária (17.2)	48.355	56.436	-	-	-	-	-	-	104.791
Compagás (17.2)	252.481	26.588	-	-	-	-	(26.980)	-	252.089
Elejor (17.2)	9.443	(9.443)	-	-	-	-	-	-	-
Elejor - direito de concessão	11.499	-	-	-	-	(376)	-	-	11.123
	18.652.792	1.619.870	29.561	3.770	(53.000)	(376)	(1.050.238)	(10.151)	19.192.228
Empreendimentos controlados em conjunto									
Voltaia São Miguel do Gostoso I (17.3)	107.721	(1.778)	-	-	-	-	-	-	105.943
Voltaia São Miguel do Gostoso - direito de autorização	9.671	-	-	-	-	(184)	-	-	9.487
Solar Paraná	6.831	(69)	-	100	-	-	-	-	6.862
	124.223	(1.847)	-	100	-	(184)	-	-	122.292
Coligadas									
Dona Francisca Energética (17.4)	28.147	4.437	-	-	-	-	(9.579)	-	23.005
Outras	1.940	-	-	-	-	-	-	-	1.940
	30.087	4.437	-	-	-	-	(9.579)	-	24.945
	18.807.102	1.622.460	29.561	3.870	(53.000)	(560)	(1.059.817)	(10.151)	19.339.465

(a) Reclassificação para Ativos classificados como mantidos para venda (NE nº 41).

Consolidado	Saldo em 1º.01.2021	Equivalência patrimonial	Aporte e/ou Afac	Amorti- zação	Dividendos e JSCP	Saldo em 30.06.2021
Empreendimentos controlados em conjunto (17.3)						
Voltaia São Miguel do Gostoso I	107.721	(1.778)	-	-	-	105.943
Voltaia São Miguel do Gostoso - direito de autorização	9.671	-	-	(184)	-	9.487
Caiuá	95.362	5.697	-	-	-	101.059
Integração Maranhense	148.581	9.051	-	-	-	157.632
Matrinchã	734.503	41.338	-	-	(9.254)	766.587
Guaraciaba	361.170	14.853	-	-	(4.966)	371.057
Paranaíba	203.681	17.108	-	-	(6.897)	213.892
Mata de Santa Genebra	661.430	39.483	-	-	-	700.913
Cantareira	359.686	17.373	-	-	-	377.059
Solar Paraná	6.831	(69)	100	-	-	6.862
	2.688.636	143.056	100	(184)	(21.117)	2.810.491
Coligadas						
Dona Francisca Energética (17.4)	28.147	4.437	-	-	(9.579)	23.005
Foz do Chopim Energética (17.4)	9.986	5.312	-	-	(2.831)	12.467
Outras	1.940	-	-	-	-	1.940
	40.073	9.749	-	-	(12.410)	37.412
Propriedades para investimento	808	-	-	(3)	-	805
	2.729.517	152.805	100	(187)	(33.527)	2.848.708

17.2 Controladas com participação de não controladores

17.2.1 Informações financeiras resumidas

Saldos em 30.06.2021	Compagás	Elejor	UEG Araucária
ATIVO	799.226	749.853	778.809
Ativo circulante	287.387	197.876	456.298
Ativo não circulante	511.839	551.977	322.511
PASSIVO	799.226	749.853	778.809
Passivo circulante	214.389	106.927	255.646
Passivo não circulante	90.544	675.486	6.937
Patrimônio líquido	494.293	(32.560)	516.226
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
Receita operacional líquida	351.685	87.679	799.360
Custos e despesas operacionais	(273.335)	(32.718)	(524.685)
Resultado financeiro	1.597	(124.775)	1.348
Equivalência patrimonial	-	-	-
Tributos	(27.811)	23.764	1.992
Lucro (prejuízo) do período	52.136	(46.050)	278.015
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente do período	52.136	(46.050)	278.015
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
Fluxo de caixa das atividades operacionais	76.471	81.686	45.480
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(7.684)	(2.063)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(35.691)	-	(33.554)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	33.096	79.623	11.926
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	110.659	51.616	64.806
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	143.755	131.239	76.732
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	33.096	79.623	11.926

O prejuízo apurado na Elejor é decorrente da atualização monetária sobre o saldo de contas a pagar vinculadas a concessão que aumentou significativamente em decorrência da alta do IGPM, conforme demonstrado na NE nº 27.

17.2.2 Mutação do patrimônio líquido atribuível aos acionistas não controladores

Participação no capital social	Compagás 49%	Elejor 30%	UEG Araucária 18,8%	Consolidado
Em 1º.01.2021	242.578	4.046	44.783	291.407
Lucro líquido (prejuízo) do período	25.547	(13.815)	52.267	63.999
Dividendos	(25.920)	-	-	(25.920)
Em 30.06.2021	242.205	(9.769)	97.050	329.486

17.3 Informações resumidas dos principais empreendimentos controlados em conjunto

	Voltalia	Caiuá	Integração Maranhense	Matrinchã	Guaraciaba	Paranaíba	Mata de Santa Genebra	Cantareira
Saldos em 30.06.2021								
ATIVO	218.415	276.034	497.001	2.567.595	1.308.611	1.758.052	2.758.397	1.620.878
Ativo circulante	3.638	32.126	67.358	449.606	184.494	205.920	346.652	173.966
Caixa e equivalentes de caixa	3.583	7.929	10.442	170.198	54.377	45.465	50.659	28.893
Outros ativos circulantes	55	24.197	56.916	279.408	130.117	160.455	295.993	145.073
Ativo não circulante	214.777	243.908	429.643	2.117.989	1.124.117	1.552.132	2.411.745	1.446.912
PASSIVO	218.415	276.034	497.001	2.567.595	1.308.611	1.758.052	2.758.397	1.620.878
Passivo circulante	2.202	16.623	50.280	200.444	98.424	98.768	154.123	50.706
Passivos financeiros	-	7.377	13.154	86.632	31.782	50.348	107.299	41.140
Outros passivos circulantes	2.202	9.246	37.126	113.812	66.642	48.420	46.824	9.566
Passivo não circulante	-	53.169	125.019	802.688	452.929	786.255	1.205.245	800.664
Passivos financeiros	-	39.235	59.140	706.135	435.490	539.483	1.187.006	477.553
Outros passivos não circulantes	-	13.934	65.879	96.553	17.439	246.772	18.239	323.111
Patrimônio líquido	216.213	206.242	321.702	1.564.463	757.258	873.029	1.399.029	769.508
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO								
Receita operacional líquida	-	18.208	29.818	164.315	78.784	132.848	188.136	95.689
Custos e despesas operacionais	(35)	(2.708)	(2.018)	(14.139)	(11.588)	(8.509)	(16.688)	(20.744)
Resultado financeiro	47	(1.426)	(2.232)	(37.636)	(21.096)	(24.512)	(51.832)	(21.244)
Equivalência patrimonial	(3.636)	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para IR e CSLL	(2)	(2.445)	(7.097)	(28.178)	(15.672)	(29.996)	(40.806)	(18.247)
Lucro (prejuízo) do período	(3.626)	11.629	18.471	84.362	30.428	69.831	78.810	35.454
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	(3.626)	11.629	18.471	84.362	30.428	69.831	78.810	35.454
Participação no empreendimento - %	49,0	49,0	49,0	49,0	49,0	24,5	50,1	49,0
Valor contábil do investimento	105.943	101.059	157.632	766.587	371.057	213.892	700.913	377.059

Em 30.06.2021, a participação da Copel nos passivos contingentes dos seus empreendimentos controlados em conjunto equivale a R\$ 235.064 (R\$ 227.467 em 31.12.2020).

17.4 Informações resumidas das principais coligadas

Saldos em 30.06.2021	Dona Francisca	Foz do Chopim
ATIVO	125.269	39.815
Ativo circulante	14.321	11.185
Ativo não circulante	110.948	28.630
PASSIVO	125.269	39.815
Passivo circulante	24.121	4.962
Passivo não circulante	1.239	-
Patrimônio líquido	99.909	34.853
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO		
Receita operacional líquida	33.762	26.866
Custos e despesas operacionais	(13.534)	(9.191)
Resultado financeiro	192	(1.911)
Provisão para IR e CSLL	(1.151)	(911)
Lucro líquido do período	19.269	14.853
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do período	19.269	14.853
Participação na coligada - %	23,03	35,77
Valor contábil do investimento	23.005	12.467

Em 30.06.2021, a participação da Copel nos passivos contingentes das suas coligadas equivale a R\$ 1.553 (R\$ 1.428 em 31.12.2020).

18 Imobilizado

18.1 Imobilizado por classe de ativos

Consolidado	30.06.2021			31.12.2020		
	Custo	Depreciação acumulada		Custo	Depreciação acumulada	
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	8.085.366	(4.691.490)	3.393.876	8.081.989	(4.600.598)	3.481.391
Máquinas e equipamentos	7.644.581	(2.757.579)	4.887.002	7.644.171	(2.619.939)	5.024.232
Edificações	1.962.667	(1.109.092)	853.575	1.968.591	(1.096.016)	872.575
Terrenos	507.643	(43.577)	464.066	490.177	(38.269)	451.908
Veículos e aeronaves	38.340	(36.884)	1.456	44.617	(42.725)	1.892
Móveis e utensílios	22.700	(16.151)	6.549	22.314	(15.498)	6.816
(-) Impairment (18.4)	(788.735)	-	(788.735)	(925.521)	-	(925.521)
(-) Impairment (18.5)	(25.939)	-	(25.939)	(27.928)	-	(27.928)
(-) Obrigações especiais	(332)	107	(225)	(332)	81	(251)
	17.446.291	(8.654.666)	8.791.625	17.298.078	(8.412.964)	8.885.114
Em curso						
Custo	750.103	-	750.103	734.507	-	734.507
(-) Impairment (18.4)	(133.492)	-	(133.492)	(120.308)	-	(120.308)
(-) Impairment (18.5)	(750)	-	(750)	(3.853)	-	(3.853)
	615.861	-	615.861	610.346	-	610.346
	18.062.152	(8.654.666)	9.407.486	17.908.424	(8.412.964)	9.495.460

18.2 Mutação do imobilizado

Consolidado	Saldo em	Aquisições/	Depreciação	Baixas	Transfe- rências	Saldo em
	1º.01.2021	Impairment				30.06.2021
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	3.481.391	-	(89.662)	2.147	-	3.393.876
Máquinas e equipamentos	5.647.220	-	(212.404)	(20.018)	62.783	5.477.581
Edificações	872.575	-	(19.494)	(354)	848	853.575
Terrenos	451.908	-	(5.309)	(607)	18.074	464.066
Veículos e aeronaves	1.892	-	(462)	(68)	94	1.456
Móveis e utensílios	6.816	-	(755)	(37)	525	6.549
(-) Impairment (18.4)	(925.521)	136.786	-	-	-	(788.735)
(-) Impairment (18.5)	(27.928)	1.989	-	-	-	(25.939)
(-) Obrigações especiais	(251)	-	26	-	-	(225)
(-) Reclassificação (a)	(622.988)	-	-	-	32.409	(590.579)
	8.885.114	138.775	(328.060)	(18.937)	114.733	8.791.625
Em curso						
Custo	795.816	107.938	-	(4.712)	(80.824)	818.218
(-) Impairment (18.4)	(120.308)	(13.184)	-	-	-	(133.492)
(-) Impairment (18.5)	(3.853)	3.103	-	-	-	(750)
(-) Reclassificação (a)	(61.309)	-	-	-	(6.806)	(68.115)
	610.346	97.857	-	(4.712)	(87.630)	615.861
	9.495.460	236.632	(328.060)	(23.649)	27.103	9.407.486

(a) Reclassificação para Ativos classificados como mantidos para venda (NE nº 41).

18.3 Operações em conjunto - consórcios

Os valores registrados no imobilizado, referentes às participações da Copel GeT em consórcios estão demonstrados a seguir:

Empreendimento	Participação (%)	Taxa média anual	30.06.2021	31.12.2020			
	Copel GeT	de depreciação (%)					
UHE Gov. Jayme Canet Júnior - Mauá	51,0						
Consórcio Energético Cruzeiro do Sul							
Em serviço						859.917	859.917
(-) Depreciação Acumulada					3,43	(250.180)	(235.454)
Em curso			22.728	24.827			
			632.465	649.290			
UHE Baixo Iguaçu	30,0						
Em serviço							
(-) Depreciação Acumulada					3,29	(53.153)	(41.803)
Em curso						52.351	50.114
			690.952	700.144			
			1.323.417	1.349.434			

18.4 Perdas estimadas para redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos do segmento de geração

Em 30.06.2021, os empreendimentos com saldos de *impairment* registrados são os seguintes:

Consolidado	Imobilizado			Valor em uso
	Custo	Depreciação	<i>Impairment</i>	
UHE Colíder	2.480.588	(213.186)	(696.697)	1.570.705
UEGA	701.524	(453.844)	-	247.680
Consórcio Tapajós (a)	14.879	-	(14.879)	-
Usinas no Paraná	984.492	(89.079)	(210.651)	684.762
	4.181.483	(756.109)	(922.227)	2.503.147

(a) Projeto em desenvolvimento

O quadro a seguir apresenta a movimentação do saldo de *impairment* no período:

Consolidado	1º.01.2021	<i>Impairment</i>	Saldo em
			30.06.2021
Em serviço			
UHE Colíder	(683.193)	(13.504)	(696.697)
UEGA	(138.777)	138.777	-
Usinas no Paraná	(103.551)	11.513	(92.038)
	(925.521)	136.786	(788.735)
Em curso			
Consórcio Tapajós	(14.464)	(415)	(14.879)
Usinas no Paraná	(105.844)	(12.769)	(118.613)
	(120.308)	(13.184)	(133.492)
	(1.045.829)	123.602	(922.227)

18.4.1 UEG Araucária

Em junho de 2021, o cálculo do valor em uso considerou: i) premissas e orçamentos da Companhia; ii) premissas de geração, de despacho e de custos variáveis; e, iii) atualização da taxa de desconto depois dos impostos em moeda constante em 7,87% a.a. (em 2020, 7,87% a.a.), que derivam da metodologia WACC para o segmento de geração de energia elétrica, acrescida de risco adicional associado à variação da receita. Pela revisão das premissas e do orçamento, foi reconhecida a reversão integral do saldo provisionado para perdas em períodos anteriores tendo em vista principalmente pelo aumento da demanda de energia no país, consequência das condições hidrológicas desfavoráveis do período associadas a política operativa do ONS para garantia de suprimento energético, o que faz com que as premissas de despacho da usina ocorram em um período maior que as projeções anteriores..

18.5 Imobilizado da Copel Telecomunicações

A Administração da Companhia monitora continuamente o ambiente de negócio do segmento de telecomunicações com especial atenção à alguns fatores como o aumento de competitividade do setor, o alto grau de investimento necessário para preservação da carteira de clientes e o retorno esperado deste segmento. O *impairment* registrado em 30.06.2021 é decorrente da estimativa de perdas por desativação de clientes e compõe o saldo de Ativos classificados como mantidos para venda, devido ao processo de desinvestimento da Copel Telecomunicações e das reclassificações efetuadas em atendimento às normas contábeis, conforme descrito na NE nº 41.

18.6 Empreendimentos em construção

18.6.1 PCH Bela Vista

Com um investimento estimado em R\$ 224.000, o empreendimento, que tem 29,81 MW de capacidade instalada e garantia física de 18,4 MW médios, está sendo construído no Rio Chopim, nos municípios de São João e Verê, localizados no sudoeste do estado do Paraná.

A participação no leilão A-6 realizado em 31.08.2018 vendeu 14,7 MW médios em contratos regulados ao preço original de R\$ 195,70/MWh. O contrato de venda de energia tem início de suprimento em 1º.01.2024, prazo de 30 anos e reajuste anual pelo IPCA.

As obras tiveram seu início no mês de agosto de 2019, sendo que a entrada em operação comercial da primeira e segunda unidades geradoras ocorreu em 12.06.2021 e 10.07.2021, respectivamente. A entrada em operação comercial das terceira e quarta unidades está prevista para o final do mês de agosto.

18.6.2 Complexo eólico Jandaíra

Com um investimento estimado em R\$ 411.610, o empreendimento, que tem 90,1 MW de capacidade instalada e garantia física de 47,6 MW médios, está sendo construído nos municípios de Pedra Preta e Jandaíra, no estado do Rio Grande do Norte.

A participação no leilão de geração de energia nova A-6, realizado em 18.10.2019 vendeu 14,4 MW médios em contratos regulados ao preço original de R\$ 98,00/MWh. O contrato de venda de energia tem início de suprimento em 1º.01.2025, prazo de 20 anos e reajuste anual pelo IPCA.

Ao todo, serão instalados 26 aerogeradores divididos em quatro parques eólicos e serão construídos também, junto aos parques, uma subestação e uma linha de transmissão de 16 km para escoar a energia elétrica a ser gerada para o Sistema Interligado Nacional - SIN.

De posse de todas as licenças necessárias, as obras civis tiveram início na primeira semana de janeiro de 2021, sendo que a entrada em operação do empreendimento está prevista entre maio e julho de 2022 de forma escalonada por aerogerador.

19 Intangível

Consolidado	30.06.2021	31.12.2020
Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica (19.1)	6.314.484	6.203.387
Contratos de concessão/autorização de geração (19.2)	537.522	553.840
Contrato de concessão de distribuição de gás canalizado (19.3)	114.021	132.366
Outros intangíveis (19.4)	39.119	39.863
	7.005.146	6.929.456

19.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Consolidado	Ativo intangível em serviço	Obrigações especiais em serviço	Total
Em 1º.01.2021	8.953.486	(2.750.099)	6.203.387
Transferências de ativos de contrato (NE nº 11.1)	360.333	(44.211)	316.122
Transferências para outros créditos	(2.947)	-	(2.947)
Quotas de amortização - concessão (a)	(255.306)	70.900	(184.406)
Quotas de amortização - créditos de PIS/Pasep e Cofins	(5.258)	-	(5.258)
Baixas	(12.414)	-	(12.414)
Em 30.06.2021	9.037.894	(2.723.410)	6.314.484

(a) Amortização durante o período de concessão a partir da transferência para intangível em serviço ou da vida útil dos ativos, dos dois o menor.

Saldo referente à parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão, líquida das obrigações especiais. As obrigações especiais representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, da União, Estados e Municípios, destinados a investimentos em empreendimentos vinculados à concessão, e não são passivos onerosos ou créditos do acionista.

19.2 Contratos de concessão de geração

Consolidado	Contrato de concessão (a)		Direito de concessão e autorização	Total
	em serviço	em curso		
Em 1º.01.2021	195.622	-	358.218	553.840
Quotas de amortização - concessão e autorização (b)	(8.825)	-	(7.493)	(16.318)
Em 30.06.2021	186.797	-	350.725	537.522

(a) Contempla o saldo de uso do bem público e de repactuação do risco hidrológico.

(b) Amortização durante o período de concessão/autorização a partir do início da operação comercial do empreendimento.

19.3 Contrato de concessão de distribuição de gás canalizado

Consolidado	Total
Em 1º.01.2021	132.366
Transferências de ativos de contrato (NE nº 11.2)	1.205
Transferências do contas a receber vinculadas à concessão (NE nº 10.2)	(543)
Quotas de amortização - concessão	(19.007)
Em 30.06.2021	114.021

19.4 Outros intangíveis

Consolidado	em serviço	em curso	Total
Em 1º.01.2021	19.209	20.654	39.863
Aquisições	-	3.655	3.655
Transferências do imobilizado	70	(32)	38
Capitalizações para intangível em serviço	4.409	(4.409)	-
Quotas de amortização (a)	(4.974)	-	(4.974)
Quotas de amortização - créditos de PIS/Pasep e Cofins	(3)	-	(3)
(-) Reclassificação (b)	(95)	635	540
Em 30.06.2021	18.616	20.503	39.119

(a) Taxa anual de amortização: 20%.

(b) Reclassificação para Ativos classificados como mantidos para venda (NE nº 41).

20 Obrigações Sociais e Trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Obrigações sociais				
Impostos e contribuições sociais	1.308	1.609	31.436	42.748
Encargos sociais sobre férias e 13º salário	1.480	907	36.778	29.742
	2.788	2.516	68.214	72.490
Obrigações trabalhistas				
Folha de pagamento, líquida	-	-	67	-
Férias	4.755	2.978	121.267	100.175
Provisões por desempenho e participação nos lucros	13.964	11.263	562.072	483.110
Programa de desligamentos voluntários	-	-	20.908	28.071
Outros	-	2	-	200
	18.719	14.243	704.314	611.556
	21.507	16.759	772.528	684.046

21 Fornecedores

Consolidado	30.06.2021	31.12.2020
Energia elétrica	1.282.478	1.393.899
Materiais e serviços	681.225	671.458
Gás para revenda	55.030	38.574
Encargos de uso da rede elétrica	316.625	332.521
	2.335.358	2.436.452
	Circulante	2.206.102
	Não circulante	129.256
		2.291.307
		145.145

22 Empréstimos e Financiamentos

Consolidado												
Contrato	Empresa	Destinação	Garantias	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Pagamento de encargos	Encargos financeiros do contrato a.a.	Taxa efetiva de juros a.a.	Valor do contrato	30.06.2021	31.12.2020
MOEDA ESTRANGERA												
Secretaria do Tesouro Nacional - STN												
Par Bond	Copel	Reestruturação da dívida.	Garantias depositadas (22.1).	20.05.1998	1	11.04.2024	Semestral	6,0% + 0,20%	6,0% + 0,20%	17.315	79.658	82.933
Discount Bond				20.05.1998	1	11.04.2024	Semestral	1,1250% + 0,20%	1,1250% + 0,20%	12.082	55.027	57.404
Total moeda estrangeira											134.685	140.337
MOEDA NACIONAL												
Banco do Brasil												
CCB 306.401.381 (a)	Copel HOL	Capital de giro.	Cessão de créditos	21.07.2015	2	25.03.2023	Trimestral	135,00% do DI	145,46% do DI	640.005	640.424	640.177
											640.424	640.177
Caixa Econômica Federal												
415.855-22/14		Programa de Eletrificação Rural - Luz para Todos.	Receita própria; emissão de notas promissórias e duplicatas de venda mercantil.	31.03.2015	120	08.12.2026	Mensal	6,0%	6,0%	16.984	10.536	11.496
3153-352	Copel DIS	Aquisição de máquinas, equipamentos, bens de informática e automação.	Cessão fiduciária de duplicatas.	01.11.2016	36	15.12.2021	Mensal	5,5 % acima da TJLP	5,5 % acima da TJLP	1.156	81	165
											10.617	11.661
Banco do Brasil - Repasse BNDES												
21/02000-0	Copel GeT	Implementação da UHE Mauá.	Receita proveniente da comercialização de energia da usina.	16.04.2009	179	15.01.2028	Mensal	2,13% acima da TJLP	2,13% acima da TJLP	169.500	77.999	83.936
											77.999	83.936

(a) Dívida renegocida em março de 2021, com alteração nas datas de amortização e no valor dos encargos financeiros.
(continua)

Consolidado														
Contrato	Empresa	Destinação	Garantias	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Pagamento de encargos	Encargos financeiros do contrato a.a.	Taxa efetiva de juros a.a.	Valor do contrato	30.06.2021	31.12.2020		
BNDES														
820989.1	Copel GeT	Implementação da UHE Mauá.	Receita proveniente da comercialização de energia da usina.	17.03.2009	179	15.01.2028	Mensal	1,63% acima da TJLP	1,63% acima da TJLP	169.500	77.999	83.935		
1120952.1		Implantação de linha de transmissão entre as subestações Foz do Iguçu e Cascavel Oeste.	Cessão fiduciária de direitos creditórios; receita proveniente da prestação de serviços de transmissão.	16.12.2011	168	15.04.2026	Mensal	1,82% e 1,42% acima da TJLP	1,82% e 1,42% acima da TJLP	44.723	16.089	17.756		
1220768.1		Implantação da FCH Cavernoso II.	Receita proveniente da comercialização de energia da usina.	28.09.2012	192	15.07.2029	Mensal	1,36% acima da TJLP	1,36% acima da TJLP	73.122	38.988	41.405		
13211061		Implantação da UHE Coldier.	Cessão fiduciária de direitos creditórios.	04.12.2013	192	15.10.2031	Mensal	0% e 1,49% acima da TJLP	6,43% e 7,68%	1.041.155	713.456	748.083		
13210331		Implantação da subestação Cerquillo III.		03.12.2013	168	15.08.2028	Mensal	1,49% e 1,89% acima da TJLP	1,49% e 1,89% acima da TJLP	17.644	9.411	10.069		
15206041		Implantação de linha de transmissão Assis - Paraguaçu Paulista II.		28.12.2015	168	15.06.2030	Mensal	2,42% acima da TJLP	9,04%	34.265	19.209	20.280		
15205921		Implantação de linhas de transmissão Londrina - Figueira e Salto Osório - Foz do Chopim.		28.12.2015	168	15.12.2029	Mensal	2,32% acima da TJLP	8,93%	21.584	11.493	12.171		
18205101		Implantação da UHE Baixo Iguçu		22.11.2018	192	15.06.2035	Mensal	1,94% acima da TJLP	8,50%	194.000	177.714	184.087		
19207901- A+B+E+F+G+H		Implantação das instalações de transmissão das linhas: SE Medianeira; SE Curitiba Centro e Curitiba Uberaba e SE Andará Leste.		03.06.2020	279	15.12.2043	Mensal	IFCA + 4,8165%	IFCA + 4,8570%	206.882	162.859	158.351		
19207901- C+D+H+J		Implantação das instalações de transmissão das linhas: Linha de Transmissão Curitiba Leste - Blumenal e Baixo Iguçu - Realeza.		03.06.2020	267	15.12.2043	Mensal	IFCA + 4,8165%	IFCA + 4,8570%	225.230	118.505	110.699		
14205611-A	Copel DIS	Preservação de negócios, melhorias, suporte operacional e investimentos gerais em expansão e consolidação de projetos e programas de Investimentos Sociais de Empresas (ISE)		Fiança da Copel; cessão fiduciária de receitas e direitos indenizatórios da concessão.	15.12.2014	72	15.01.2021	Mensal	2,09% acima da TJLP	8,37%	41.583	-	585	
14205611-B					15.12.2014	6	15.02.2021	Anual	2,09 acima da TR BNDES	2,09 acima da TR BNDES	17.821	-	4.329	
14205611-C					15.12.2014	113	15.06.2024	Mensal	6,0%	6,0%	78.921	23.511	27.434	
14205611-D			15.12.2014		57	15.02.2021	Mensal	TJLP	TJLP	750	-	2		
14.2.1271.1	Santa Maria	Construção e implantação de centrais geradoras eólicas	Fiança da Copel; penhor de ações; cessão fiduciária de direitos creditórios; cessão fiduciária de receitas.	01.06.2015	192	15.08.2031	Mensal	1,66% acima da TJLP	8,26%	71.676	39.706	41.665		
14.2.1272.1	Santa Helena			01.06.2015	192	15.08.2031	Mensal	1,66% acima da TJLP	8,26%	82.973	43.083	45.208		
11211521	GE Farol			19.03.2012	192	15.06.2030	Mensal	2,34% acima da TJLP	2,34% acima da TJLP	54.100	35.510	37.470		
11211531	GE Boa Vista			19.03.2012	192	15.06.2030	Mensal	2,34% acima da TJLP	2,34% acima da TJLP	40.050	26.251	27.701		
11211541	GE S.B. do Norte			19.03.2012	192	15.06.2030	Mensal	2,34% acima da TJLP	2,34% acima da TJLP	90.900	59.537	62.824		
11211551	GE Olho D'Água			19.03.2012	192	15.06.2030	Mensal	2,34% acima da TJLP	2,34% acima da TJLP	97.000	63.584	67.096		
18204611	Cutia			Penhor de ações; cessão fiduciária de direitos creditórios.	10.10.2018	192	15.07.2035	Mensal	2,04% acima da TJLP	8,37%	619.405	575.721	588.169	
13212221 - A	Costa Oeste			Implantação de linha de transmissão entre as subestações Cascavel Oeste e Umuarama Sul e implantação da subestação Umuarama Sul.	Cessão fiduciária de direitos creditórios; 100% das ações penhoradas.	03.12.2013	168	30.11.2028	Mensal	1,95% + TJLP	1,95% + TJLP	27.634	15.968	17.046
13212221 - B						03.12.2013	106	30.09.2023	Mensal	3,5%	3,5%	9.086	1.795	2.194
14205851 - A	Marumbi			Implantação de linha de transmissão entre as subestações Curitiba e Curitiba Leste e implantação da subestação Curitiba Leste.		08.07.2014	168	30.06.2029	Mensal	2,00% + TJLP	2,00% + TJLP	33.460	20.730	22.029
14205851 - B		08.07.2014	106			30.04.2024	Mensal	6,0%	6,0%	21.577	6.416	7.550		
Total moeda nacional											2.257.535	2.338.138		
										Divida bruta	3.121.260	3.214.249		
										(-) Custo de transação	(25.443)	(25.718)		
										Divida líquida	3.095.817	3.188.531		
										Circulante	202.775	717.677		
										Não Circulante	2.893.042	2.470.854		

DI - Depósito interbancário
 IFCA - Índice nacional de preços ao consumidor amplo
 TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

22.1 Cauções e depósitos vinculados – STN

Constituição de garantias, sob a forma de caução em dinheiro, *Par Bond*, no valor de R\$ 75.513 (R\$ 78.764 em 31.12.2020), e *Discount Bond*, no valor de R\$ 52.530 (R\$ 54.757 em 31.12.2020), destinadas a amortizar os valores de principal, correspondentes aos contratos da STN, quando da exigência de tais pagamentos, em 11.04.2024. Os valores são atualizados mediante aplicação da média ponderada das variações percentuais dos preços do Bônus de Zero Cupom do Tesouro dos Estados Unidos da América, pela participação de cada série do instrumento na composição da carteira de garantias de principal, constituídas no contexto do Plano Brasileiro de Financiamento de 1992.

22.2 Composição dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador

Consolidado		30.06.2021	%	31.12.2020	%
Moeda estrangeira - variação da moeda no período (%)					
Dólar norte-americano	(3,95)	134.685	4,35	140.337	4,40
		134.685	4,35	140.337	4,40
Moeda nacional - indexadores ao final do período (%)					
TJLP	4,61	2.001.992	64,66	2.090.340	65,56
CDI	4,15	638.093	20,61	638.431	20,02
IPCA	3,77	278.789	9,01	270.749	8,49
Sem indexador (taxa fixa anual)	-	42.258	1,37	48.674	1,53
		2.961.132	95,65	3.048.194	95,60
		3.095.817	100,00	3.188.531	100,00

22.3 Vencimentos das parcelas de longo prazo

30.06.2021	Controladora			Consolidado		
	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida líquida	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida líquida
2022	320.003	(682)	319.321	420.346	(1.554)	418.792
2023	320.003	(302)	319.701	522.001	(2.034)	519.967
2024	133.516	-	133.516	331.629	(1.738)	329.891
2025	-	-	-	195.723	(1.735)	193.988
2026	-	-	-	195.933	(1.738)	194.195
Após 2026	-	-	-	1.249.778	(13.569)	1.236.209
	773.522	(984)	772.538	2.915.410	(22.368)	2.893.042

22.4 Mutação de empréstimos e financiamentos

Controladora	Moeda estrangeira	Moeda nacional	Total
Em 1º.01.2021	140.337	638.431	778.768
Encargos	3.005	12.620	15.625
Variação monetária e cambial	(5.489)	-	(5.489)
Pagamento - encargos	(3.168)	(12.958)	(16.126)
Em 30.06.2021	134.685	638.093	772.778

Consolidado	Moeda estrangeira	Moeda nacional	Total
Em 1º.01.2021	140.337	3.048.194	3.188.531
Encargos	3.005	84.757	87.762
Variação monetária e cambial	(5.489)	12.435	6.946
Amortização - principal	-	(101.965)	(101.965)
Pagamento - encargos	(3.168)	(82.289)	(85.457)
Em 30.06.2021	134.685	2.961.132	3.095.817

22.5 Cláusulas contratuais restritivas - *covenants*

A Companhia e suas controladas contrataram empréstimos e financiamentos com cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como não alterar a participação acionária da Companhia no capital social das controladas que represente alteração de controle sem a prévia anuência. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

Em 31.12.2020, todos os indicadores financeiros medidos apenas anualmente foram integralmente atendidos. Em 30.06.2021, todos os demais indicadores e condições acordados foram integralmente atendidos.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos:

Empresa	Instrumento Contratual	Indicadores financeiros anuais	Limite
Copel GeT	BNDES Finem nº 820989.1 - Mauá Banco do Brasil nº 21/02000-0 - Mauá	Ebitda / Resultado Financeiro Líquido	≥ 1,3
Copel DIS	BNDES Finem nº 14205611	Endividamento Financeiro / Ebitda ajustado	≤ 4,0
Santa Maria	BNDES Finem nº 14212711	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3
Santa Helena	BNDES Finem nº 14212721		
São Bento Energia, Investimento e Participações GE Boa Vista S.A. GE Farol S.A. GE Olho D'Água S.A. GE São Bento do Norte S.A.	Contrato de Cessão BNDES BNDES Finem nº 11211531 BNDES Finem nº 11211521 BNDES Finem nº 11211551 BNDES Finem nº 11211541	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3
Cutia	BNDES Finem nº 18204611	Índice de cobertura do serviço da dívida (a)	≥ 1,2
Costa Oeste	BNDES Finem nº 13212221	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3
Marumbi	BNDES Finem nº 14205851	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3

Financiamento a empreendimentos - Finem

(a) indicador calculado com os valores das demonstrações financeiras consolidadas da Cutia Empreendimentos Eólicos S.A.

23 Debêntures

Empresa	Emissão	Características	Destinação	Garantias	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Pagamento de encargos	Encargos financeiros do contrato a.a.	Taxa efetiva de juros a.a.	Valor do contrato	30.06.2021	31.12.2020
Copel	7ª	(a)	Capital de giro e/ou realização de investimentos da emissora.	Fidejussória	19.01.2018	2	19.01.2021	Semestral	119,0% da taxa DI	125,18% do DI	600.000	-	303.101
	8ª		Pagamento da 6ª emissão de debêntures e reforço da estrutura de capital.		14.06.2019	1	14.06.2022	Semestral	106,0% da taxa DI	110,93% do DI	500.000	500.982	500.475
Copel GeT	3ª	(a)	Capital de giro e/ou realização de investimentos da emissora.	Fidejussória	20.10.2017	3	20.10.2022	Semestral	126,0% da taxa DI	131,21% da taxa DI	1.000.000	672.100	669.811
	4ª		Resgate antecipado total da 4ª emissão de notas promissórias e pagamento parcial da 1ª parcela de amortização da 2ª emissão de debêntures.		23.07.2018	3	23.07.2023	Semestral	126,0% da taxa DI	133,77% da taxa DI	1.000.000	1.014.485	1.010.625
	5ª	(b)	Reembolso de gastos da construção das Linhas de Transmissão Araraquara II - Taubaté, Assis - Londrina e Foz do Chopim.		25.09.2018	5	15.09.2025	Semestral	IPCA + 7,6475%	IPCA + 8,3295%	290.000	335.819	322.110
	6ª (série 1)	(c)	Resgate antecipado total da 5ª emissão de notas promissórias e pagamento parcial da 2ª parcela de amortização da 2ª emissão de debêntures.		15.07.2019	2	15.07.2024	Semestral	109,0% da taxa DI	111,25% da taxa DI	800.000	810.411	807.793
	6ª (série 2)		Reembolso de gastos com os projetos UHE Colider e UHE Baixo Iguaçu		15.07.2019	1	15.07.2025	Semestral	IPCA + 3,90%	IPCA + 4,46%	200.000	224.291	215.265
Copel DIS	3ª	(a)	Capital de giro e/ou realização de investimentos da emissora.	Fidejussória	20.10.2017	2	20.10.2022	Semestral	126,0% da taxa DI	130,85% da taxa DI	500.000	504.075	502.358
	4ª		Capital de giro e pagamento da 1ª parcela de amortização da 2ª emissão de debêntures.		27.09.2018	3	27.09.2023	Semestral	DI + spread 2,70%	CDI + 3,96%	1.000.000	1.014.874	1.011.796
	5ª (série 1)	(c)	Investimento para expansão, renovação ou melhoria e reembolso de despesas da rede de distribuição de energia elétrica da Emissora vinculada ao contrato de concessão nº 46/1999 da ANEEL.		15.11.2019	3	15.11.2027	Semestral	IPCA + 4,20%	IPCA + 4,61%	500.000	551.788	529.349
	5ª (série 2)		Reforço do capital de giro e recomposição de caixa pela amortização final da 2ª emissão de debêntures.		15.11.2019	2	15.11.2022	Semestral	DI + spread 1,45%	CDI + 1,65%	350.000	352.156	351.479
Brisa Potiguar	2ª (série 1)	(d)	Implantação de centrais geradoras eólicas.	Real e fidejussória e penhor de ações da Copel GeT	24.03.2016	192	15.07.2032	Mensal	TJLP + 2,02%	TJLP + 2,02%	147.575	104.926	109.677
	2ª (série 2)				24.03.2016	192	15.07.2032	Mensal	IPCA + 9,87%	IPCA + 10,92%	153.258	130.130	130.449
Cutia	1ª	(b)	Construção e implantação de centrais geradoras eólicas.	Fidejussória	20.03.2019	26	15.12.2031	Semestral	IPCA + 5,8813%	IPCA + 6,83%	360.000	360.192	353.166
Compagás	2ª	(e)	Financiar plano de investimentos da emissora.	Flutuante	15.04.2016	54	15.12.2021	Trimestral	TJLP+2,17% SELIC+2,17%	TJLP+2,17% SELIC+2,17%	33.620	1.500	3.000
	3ª	(f)	Financiar plano de investimentos da emissora.	Real	17.12.2019	18	28.06.2021	Mensal	DI + spread 0,88%	5,68%	43.000	-	14.475
											Dívida bruta	6.579.175	6.837.819
											(-) Custo de transação	(69.907)	(80.338)
											Dívida líquida	6.509.268	6.757.481
											Circulante	2.086.085	1.881.411
											Não Circulante	4.423.183	4.876.070

- (a) Debêntures simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografia, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476. Interviente garantidora: Copel. Agente fiduciário: Pentágono S.A. DTVM.
- (b) Debêntures simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476. Interviente garantidora: Copel. Agente fiduciário: Pentágono S.A. DTVM.
- (c) Debêntures simples, duas séries, não conversíveis em ações, da espécie quirografia, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476. Interviente garantidora: Copel. Agente fiduciário: Pentágono S.A. DTVM.
- (d) Debêntures simples, duas séries, não conversíveis em ações, emissão privada. Empresas: Nova Asa Branca I, Nova Asa Branca II, Nova Asa Branca III, Nova Eurus e Ventos de Santo Uriel. Interviente garantidora: Copel. Não possui agente fiduciário.
- (e) Debêntures simples e nominativas, com série única, em emissão privada, com colocação exclusiva para a BNDESPAR. Garantidora: Compagás. Agente fiduciário: BNDES Participações S.A - BNDESPAR.
- (f) Debêntures simples e nominativas, com série única, em emissão privada, com distribuição pública de esforços restritos. Garantidora: Compagás. Agente fiduciário: Simplific Pavarini DTVM Ltda.

23.1 Vencimentos das parcelas de longo prazo

30.06.2021	Controladora			Consolidado		
	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida líquida	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida líquida
2022	-	-	-	1.515.267	(8.772)	1.506.495
2023	-	-	-	1.177.478	(12.064)	1.165.414
2024	-	-	-	508.815	(6.982)	501.833
2025	-	-	-	520.276	(5.297)	514.979
2026	-	-	-	244.055	(3.756)	240.299
Após 2026	-	-	-	506.588	(12.425)	494.163
	-	-	-	4.472.479	(49.296)	4.423.183

23.2 Mutação das debêntures

	Controladora	Consolidado
Em 1º.01.2021	801.289	6.757.481
Encargos e variação monetária	8.050	247.081
Amortização - principal	(300.000)	(335.877)
Pagamento - encargos	(9.806)	(139.058)
Reclassificação (a)	-	(20.359)
Em 30.06.2021	499.533	6.509.268

(a) Reclassificação para Passivos associados a ativos classificados como mantidos para venda (NE nº 41).

23.3 Cláusulas contratuais restritivas - *covenants*

A Copel e suas controladas emitiram debêntures com cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como não alterar a participação acionária da Companhia no capital social, que represente alteração de controle sem a prévia anuência dos debenturistas; não realizar, sem prévia e expressa autorização dos debenturistas, distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio, caso esteja em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias ou não atenda aos índices financeiros estabelecidos. O descumprimento destas condições poderá implicar vencimento antecipado das debêntures, bem como penalidades perante os órgãos reguladores.

Em 31.12.2020, todos os indicadores financeiros medidos anualmente foram integralmente atendidos, exceto a controlada Ventos de Santo Uriel que não atendeu ao Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD de 1,3. Contudo, a Companhia preventivamente solicitou e recebeu, em 31.12.2020, conforme carta do BNDES, com a referência AE/DEENE2 nº 186/2020, o compromisso da instituição bancária de não declarar o vencimento antecipado da escritura de debêntures, com base no desempenho desse índice no ano de 2020.

Em 30.06.2021, todos os demais indicadores e condições acordados foram integralmente atendidos.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de debêntures:

Empresa	Instrumento Contratual	Indicadores financeiros anuais	Limite
Copel	7ª Emissão de Debêntures 8ª Emissão de Debêntures		
Copel GeT	3ª Emissão de Debêntures 4ª Emissão de Debêntures 5ª Emissão de Debêntures 6ª Emissão de Debêntures	Dívida líquida consolidada / Ebitda consolidado Índice de cobertura do serviço da dívida	≤ 3,5 ≥ 1,5
Copel DIS	3ª Emissão de Debêntures 4ª Emissão de Debêntures 5ª Emissão de Debêntures		
Copel TEL	1ª Emissão de Debêntures 2ª Emissão de Debêntures 3ª Emissão de Debêntures		
Compagás	2ª Emissão de Debêntures	Dívida líquida / Ebitda	≤ 3,5
		Endividamento Geral	≤ 0,7
	3ª Emissão de Debêntures	Dívida líquida / Ebitda	≤ 3,5
Nova Asa Branca I Nova Asa Branca II Nova Asa Branca III Nova Eurus IV Ventos de Santo Uriel	2ª Emissão de Debêntures	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3
Cutia	1ª Emissão de Debêntures	Índice de cobertura do serviço da dívida (a)	≥ 1,2

(a) indicador calculado com os valores das demonstrações financeiras consolidadas da Cutia Empreendimentos Eólicos S.A.

24 Benefícios Pós-emprego

A Companhia e suas controladas patrocinam planos previdenciários para complementação de aposentadoria e pensão (Plano Unificado e Plano III) e Plano Assistencial, para assistência médica e odontológica (Planos Prosaúde II e Prosaúde III), para seus empregados ativos e seus dependentes legais. O patrocínio vitalício do Plano Assistencial para os aposentados, pensionistas e dependentes legais somente é aplicado aos participantes do Plano Prosaúde II. A Fundação Copel de Previdência e Assistência é a entidade que administra estes planos.

24.1 Plano de benefício previdenciário

O Plano Unificado é um plano de Benefício Definido - BD em que a renda é pré-determinada em função do nível salarial de cada indivíduo. Este plano está fechado para novos participantes desde 1998.

O Plano III é um plano de Contribuição Variável - CV, sendo o único plano disponível para novos participantes.

24.2 Plano Assistencial

A Companhia e suas controladas alocam recursos para a cobertura das despesas de saúde dos empregados e de seus dependentes, dentro de regras, limites e condições estabelecidos nos regulamentos dos Planos Prosaúde II e Prosaúde III. A cobertura inclui exames médicos periódicos em ambos os planos e somente é estendida a todos os aposentados e pensionistas vitaliciamente no Plano Prosaúde II.

24.3 Balanço patrimonial e resultado do período

Os valores reconhecidos no passivo, na conta de Benefícios pós-emprego, estão resumidos a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Planos previdenciários	6	13	996	1.124
Planos assistenciais	13.142	10.142	1.516.583	1.492.490
	13.148	10.155	1.517.579	1.493.614
Circulante	222	226	66.697	69.231
Não circulante	12.926	9.929	1.450.882	1.424.383

Os valores reconhecidos no resultado estão resumidos a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	30.06.2020	30.06.2021	30.06.2020
Empregados				
Planos previdenciários	263	284	28.128	28.731
Plano assistencial - pós-emprego	422	384	58.254	47.174
Plano assistencial - funcionários ativos	529	464	35.889	37.943
	1.214	1.132	122.271	113.848
Administradores				
Planos previdenciários	162	(15)	648	212
Plano assistencial	26	29	76	68
	188	14	724	280
	1.402	1.146	122.995	114.128

	Controladora		Consolidado	
	1º.04.2021 a 30.06.2021	1º.04.2020 a 30.06.2020	1º.04.2021 a 30.06.2021	1º.04.2020 a 30.06.2020
Empregados				
Plano previdenciário (CV)	128	138	13.622	14.077
Plano assistencial - pós-emprego	211	192	29.126	23.585
Plano assistencial - funcionários ativos	266	250	18.047	18.818
	605	580	60.795	56.480
Administradores				
Plano previdenciário	78	(114)	319	(56)
Plano assistencial	12	19	43	40
	90	(95)	362	(16)
	695	485	61.157	56.464

24.4 Mutação dos benefícios pós-emprego

	Controladora	Consolidado
Em 1�.01.2021	10.155	1.493.614
Apropria�o do c�lculo atuarial	422	58.254
Apropria�o das contribui�es previdenci�rias e assistenciais	2.487	58.159
Ajuste referente a perdas atuariais	2.688	-
Amortiza�es	(2.604)	(92.448)
Em 30.06.2021	13.148	1.517.579

25 Encargos Setoriais a Recolher

Consolidado	30.06.2021	31.12.2020
Conta de desenvolvimento energ�tico - CDE	34.116	5.700
Reserva global de revers�o - RGR	13.201	12.446
Bandeira tarif�ria	55.134	15.566
	102.451	33.712

26 Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética

Conforme a Lei n  9.991/2000 e regulamenta es complementares, as concessionárias e permissionárias de gera o e transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida regulatória em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, e as concessionárias de distribui o de energia elétrica devem segregar esse mesmo percentual entre os programas de pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico e de eficiência energética.

A Medida Provisória n  998/2020, convertida em Lei n  14.120/2021, altera a Lei n  9.991/2000 e prevê a destina o dos recursos não utilizados de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética - PEE, para a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, visando   modicidade tarifária até 2025 como medida de mitiga o dos impactos econ micos provenientes da pandemia de Covid-19. O Despacho Aneel n  904/2021 determinou os recolhimentos para a CDE a partir de abril de 2021.

26.1 Saldos constituídos para aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Programa de Eficiência Energética - PEE

Consolidado	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Saldo em 30.06.2021	Saldo em 31.12.2020
Pesquisa e desenvolvimento - P&D					
FNDCT	-	7.558	-	7.558	8.085
MME	-	3.776	-	3.776	4.041
P&D	204.405	5.065	97.794	307.264	332.746
	204.405	16.399	97.794	318.598	344.872
Programa de eficiência energética - PEE					
Procel	-	12.401	-	12.401	5.855
PEE	51.103	31.950	235.331	318.384	314.284
	51.103	44.351	235.331	330.785	320.139
	255.508	60.750	333.125	649.383	665.011
			Circulante	360.125	380.186
			Não circulante	289.258	284.825

Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT
 Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - Procel

26.2 Mutações dos saldos de P&D e PEE

Consolidado	FNDCT	MME	P&D	Procel	PEE	Total
Em 1º.01.2021	8.085	4.041	332.746	5.855	314.284	665.011
Constituições	21.767	10.883	21.768	5.500	21.999	81.917
Contrato de desempenho	-	-	-	-	1.447	1.447
Juros (NE nº 34)	(388)	-	1.357	1.046	3.332	5.347
Recolhimentos	(21.906)	(11.148)	(8.096)	-	(18.037)	(59.187)
Conclusões	-	-	(40.511)	-	(4.641)	(45.152)
Em 30.06.2021	7.558	3.776	307.264	12.401	318.384	649.383

27 Contas a Pagar Vinculadas à Concessão

Consolidado	Empresa	Outorga	Assinatura	Final	Taxa de desconto	Correção Anual	30.06.2021	31.12.2020
UHE Mauá	Copel GeT	29.06.2007	03.07.2007	07.2042	5,65% a.a.	IPCA	17.786	17.213
UHE Colíder	Copel GeT	29.12.2010	17.01.2011	01.2046	7,74% a.a.	IPCA	26.050	25.075
UHE Baixo Iguaçu	Copel GeT	19.07.2012	20.08.2012	01.2047	7,74% a.a.	IPCA	8.162	7.841
UHE Guaricana	Copel GeT	03.03.2020	03.03.2020	03.2025	7,74% a.a.	IPCA	3.099	3.299
UHEs Fundão e Santa Clara	Elejor	23.10.2001	25.10.2001	10.2036	11,00% a.a.	IGPM	770.948	678.436
							826.045	731.864
						Circulante	102.416	88.951
						Não circulante	723.629	642.913

Taxa de desconto no cálculo do valor presente

Taxa desconto real e líquida, compatível com a taxa estimada de longo prazo, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

Pagamento à União

Parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual corrigido, conforme definido no contrato de concessão.

27.1 Muta o de contas a pagar vinculadas   concessão

Em 1^o.01.2021	731.864
Ajuste a valor presente	(2.034)
Varia�o monet�ria	139.568
Pagamentos	(43.353)
Em 30.06.2021	826.045

28 Direito de uso de ativos e Passivo de arrendamentos

A Companhia reconheceu Ativo de direito de uso e Passivo de arrendamentos conforme segue:

28.1 Direito de uso de ativos

Consolidado	Saldo em 1 ^o .01.2021	Adi�es	Ajuste por remensura�o	Amortiza�o	Baixas	Reclassifi- ca�o (a)	Saldo em 30.06.2021
Im�veis	23.384	88.482	10.829	(4.724)	(11.838)	(124)	106.009
Ve�culos	90.316	6.511	3.112	(16.269)	(68)	215	83.817
Equipamentos	18.821	573	230	(3.289)	(1.239)	1.371	16.467
	132.521	95.566	14.171	(24.282)	(13.145)	1.462	206.293

(a) Reclassifica o para Ativos classificados como mantidos para venda (NE n^o 41).

28.2 Passivo de arrendamentos

28.2.1 Muta o do passivo de arrendamentos

	Controladora	Consolidado
Em 1^o.01.2021	986	138.361
Adi�es	2.648	95.566
Ajuste por remensura�o	75	14.171
Encargos	89	6.901
Pagamento - principal	(149)	(26.957)
Pagamento - encargos	(88)	(2.873)
Baixas	(3)	(13.366)
Reclassifica�o (a)	-	1.475
Em 30.06.2021	3.558	213.278
	Circulante	359
	N�o circulante	3.199
		46.581
		166.697

(a) Reclassifica o para Passivos associados a ativos classificados como mantidos para venda (NE n^o 41).

A Companhia define a taxa de desconto com base na taxa de juros praticada na última capta o de debêntures, desconsiderando capta es subsidiadas ou incentivadas.

28.2.2 Vencimentos das parcelas de longo prazo

2022	27.476
2023	36.748
2024	28.192
2025	14.487
2026	6.784
Após 2026	112.040
Valores não descontados	225.727
Juros embutidos	(59.030)
Saldo do passivo de arrendamento	166.697

28.2.3 Direito potencial de Pis/Cofins a recuperar

Segue quadro indicativo do direito potencial de Pis/Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamentos conforme os períodos previstos para pagamento.

Fluxos de caixa	Nominal	Valor Presente
Contraprestação do arrendamento	331.562	213.278
Pis/Cofins potencial	28.745	18.242

28.3 **Impacto pela projeção de inflação nos fluxos de caixa descontados**

Em conformidade com o CPC 06 (R2) / IFRS 16, na mensuração e na remensuração do passivo de arrendamento e do direito de uso, a Companhia utilizou a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada, conforme vedação imposta pela norma.

No entanto, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro, o quadro a seguir apresenta os saldos comparativos entre a informação registrada em conformidade com o CPC 06 (R2) / IFRS 16 e o valor que seria registrado se considerada a inflação projetada:

Consolidado	Saldo conforme o CPC 06 (R2) - IFRS 16	Saldo com projeção da inflação	%
Passivo de arrendamentos	213.278	247.909	16,24%
Direito de uso de ativos	206.293	236.257	14,52%
Despesa Financeira	6.252	7.526	20,38%
Despesa de amortização	21.847	25.651	17,41%

28.4 **Compromissos de arrendamentos e aluguéis**

Para os arrendamentos de ativos de baixo valor, tais como computadores, impressoras e móveis, arrendamento de curto prazo, bem como para os contratos de arrendamento de terrenos para desenvolvimento de projetos de geração de energia eólica, cujo pagamento é feito com base em remuneração variável, os valores estão reconhecidos na demonstração de resultado como custos e/ou despesas operacionais (NE nº 33.6). O saldo de compromissos de arrendamentos e aluguéis está demonstrado a seguir:

Consolidado				30.06.2021
	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Compromissos de arrendamentos e aluguéis	7.533	32.297	160.203	200.033

28.5 Recebíveis de arrendamentos

Consolidado				Total 30.06.2021
	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Compartilhamento de instalações	1.610	6.440	20.789	28.839

29 Outras Contas a Pagar

Consolidado		
	30.06.2021	31.12.2020
Valor justo na compra e venda de energia (NE nº 36.2.12)	956.886	343.406
Desvio de geração - empreendimentos eólicos (NE nº 36.2.11)	78.126	94.089
Taxa de iluminação pública arrecadada	37.912	48.188
Consumidores	35.269	44.508
Provisão Despacho Aneel nº 084/2017	31.361	29.174
Obrigações junto a clientes nas operações de venda de gás (a)	30.505	29.508
Cauções em garantia	25.376	16.409
Aquisição de investimentos	16.403	14.169
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	7.858	9.799
Devolução ao consumidor	4.725	4.893
Outras obrigações	66.449	71.143
	1.290.870	705.286
	Circulante	409.217
	Não circulante	881.653
		235.400
		469.886

(a) Refere-se aos valores pagos pela aquisição de volumes de gás contratados e ainda não retirados pelos clientes.

30 Provisões para Litígios e Passivo Contingente

A Companhia e suas controladas respondem por diversos processos judiciais e administrativos perante diferentes cortes. A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis quando os critérios de reconhecimento de provisão, descritos na NE nº 4.11 das demonstrações financeiras de 31.12.2020, são atendidos.

A Administração da Companhia acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa relacionadas às ações pelas quais a Companhia e suas controladas respondem na data da elaboração das demonstrações financeiras, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório brasileiro, sendo que a resolução final depende das conclusões dos processos judiciais. Por esse motivo, essa informação não é fornecida.

30.1 Mutação das provisões para litígios

Consolidado	Saldo em 1º.01.2021	Resultado			Adições no ativo	Quitações	Transfe- rências/ Outros (a)	Saldo em 30.06.2021
		Provisões para litígios		Custo de construção				
		Adições	Reversões	Adições				
Fiscais								
Cofins	107.148	1.014	(1.212)	-	-	-	106.950	
Outras	66.725	1.355	-	-	-	(121)	62.576	
	173.873	2.369	(1.212)	-	-	(121)	169.526	
Trabalhistas	596.248	53.321	(16.000)	-	-	(61.445)	578.211	
Benefícios a empregados	52.401	1.183	(16.717)	-	-	(756)	36.557	
Cíveis								
Cíveis e direito administrativo	387.895	28.974	(9.332)	-	-	(49.442)	358.114	
Servidões de passagem	111.553	873	-	2.414	6.071	(50)	120.861	
Desapropriações e patrimoniais	133.888	3	(13.842)	760	5.305	-	126.114	
Consumidores	3.973	290	-	-	-	-	4.263	
Ambientais	7.174	4.835	(4.151)	-	-	-	6.558	
	644.483	34.975	(27.325)	3.174	11.376	(49.492)	615.910	
Regulatórias	88.699	8.514	(3.173)	-	-	-	94.040	
	1.555.704	100.362	(64.427)	3.174	11.376	(111.814)	1.494.244	

(a) Reclassificação principalmente para Passivos associados a ativos classificados como mantidos para venda (NE nº 41).

Controladora	Saldo em 1º.01.2021	Resultado		Quitações	Saldo em 30.06.2021
		Adições	Reversões		
Fiscais					
Cofins	107.148	1.014	(1.212)	-	106.950
Outras	29.405	141	-	-	29.546
	136.553	1.155	(1.212)	-	136.496
Trabalhistas	2.466	122	(336)	(356)	1.896
Cíveis	163.940	9.404	-	(27.030)	146.314
Regulatórias	21.373	-	-	-	21.373
	324.332	10.681	(1.548)	(27.386)	306.079

30.2 Detalhamento das provisões para litígios e passivos contingentes

O quadro a seguir apresenta o detalhamento das provisões para litígios registradas e, adicionalmente, os valores de passivos contingentes, os quais são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, porém sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.

Natureza	Descrição	Controladora				Consolidado			
		Provisões		Passivo contingente		Provisões		Passivo contingente	
		30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Fiscais									
Cofins	Exigência da Receita Federal relativo ao período de agosto de 1995 a dezembro de 1996, lançados em decorrência de rescisão de acórdão judicial que havia reconhecido a imunidade da Companhia ao tributo.	106.950	107.148	7.537	6.554	106.950	107.148	7.537	6.554
INSS	Exigências fiscais relativas à contribuição previdenciária.	29.527	29.405	100.778	100.165	29.527	29.405	100.778	100.165
Impostos federais	Exigências e questionamentos administrativos da Receita Federal do Brasil.	-	-	-	-	-	-	84.887	84.027
ICMS	Auto de infração nº 6.587.156-4 lavrado pelo Estado do Paraná por suposta ausência de recolhimento do ICMS sobre a rubrica "demanda medida" destacada em faturas de energia elétrica emitidas pela Copel DIS no período de maio de 2011 a dezembro de 2013. O processo foi encerrado após trânsito em julgado em favor da Companhia.	-	-	-	-	-	-	-	97.404
IPTU	Exigência de Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana - IPTU sobre imóveis afetados ao serviço público de energia elétrica.	-	-	-	-	-	-	107.502	98.459
ISS	Exigência fiscal das prefeituras a título de ISS em serviços de construção civil prestado por terceiro.	-	-	-	-	-	-	79.248	73.094
Outras	Impostos, taxas e outros tributos federais, estaduais e municipais em que a Companhia discute a incidência ou não, bem como suas bases e valores para recolhimento.	19	-	50.207	53.004	33.048	37.320	126.811	116.920
		136.496	136.553	158.522	159.723	169.525	173.873	506.763	576.623
Trabalhistas	Cobrança de horas extras, periculosidade, adicional de transferência, equiparação/reenquadramento salarial, entre outras, por empregados e ex-empregados da Copel; cobranças de parcelas indenizatórias e outras, por ex-empregados de empreiteiros e empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária).	1.896	2.466	2.412	2.291	578.211	596.248	327.053	348.463
Benefícios a empregados	Reclamações trabalhistas movidas por ex-empregados aposentados contra a Fundação Copel, que causarão, conseqüentemente, reflexos para a Companhia e suas subsidiárias integrais, na medida em que forem necessários aportes complementares.	-	-	-	-	36.557	52.401	3.256	9.210
Regulatórias									
Despacho Aneel nº 288/2002	Ações judiciais contra o Despacho Aneel nº 288/2002 envolvendo as empresas Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE e Dona Francisca Energética S.A.	21.373	21.373	-	-	70.188	70.188	-	-
ESBR	A ESBR moveu a ação ordinária nº 10426-71.2013.4.01.4100 contra a Aneel, na Justiça Federal de Rondônia, cuja sentença (i) reconheceu excludentes de responsabilidade pelo atraso de 535 dias no cronograma das obras da UHE Jirau; (ii) declarou inexigíveis quaisquer obrigações, penalidades e custos impostos à ESBR decorrentes do atraso e, por fim, (iii) anulou o despacho Aneel nº 1.732/2013, que havia reconhecido o atraso de apenas 52 dias no cronograma de implantação. Houve recurso de apelação pela Aneel, em trâmite no TRF da 1ª Região. A consequência prática da decisão foi, ao tempo em que isentou a ESBR, expor as distribuidoras com as quais celebrou CCEARs ao Mercado de Curto Prazo e ao alto valor do Preço de Liquidação das Diferenças - PLD no período, onde se incluiu a Copel DIS. Isso se deu porque as regras de comercialização de energia elétrica impõem que toda energia consumida tenha a correspondente cobertura contratual. Caso as ações sejam julgadas desfavoráveis para a Copel, o valor será considerado como um Ativo Financeiro Setorial a ser recuperado mediante tarifa.	-	-	-	-	-	-	1.026.966	942.640
Excludente Colíder	Discussão sobre o valor de Tarifa de uso do sistema de transmissão - TUST e atualização monetária sobre valores de energia referente ao período de excludente de responsabilidade. Em decorrência da liminar judicial que excluiu o período de atraso da obra da UHE Colíder da responsabilidade pela entrega de energia contratada no Ambiente de Contratação Regulado - ACR, a CCEE procedeu o crédito, valorado ao PLD, da energia anteriormente lastreada para cumprir os contratos de ACR. Contudo, em caso de insucesso na ação judicial, a Companhia deverá devolver os valores creditados, atualizados pelo IGPM.	-	-	-	-	-	-	301.214	216.353
Outras	Notificações do Órgão Regulador sobre eventuais descumprimentos de normas regulatórias	-	-	-	-	23.852	18.511	8.982	-
		21.373	21.373	-	-	94.040	88.699	1.337.162	1.158.993

(continua)

Natureza	Descrição	Controladora				Consolidado			
		Provisões		Passivo contingente		Provisões		Passivo contingente	
		30.06.2021	31.12.2019	30.06.2021	31.12.2019	30.06.2021	31.12.2019	30.06.2021	31.12.2019
Cíveis									
Fumicultores	Ações que têm como principal causa a falta de energia elétrica causando perda da produção.	-	-	-	-	61.504	50.330	51.231	41.258
DER	O DER lavrou auto de infração fiscal à Copel Distribuição que, por sua vez, impetrou ação com objeto de impugnar a cobrança da Taxa de Uso ou Ocupação da Faixa de Domínio das Rodovias, uma vez que a Companhia entende que esta taxa é inconstitucional por possuir caráter confiscatório.	-	-	-	-	-	-	103.801	95.669
Arbitragem	Discussão em arbitragem protegida por sigilo e confidencialidade, em fase de instrução probatória, sem decisão proferida	-	-	-	-	131.883	125.719	535.575	510.543
Crédito PIS/COFINS sobre ICMS	Referente a estimativa de contingência passiva, conforme julgamento da administração e opinião de seus assessores legais, relativa a eventual propositura de demanda pelos consumidores sobre o crédito tributário reconhecido, detalhado na NE n° 13.2.1, referente ao período que exacerbe a regra de neutralidade tributária, compreendido entre o 11º e o 16º ano, de um total de 16 anos considerados na ação. Em 09.02.2021, a Aneel abriu Consulta Pública 005/2021 para obter subsídios até 29.03.2021, com intuito de aprimoramento da proposta de devolução destes créditos tributários aos consumidores. As áreas técnicas da Aneel elaboraram nota técnica à referida Consulta Pública delimitando seu escopo à análise econômico-financeira, porém sem discutir os aspectos jurídicos trazidos no âmbito da Tomada de Subsídio 005/2020 e que permeiam o tema. A Companhia e seus assessores legais avaliaram os documentos disponibilizados na Consulta Pública 005/2021 e aguardam análise pela Aneel de suas contribuições de forma a solidificar seu entendimento e resguardar seus direitos.	-	-	-	-	-	-	1.763.768	1.755.112
Cíveis e direito administrativo	Outras ações que envolvem faturamento, supostos procedimentos irregulares, contratos administrativos e multa contratual, indenização por acidentes com a rede de energia elétrica e acidentes com veículos.	146.314	163.940	528.939	515.302	109.550	133.560	291.051	282.794
Indenização a terceiros (cíveis)	Ações de indenização decorrentes de danos causados durante a construção de usinas	-	-	-	-	55.176	82.146	59.906	38.127
Servidões de passagem	Discussão entre o valor avaliado pela Copel para pagamento e o pleiteado pelo proprietário e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (inventários em andamento, propriedades sem matrícula, entre outras); intervenção no usucapião de terceiros, seja na qualidade de confrontante ou em caso de imóvel onde há áreas de servidão de passagem, a fim de preservar os limites e confrontações das faixas de servidão.	-	-	-	-	120.862	110.652	27.734	26.001
Desapropriações e patrimoniais	Discussão entre o valor avaliado pela Copel para pagamento e o pleiteado pelo proprietário, e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (inventários em andamento, propriedades sem matrícula entre outras); ações de reintegrações de posse de imóveis de propriedade da concessionária; intervenção no usucapião de terceiros, na qualidade de confrontante, a fim de preservar os limites e confrontações das áreas desapropriadas.	-	-	-	-	90.060	86.207	135.790	138.341
Indenização a terceiros (Desapropriações)	Ações de desapropriação para construção de subestação de energia elétrica e para desapropriação de terreno alagado de Usina	-	-	-	-	36.054	44.775	47.039	45.196
Consumidores	Ações pleiteando ressarcimento de danos causados em aparelhos eletrodomésticos, máquinas industriais e comerciais, indenizações por dano moral decorrente da prestação de serviço (suspensão do fornecimento) e ações movidas por consumidores industriais, questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica, ocorrida na vigência do Plano Cruzado, e pleiteando restituição de valores envolvidos.	-	-	-	-	4.263	3.920	3.964	3.768
Ambientais	Ações civis públicas e ações populares que têm como finalidade obstaculizar o andamento de licenciamento ambiental de novos projetos ou a recuperação de áreas de preservação permanente no entorno dos reservatórios das usinas hidrelétricas utilizadas indevidamente por particulares. Em caso de eventual condenação, estima-se somente o custo da elaboração de novos estudos ambientais e o custo de recuperação das áreas de propriedade da Copel GeT. Contemplam também os Termos de Ajuste de Conduta - TAC, que se referem aos compromissos acordados e aprovados entre a Companhia e os órgãos competentes, pelo descumprimento de alguma condicionante concluída nas Licenças de Instalação e Operação.	-	-	-	-	6.558	7.174	194.575	180.068
		146.314	163.940	528.939	515.302	615.910	644.483	3.214.434	3.116.877
		306.079	324.332	689.873	677.316	1.494.243	1.555.704	5.388.668	5.210.166

31 Patrimônio Líquido

31.1 Capital social

Em 30.06.2021, o capital social integralizado é de R\$ 10.800.000 (R\$ 10.800.000 em 31.12.2020). Sua composição por ações (sem valor nominal) e os principais acionistas estão demonstrações a seguir, já considerando a quantidade de ações atualizadas após o desdobramento aprovado pela Administração:

Acionistas	Número de ações em unidades							
	Ordinárias		Preferenciais "A"		Preferenciais "B"		Total	
	nº ações	%	nº ações	%	nº ações	%	nº ações	%
Estado do Paraná	734.316.196	69,66	-	-	115.969.784	6,91	850.285.980	31,07
BNDESPAR	131.161.562	12,44	-	-	524.646.248	31,24	655.807.810	23,96
Eletrobras	15.307.740	1,45	-	-	-	-	15.307.740	0,56
Custódias em bolsa:								
B3	115.762.936	10,99	628.660	20,10	820.617.473	48,86	937.009.069	34,25
NYSE	53.991.433	5,12	-	-	215.965.732	12,86	269.957.165	9,86
Latibex	229.067	0,02	-	-	1.635.843	0,10	1.864.910	0,07
Prefeituras	1.783.930	0,17	93.260	2,98	34.710	-	1.911.900	0,07
Outros	1.537.596	0,15	2.406.080	76,92	465.500	0,03	4.409.176	0,16
	1.054.090.460	100,00	3.128.000	100,00	1.679.335.290	100,00	2.736.553.750	100,00

31.2 Ajustes de avaliação patrimonial

	Controladora	Consolidado
Em 1º.01.2021	353.349	353.349
Passivos atuariais		
Benefícios pós-emprego	(2.688)	-
Tributos sobre os ajustes	914	(15.821)
Benefícios pós-emprego - equivalência patrimonial, líquida de tributos.	(14.047)	-
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial		
Custo atribuído do imobilizado	-	(36.721)
Tributos sobre a realização dos ajustes	-	12.485
Custo atribuído do imobilizado - equivalência patrimonial, líquida de tributos	(24.236)	-
Em 30.06.2021	313.292	313.292

31.3 Lucro por ação - básico e diluído

Controladora	Operações continuadas	Operações descontinuadas	30.06.2021	Operações continuadas	Operações descontinuadas	Reapresentado 30.06.2020
Numerador básico e diluído						
Lucro líquido básico e diluído alocado por classes de ações, atribuído aos acionistas controladores:						
Ações ordinárias	748.309	36.087	784.396	1.056.775	16.520	1.073.295
Ações preferenciais classe "A"	2.033	98	2.131	2.621	41	2.662
Ações preferenciais classe "B"	905.633	43.673	949.306	1.028.328	16.075	1.044.403
	1.655.975	79.858	1.735.833	2.087.724	32.636	2.120.360
Denominador básico e diluído						
Média ponderada das ações (em milhares):						
Ações ordinárias	1.301.454.539	1.301.454.539	1.301.454.539	1.450.310.800	1.450.310.800	1.450.310.800
Ações preferenciais classe "A"	3.215.104	3.215.104	3.215.104	3.268.067	3.268.067	3.268.067
Ações preferenciais classe "B"	1.431.884.107	1.431.884.107	1.431.884.107	1.282.974.883	1.282.974.883	1.282.974.883
	2.736.553.750	2.736.553.750	2.736.553.750	2.736.553.750	2.736.553.750	2.736.553.750
Lucro líquido básico e diluído por ação atribuído aos acionistas controladores						
Ações ordinárias	0,57498	0,02773	0,60271	0,72865	0,01139	0,74005
Ações preferenciais classe "A"	0,63248	0,03050	0,66298	0,80152	0,01253	0,81405
Ações preferenciais classe "B"	0,63248	0,03050	0,66298	0,80152	0,01253	0,81405

Controladora	Operações continuadas	Operações descontinuadas	Total 1º.04.2021 a 30.06.2021	Operações continuadas	Operações descontinuadas	Total 1º.04.2020 a 30.06.2020
Numerador básico e diluído						
Lucro líquido básico e diluído alocado por classes de ações, atribuído aos acionistas controladores:						
Ações ordinárias	408.585	20.699	429.284	802.488	11.504	813.992
Ações preferenciais classe "A"	1.110	56	1.166	1.989	29	2.018
Ações preferenciais classe "B"	494.486	25.052	519.538	780.887	11.193	792.080
	904.181	45.807	949.988	1.585.364	22.726	1.608.090
Denominador básico e diluído						
Média ponderada das ações (em milhares):						
Ações ordinárias	1.301.454.540	1.301.454.540	1.301.454.540	1.450.310.800	1.450.310.800	1.450.310.800
Ações preferenciais classe "A"	3.215.104	3.215.104	3.215.104	3.268.067	3.268.067	3.268.067
Ações preferenciais classe "B"	1.431.884.107	1.431.884.107	1.431.884.107	1.282.974.883	1.282.974.883	1.282.974.883
	2.736.553.751	2.736.553.751	2.736.553.751	2.736.553.750	2.736.553.750	2.736.553.750
Lucro líquido básico e diluído por ação atribuído aos acionistas controladores						
Ações ordinárias	0,31394	0,01590	0,32985	0,55332	0,00793	0,56125
Ações preferenciais classe "A"	0,34534	0,01750	0,36284	0,60865	0,00873	0,61738
Ações preferenciais classe "B"	0,34534	0,01750	0,36284	0,60865	0,00873	0,61738

Os resultados demonstrados foram calculados com base no novo número de ações, após o desdobramento de ações aprovado em Assembleia Geral, conforme descrito na NE nº 3.6.2.

31.4 Dividendo adicional proposto de reserva de lucros não capitalizadas

Em 17.03.2021 o Conselho de Administração - CAD aprovou a distribuição dos dividendos adicionais propostos com saldo de reserva de lucros de períodos anteriores não capitalizados, com base na previsão estatutária que permite esta deliberação pelo CAD. Em 30.04.2021 ocorreu o pagamento parcial dos dividendos no montante de R\$ 1.250.000 e o saldo remanescente de R\$ 257.449 em 11.08.2021.

32 Receita Operacional Líquida

Consolidado	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos setoriais	ISSQN	Receita líquida	
						30.06.2021	Reapresentado
						30.06.2021	30.06.2020
Fornecimento de energia elétrica	5.227.643	(387.731)	(1.036.988)	(350.186)	-	3.452.738	3.306.208
Suprimento de energia elétrica	2.760.537	(353.488)	(11.400)	(36.541)	-	2.359.108	1.543.038
Disponibilidade da rede elétrica	4.783.107	(333.938)	(1.123.160)	(897.786)	-	2.428.223	1.991.621
Receita de construção	870.806	-	-	-	-	870.806	572.989
Valor justo do ativo indenizável da concessão	68.719	-	-	-	-	68.719	4.348
Distribuição de gás canalizado	407.845	(32.560)	(69.356)	-	(263)	305.666	252.725
Resultado de ativos e passivos financeiros setoriais	869.738	(80.450)	-	-	-	789.288	21.732
Outras receitas operacionais	144.963	(4.001)	(64)	-	(2.634)	138.264	146.444
Recuperação de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS	-	-	-	-	-	-	809.154
	15.133.358	(1.192.168)	(2.240.968)	(1.284.513)	(2.897)	10.412.812	8.648.259

Consolidado	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos setoriais	ISSQN	Receita líquida	
						1º.04.2021	Reapresentado
						a 30.06.2021	a 30.06.2020
Fornecimento de energia elétrica	2.615.847	(195.295)	(505.030)	(213.500)	-	1.702.022	1.547.548
Suprimento de energia elétrica	1.410.606	(180.061)	(5.838)	(17.935)	-	1.206.772	666.287
Disponibilidade da rede elétrica	2.431.233	(164.744)	(551.094)	(412.094)	-	1.303.301	948.839
Receita de construção	496.526	-	-	-	-	496.526	331.324
Valor justo do ativo indenizável da concessão	39.849	-	-	-	-	39.849	(4.839)
Distribuição de gás canalizado	227.321	(18.112)	(38.283)	-	(129)	170.797	114.469
Resultado de ativos e passivos financeiros setoriais	472.660	(43.721)	-	-	-	428.939	80.702
Outras receitas operacionais	72.963	7.258	(64)	-	(1.344)	78.813	88.088
Recuperação de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS	-	-	-	-	-	-	809.154
	7.767.005	(594.675)	(1.100.309)	(643.529)	(1.473)	5.427.019	4.581.572

32.1 Detalhamento da receita por tipo e/ ou classe de consumidores

Consolidado	Reapresentado			
	30.06.2021	30.06.2020	1º.04.2021 a 30.06.2021	1º.04.2020 a 30.06.2020
Fornecimento de energia elétrica	5.227.643	4.783.007	2.615.847	2.186.144
Residencial	1.676.326	1.547.673	833.526	708.516
Industrial	504.400	480.659	261.893	223.280
Comercial, serviços e outras atividades	889.094	886.048	429.333	353.434
Rural	362.213	318.767	175.681	139.614
Poder público	102.018	104.355	49.892	41.563
Iluminação pública	128.780	118.947	68.761	59.538
Serviço público	162.892	151.852	83.299	72.614
Consumidores livres	1.059.129	800.128	537.958	395.227
Doações e subvenções	342.791	374.578	175.504	192.358
Suprimento de energia elétrica	2.760.537	1.778.728	1.410.606	765.640
Contratos bilaterais	1.109.481	1.001.507	516.497	444.149
Contratos regulados	507.121	451.000	251.809	233.279
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	1.083.787	292.666	612.947	74.857
Juros efetivos - bonificação de outorga (NE nº 10.3)	60.148	33.555	29.353	13.355
Disponibilidade da rede elétrica	4.783.107	4.187.656	2.431.233	1.965.975
Residencial	1.436.202	1.355.885	696.029	630.624
Industrial	680.374	607.325	347.646	281.903
Comercial, serviços e outras atividades	830.023	807.281	397.024	331.947
Rural	305.413	275.849	143.809	122.012
Poder público	89.377	91.900	43.377	37.819
Iluminação pública	103.437	101.772	51.610	50.600
Serviço público	101.753	96.228	51.230	46.979
Consumidores livres	668.872	525.363	342.460	268.251
Concessionárias e geradoras	35.018	27.947	18.416	13.910
Receita de operação e manutenção - O&M e juros efetivos	532.638	298.106	339.632	181.930
Receita de construção	870.806	572.989	496.526	331.324
Concessão de distribuição de energia	762.258	464.794	430.849	260.061
Concessão de distribuição de gás canalizado	5.669	4.615	2.922	1.788
Concessão de transmissão de energia (a)	102.879	103.580	62.755	69.475
Valor justo do ativo indenizável da concessão	68.719	4.348	39.849	(4.839)
Distribuição de gás canalizado	407.845	344.135	227.321	153.660
Resultado de ativos e passivos financeiros setoriais	869.738	24.061	472.660	88.984
Outras receitas operacionais	144.963	164.855	72.963	97.492
Arrendamentos e aluguéis (32.2)	110.237	82.172	56.629	41.854
Valor justo na compra e venda de energia	19.413	34.734	18.280	31.142
Renda da prestação de serviços	19.636	21.255	8.548	11.401
Outras receitas	(4.323)	26.694	(10.494)	13.095
RECETA OPERACIONAL BRUTA	15.133.358	11.859.779	7.767.005	5.584.380
(-) Pis/Pasep e Cofins	(1.192.168)	(971.766)	(594.675)	(383.790)
Recuperação de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS (NE nº 13.2.1)	-	809.154	-	809.154
(-) ICMS	(2.240.968)	(2.147.129)	(1.100.309)	(990.466)
(-) ISSQN	(2.897)	(1.875)	(1.473)	(1.082)
(-) Encargos setoriais (32.3)	(1.284.513)	(899.904)	(643.529)	(436.624)
RECETA OPERACIONAL LÍQUIDA	10.412.812	8.648.259	5.427.019	4.581.572

(a) No saldo está contido o valor da receita de construção, a margem de construção e o ganho ou perda por eficiência conforme detalhado na NE nº 11.3

32.2 Arrendamentos e aluguéis

32.2.1 Receita de arrendamento e aluguéis

Consolidado	30.06.2021	Reapresentado
		30.06.2020
Equipamentos e estruturas	109.914	81.782
Compartilhamento de instalações	211	324
Imóveis	112	66
	110.237	82.172

Consolidado	1º.04.2021	Reapresentado
	a 30.06.2021	1º.04.2020 a 30.06.2020
Equipamentos e estruturas	56.450	41.772
Compartilhamento de instalações	130	56
Imóveis	49	26
	56.629	41.854

32.3 Encargos setoriais

Consolidado	30.06.2021	30.06.2020
	Conta de desenvolvimento energético - CDE - concessão de distribuição de energia (32.3.1)	862.246
Outros encargos do consumidor - bandeira tarifária	289.362	23.402
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética - P&D e PEE	81.917	64.106
Quota para reserva global de reversão - RGR	29.716	29.594
Conta de desenvolvimento energético - CDE - concessão de transmissão de energia	16.339	12.013
Taxa de fiscalização	4.933	5.558
	1.284.513	899.904

Consolidado	1º.04.2021	1º.04.2020
	a 30.06.2021	a 30.06.2020
Conta de desenvolvimento energético - CDE - concessão de distribuição de energia	401.714	382.615
Outros encargos do consumidor - bandeira tarifária	174.925	408
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética - P&D e PEE	41.498	29.936
Quota para reserva global de reversão - RGR	14.858	15.149
Conta de desenvolvimento energético - CDE - concessão de transmissão de energia	7.528	5.716
Taxa de fiscalização	3.006	2.800
	643.529	436.624

32.3.1 Conta de Desenvolvimento Energético - CDE - concessão de distribuição de energia

A CDE, criada pela Lei nº 10.438/2002 e alterada pela Lei nº 12.783/2013, tem entre suas fontes de recursos, para cumprir seus objetivos, as quotas pagas pelos agentes que negociam energia com o consumidor final, mediante encargo tarifário incluído nas tarifas. A Companhia realiza pagamentos do encargo CDE-Uso, destinada ao custeio dos objetivos da CDE previstos na lei. As quotas anuais para cada distribuidora são definidas pela Aneel por meio das resoluções homologatórias.

A partir de junho/2021, a Companhia passa recolher a cota relativa à CDE CONTA COVID no montante de R\$ 29.032, segregada entre CDE Uso e CDE Energia. Esse encargo, repassado na tarifa aos consumidores é devido pelas concessionárias e permissionárias de distribuição conforme Despacho 939/2021, tem a finalidade de amortização da operação de crédito contratada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE na gestão da CONTA COVID, nos termos da Resolução Normativa nº 885/2020.

O saldo é composto da seguinte forma:

Resoluções	Período	30.06.2021
CDE USO		
Resolução Homologatória nº 2.814/2020	Janeiro	163.844
Resolução Homologatória nº 2.814/2021	Fevereiro	157.767
Resolução Homologatória nº 2.834/2021	Março e Abril	277.844
Resolução Homologatória nº 2.864/2021	Mai e Junho	233.759
Despacho nº 939/2021	Junho	15.287
		848.501
CDE ENERGIA		
Despacho nº 939/2021	Junho	13.745
		862.246

32.4 Reajuste Tarifário Anual da Copel DIS

A Aneel homologou o resultado do 5º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica 2021 por meio da Resolução Homologatória nº 2.886, de 22.06.2021, autorizando o reajuste médio de 9,89% (0,41% em 2020) percebido pelos consumidores e cuja aplicação ocorreu integralmente às tarifas a partir de 24.06.2021.

Item	Composição %
Atualização da Parcela A	1,05%
Atualização da Parcela B	8,63%
Inclusão dos Componentes Financeiros	1,19%
Componentes Financeiros do processo tarifário anterior	-0,98%
Efeito médio	9,89%
Consumidores de alta tensão	9,57%
Consumidores de baixa tensão	10,04%

33 Custos e Despesas Operacionais

Consolidado	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	30.06.2021
Energia elétrica comprada para revenda (33.1)	(3.662.726)	-	-	-	(3.662.726)
Encargos de uso da rede elétrica	(1.131.972)	-	-	-	(1.131.972)
Pessoal e administradores (33.2)	(422.539)	(6.260)	(199.977)	-	(628.776)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 24.3)	(83.579)	(815)	(38.601)	-	(122.995)
Material	(29.590)	(10)	(2.708)	-	(32.308)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(604.723)	-	-	-	(604.723)
Gás natural e insumos para operação de gás	(218.364)	-	-	-	(218.364)
Serviços de terceiros (33.3)	(238.506)	(3.750)	(80.143)	-	(322.399)
Depreciação e amortização	(481.178)	(1)	(22.634)	(7.678)	(511.491)
Perdas de créditos, provisões e reversões (33.4)	126.206	(81.344)	-	(37.657)	7.205
Custo de construção (33.5)	(872.553)	-	-	-	(872.553)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos (33.6)	(85.404)	(3.322)	(49.434)	(20.587)	(158.747)
	(7.704.928)	(95.502)	(393.497)	(65.922)	(8.259.849)

Consolidado	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	1º.04.2021 a 30.06.2021
Energia elétrica comprada para revenda (33.1)	(1.976.430)	-	-	-	(1.976.430)
Encargos de uso da rede elétrica	(571.690)	-	-	-	(571.690)
Pessoal e administradores (33.2)	(213.097)	(3.045)	(103.384)	-	(319.526)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 24.3)	(41.377)	(401)	(19.379)	-	(61.157)
Material	(14.483)	(4)	(1.149)	-	(15.636)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(284.561)	-	-	-	(284.561)
Gás natural e insumos para operação de gás	(123.356)	-	-	-	(123.356)
Serviços de terceiros (33.3)	(115.232)	(2.492)	(37.594)	-	(155.318)
Depreciação e amortização	(240.730)	-	(9.945)	(3.840)	(254.515)
Perdas de créditos, provisões e reversões (33.4)	124.812	(39.453)	-	(3.290)	82.069
Custo de construção (33.5)	(499.181)	-	-	-	(499.181)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos (33.6)	(26.426)	(657)	(24.056)	(3.102)	(54.241)
	(3.981.751)	(46.052)	(195.507)	(10.232)	(4.233.542)

Consolidado	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	Reapresentado 30.06.2020
Energia elétrica comprada para revenda (33.1)	(2.965.718)	-	-	-	(2.965.718)
Encargos de uso da rede elétrica	(563.154)	-	-	-	(563.154)
Pessoal e administradores (33.2)	(432.163)	(5.486)	(175.469)	-	(613.118)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 24.3)	(81.361)	(826)	(31.941)	-	(114.128)
Material	(33.584)	(88)	(3.797)	-	(37.469)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(122.132)	-	-	-	(122.132)
Gás natural e insumos para operação de gás	(181.049)	-	-	-	(181.049)
Serviços de terceiros (33.3)	(191.236)	(2.545)	(75.931)	-	(269.712)
Depreciação e amortização	(465.229)	-	(22.007)	(7.678)	(494.914)
Perdas de créditos, provisões e reversões (33.4)	(110.502)	(96.409)	-	(52.730)	(259.641)
Custo de construção (33.5)	(570.056)	-	-	-	(570.056)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos (33.6)	(56.499)	(9.888)	(52.800)	(40.738)	(159.925)
	(5.772.683)	(115.242)	(361.945)	(101.146)	(6.351.016)

Consolidado	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	Reapresentado 1º.04.2020 a 30.06.2020
Energia elétrica comprada para revenda (33.1)	(1.468.967)	-	-	-	(1.468.967)
Encargos de uso da rede elétrica	(252.790)	-	-	-	(252.790)
Pessoal e administradores (33.2)	(232.593)	(2.615)	(98.773)	-	(333.981)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 24.3)	(40.201)	(399)	(15.864)	-	(56.464)
Material	(13.322)	(76)	(2.091)	-	(15.489)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	8.339	-	-	-	8.339
Gás natural e insumos para operação de gás	(79.221)	-	-	-	(79.221)
Serviços de terceiros (33.3)	(95.583)	(1.189)	(36.823)	-	(133.595)
Depreciação e amortização	(229.637)	1	(11.527)	(3.841)	(245.004)
Perdas de créditos, provisões e reversões (33.4)	(70.378)	(57.441)	-	(2.220)	(130.039)
Custo de construção (33.5)	(329.852)	-	-	-	(329.852)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos (33.6)	(17.989)	(4.908)	(28.997)	(19.388)	(71.282)
	(2.822.194)	(66.627)	(194.075)	(25.449)	(3.108.345)

Controladora	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	30.06.2021
Pessoal e administradores (33.2)	(12.295)	-	(12.295)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 24.3)	(1.402)	-	(1.402)
Material	(184)	-	(184)
Serviços de terceiros	(13.558)	-	(13.558)
Depreciação e amortização	(574)	(560)	(1.134)
Perdas de créditos, provisões e reversões (33.4)	-	(30.988)	(30.988)
Outras receitas (despesas) operacionais	(11.103)	(2.424)	(13.527)
	(39.116)	(33.972)	(73.088)

Controladora	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1º.04.2021 a 30.06.2021
Pessoal e administradores (33.2)	(6.515)	-	(6.515)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 24.3)	(695)	-	(695)
Material	(54)	-	(54)
Serviços de terceiros	(7.213)	-	(7.213)
Depreciação e amortização	(307)	(280)	(587)
Perdas de créditos, provisões e reversões (33.4)	-	(19.335)	(19.335)
Outras receitas (despesas) operacionais	(7.384)	(561)	(7.945)
	(22.168)	(20.176)	(42.344)

Controladora	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	30.06.2020
Pessoal e administradores (33.2)	(10.717)	-	(10.717)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 24.3)	(1.146)	-	(1.146)
Material	(695)	-	(695)
Serviços de terceiros	(18.053)	-	(18.053)
Depreciação e amortização	(319)	(561)	(880)
Perdas de créditos, provisões e reversões (33.4)	-	(4.323)	(4.323)
Outras receitas (despesas) operacionais	(10.316)	(5.765)	(16.081)
	(41.246)	(10.649)	(51.895)

Controladora	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1º.04.2020 a 30.06.2020
Pessoal e administradores (33.2)	(6.831)	-	(6.831)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 24.3)	(485)	-	(485)
Material	(396)	-	(396)
Serviços de terceiros	(9.856)	-	(9.856)
Depreciação e amortização	(159)	(281)	(440)
Perdas de créditos, provisões e reversões (33.4)	-	(982)	(982)
Outras receitas (despesas) operacionais	(4.238)	(1.240)	(5.478)
	(21.965)	(2.503)	(24.468)

33.1 Energia elétrica comprada para revenda

Consolidado	30.06.2021	30.06.2020
Compra de energia no ambiente regulado - CCEAR	1.625.873	1.472.950
Itaipu Binacional	889.007	845.140
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	453.770	324.340
Contratos bilaterais	871.699	468.018
Programa de incentivo a novas fontes de energia alternativa - Proinfa	135.621	110.650
Micro e mini geradores e recompra de clientes	130.897	66.676
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre energia elétrica comprada para revenda	(444.141)	(322.056)
	3.662.726	2.965.718

Consolidado	1º.04.2021 a 30.06.2021	1º.04.2020 a 30.06.2020
Compra de energia no ambiente regulado - CCEAR	782.734	694.993
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	342.232	137.867
Itaipu Binacional	441.094	465.513
Contratos bilaterais	503.950	235.947
Programa de incentivo a novas fontes de energia alternativa - Proinfa	68.252	55.079
Micro e mini geradores e recompra de clientes	67.369	38.496
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre energia elétrica comprada para revenda	(229.201)	(158.928)
	1.976.430	1.468.967

33.2 Pessoal e administradores

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	30.06.2020	30.06.2021	30.06.2020
Pessoal				
Remunerações	2.732	2.921	313.054	312.276
Encargos sociais	959	1.013	110.001	112.724
Auxílio alimentação e educação	788	711	50.829	54.014
	4.479	4.645	473.884	479.014
Administradores				
Honorários	2.257	1.980	8.560	8.877
Encargos sociais	508	56	1.853	1.152
Outros gastos	45	1.192	134	2.348
	2.810	3.228	10.547	12.377
Provisões por desempenho e participação nos lucros de empregados e administradores	5.006	2.844	144.345	121.727
	12.295	10.717	628.776	613.118

	Controladora		Consolidado	
	1º.04.2021 a 30.06.2021	1º.04.2020 a 30.06.2020	1º.04.2021 a 30.06.2021	1º.04.2020 a 30.06.2020
Pessoal				
Remunerações	1.444	1.921	159.473	158.430
Encargos sociais	486	487	55.398	55.403
Auxílio alimentação e educação	386	388	25.075	26.680
	2.316	2.796	239.946	240.513
Administradores				
Honorários	1.137	699	4.517	4.742
Encargos sociais	255	(244)	933	203
Outros gastos	20	1.171	61	2.298
	1.412	1.626	5.511	7.243
Provisões por desempenho e participação nos lucros de empregados e administradores	2.787	2.409	74.069	86.225
	6.515	6.831	319.526	333.981

33.3 Serviços de terceiros

Consolidado	Reapresentado	
	30.06.2021	30.06.2020
Manutenção do sistema elétrico	138.778	92.356
Manutenção de instalações	53.993	47.972
Comunicação, processamento e transmissão de dados	30.819	19.038
Atendimento ao consumidor	28.254	23.957
Leitura e entrega de faturas	25.842	23.994
Consultoria e auditoria	20.557	22.270
Outros serviços	24.156	40.125
	322.399	269.712

Consolidado	Reapresentado	
	1º.04.2021 a 30.06.2021	1º.04.2020 a 30.06.2020
Manutenção do sistema elétrico	64.258	48.216
Manutenção de instalações	28.135	22.924
Comunicação, processamento e transmissão de dados	14.314	8.086
Atendimento a consumidor	15.014	9.868
Leitura e entrega de faturas	12.960	12.218
Consultoria e auditoria	12.242	11.911
Outros serviços	8.395	20.372
	155.318	133.595

33.4 Perdas de crédito, provisões e reversões

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	30.06.2020	30.06.2021	30.06.2020
Provisão para litígios (a)	8.196	4.323	34.469	54.456
Perdas estimadas p/ redução ao valor recuperável de ativos - <i>Impairment</i>				
Contrato de concessão de geração de energia elétrica (NE nº 10.4)	-	-	(2.604)	(1.729)
Imobilizado - segmento de geração (NE nº 18.4)	-	-	(123.602)	104.287
Imobilizado - segmento de telecomunicações	-	-	-	(25)
Perdas de créditos esperadas (Clientes e Outros créditos)	-	-	81.344	96.409
Perdas estimadas em créditos tributários	-	-	3.188	(1.726)
Provisão para perdas em participações societárias	22.792	-	-	7.969
	30.988	4.323	(7.205)	259.641

	Controladora		Consolidado	
	1º.04.2021 a 30.06.2021	1º.04.2020 a 30.06.2020	1º.04.2021 a 30.06.2021	1º.04.2020 a 30.06.2020
Provisão para litígios (a)	2.819	982	1.542	1.573
Perdas estimadas p/ redução ao valor recuperável de ativos - <i>Impairment</i>				
Contrato de concessão de geração de energia elétrica	-	-	-	(1.729)
Imobilizado - segmento de geração	-	-	(124.812)	72.132
Imobilizado - segmento de telecomunicações	-	-	-	(25)
Perdas de créditos esperadas (Clientes e Outros créditos)	-	-	39.453	57.441
Perdas estimadas em créditos tributários	-	-	1.748	647
Provisão para perdas em participações societárias	16.516	-	-	-
	19.335	982	(82.069)	130.039

(a) A variação de provisões para litígios ocorreu em função da revisão da avaliação dos assessores legais da Companhia principalmente em ações cíveis. O detalhamento das ações está demonstrado na NE nº 30.

33.5 Custo de construção

Consolidado	30.06.2021	30.06.2020
Material	506.021	327.860
Serviços de terceiros	282.989	168.817
Pessoal	73.975	60.540
Outros (a)	9.568	12.839
	872.553	570.056

(a) No saldo está contido o valor de reversão de provisões para litígios, no total de R\$ 6.921.

Consolidado	1º.04.2021	1º.04.2020
	a 30.06.2021	a 30.06.2020
Material	286.418	192.936
Serviços de terceiros	163.333	97.000
Pessoal	39.301	32.397
Outros	10.129	7.519
	499.181	329.852

33.6 Outros custos e despesas operacionais, líquidos

Consolidado	30.06.2021	Reapresentado
		30.06.2020
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	41.703	20.113
Indenizações	25.946	25.461
Perdas na desativação e alienação de bens, líquidas	15.638	23.626
Taxa de arrecadação	25.836	24.024
Tributos	18.994	18.370
Arrendamentos e aluguéis	5.375	6.261
Doações, contribuições, subvenções, incentivos fiscais (a)	1.558	5.474
Comunicação corporativa		
Associação das Emissoras de Radiodifusão do Paraná - AERP	5.686	5.784
Talentos Olímpicos Paranaense - TOP	2.478	1.753
Patrocínio	174	844
Publicidade	4.128	5.661
Outras receitas, custos e despesas, líquidos	11.231	22.554
	158.747	159.925

(a) O saldo contempla investimentos sociais da Companhia em educação, cultura, saúde, esporte, dentre outros, incluindo doações incentivadas utilizadas como benefício fiscal.

Consolidado	1º.04.2021	Reapresentado
	a 30.06.2021	1º.04.2020
		a 30.06.2020
Perdas na desativação e alienação de bens	395	13.089
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	12.472	6.372
Taxa de arrecadação	13.432	11.673
Indenizações	1.676	17.786
Tributos	7.729	5.451
Arrendamentos e aluguéis	1.444	2.905
Doações, contribuições, subvenções, incentivos fiscais (a)	1.527	5.095
Comunicação corporativa		
Associação das Emissoras de Radiodifusão do Paraná - AERP	2.856	1.961
Talentos Olímpicos Paranaense - TOP	2.271	1.753
Patrocínio	46	276
Publicidade	3.469	2.816
Outras receitas, custos e despesas, líquidos	6.924	2.105
	54.241	71.282

34 Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	30.06.2020	30.06.2021	Reapresentado 30.06.2020
Receitas financeiras				
Juros e variação monetária sobre repasse CRC (NE nº 8.1)	223.255	98.582	223.255	98.582
Acréscimos moratórios sobre faturas	-	-	174.403	100.529
Variação cambial sobre compra de energia elétrica de Itaipu	-	-	32.801	17.038
Renda de aplicações financeiras	637	534	31.599	45.892
Remuneração de ativos e passivos setoriais (NE nº 9.2)	-	-	9.134	15.510
Reconhecimento de crédito tributário (NE 13.2.1)	-	-	8.656	936.524
Variação monetária e ajuste a valor presente sobre contas a pagar vinculadas à concessão (NE nº 27.1)	-	-	2.259	833
Variação cambial sobre cauções de empréstimos	-	-	11	41.322
Valor justo dos derivativos - contrato a termo (NE nº 36.2.3 - b)	-	-	-	21.066
Outras receitas financeiras	4.437	5.623	47.572	95.633
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre Receita Financeira	(10.552)	(4.802)	(22.979)	(59.911)
	217.777	99.937	506.711	1.313.018
(-) Despesas financeiras				
Variação monetária, cambial e encargos da dívida	22.814	32.886	307.928	330.560
Variação monetária e ajuste a valor presente sobre contas a pagar vinculadas à concessão (NE nº 27.1)	-	-	139.793	55.822
Variação cambial sobre compra de energia elétrica de Itaipu	-	-	26.625	62.923
Valor justo dos derivativos - contrato a termo (NE nº 36.2.3 - b)	-	-	7.411	-
Juros sobre P&D e PEE (NE nº 26.2)	-	-	5.347	7.943
Variação monetária sobre repasse CRC (NE nº 8.1)	1.788	-	1.788	-
Remuneração de ativos e passivos setoriais (NE nº 9.2)	-	-	940	62
PIS/Pasep e Cofins sobre juros sobre capital próprio	28	-	28	-
Outras despesas financeiras	5.337	1.889	26.562	34.720
	29.967	34.775	516.422	492.030
Líquido	187.810	65.162	(9.711)	820.988

	Controladora		Consolidado	
	1º.04.2021 a 30.06.2021	1º.04.2020 a 30.06.2020	1º.04.2021 a 30.06.2021	Reapresentado 1º.04.2020 a 30.06.2020
Receitas financeiras				
Juros e variação monetária sobre repasse CRC	95.534	54.350	95.534	54.350
Acréscimos moratórios sobre faturas	-	-	91.868	46.151
Variação cambial sobre compra de energia elétrica de Itaipu	-	-	30.337	10.165
Renda de aplicações financeiras	370	343	17.124	20.656
Remuneração de ativos e passivos setoriais	-	-	5.368	8.605
Reconhecimento de crédito tributário	-	-	5.256	936.524
Variação monetária e ajuste a valor presente sobre contas a pagar vinculadas à concessão	-	-	1.017	51
Variação cambial sobre cauções de empréstimos	-	-	(14.372)	12.598
Valor justos dos derivativos - contrato a termo	-	-	(3.899)	(3.541)
Outras receitas financeiras	2.087	2.013	21.523	71.159
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre Receita Financeira	(4.509)	(2.608)	(11.374)	(52.770)
	93.482	54.098	238.382	1.103.948
(-) Despesas financeiras				
Variação monetária, cambial e encargos da dívida	12.841	13.628	143.247	126.470
Variação monetária e ajuste a valor presente sobre contas a pagar vinculadas à concessão	-	-	64.475	29.767
Variação cambial sobre compra de energia elétrica de Itaipu	-	-	199	24.173
Valor justo dos derivativos - contrato a termo	-	-	7.411	-
Juros sobre P&D e PEE	-	-	2.953	3.506
Juros e variação monetária sobre repasse CRC	1.788	-	1.788	-
Remuneração de ativos e passivos setoriais	-	-	940	(973)
PIS/Pasep e Cofins sobre juros sobre capital próprio	28	-	28	-
Outras despesas financeiras	3.296	860	7.920	15.164
	17.953	14.488	228.961	198.107
Líquido	75.529	39.610	9.421	905.841

35 Segmentos Operacionais

Segmentos operacionais são as atividades de negócios que geram receitas e incorrem em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelas diretorias executivas da Controladora e das controladas, principais tomadoras de decisões estratégicas, responsáveis pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho.

35.1 Produtos e serviços dos quais os segmentos reportáveis têm suas receitas geradas

A Companhia atua nos segmentos reportáveis identificados pelas diretorias de cada área de negócio, considerando os ambientes regulatórios, as unidades estratégicas de negócios e os diferentes produtos e serviços. Os segmentos são gerenciados separadamente, pois cada negócio e cada empresa exigem diferentes tecnologias e estratégias.

Até 30.06.2021, todas as vendas foram realizadas em território brasileiro, bem como todos os ativos não correntes estão localizados em território nacional. Não foi identificado cliente da Companhia ou de suas controladas que seja responsável individualmente por mais de 10% da receita líquida total registrada até 30.06.2021.

A Companhia avalia o desempenho de cada segmento, com base em informações derivadas dos registros contábeis. As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas descritas na NE nº 4 das demonstrações financeiras de 31.12.2020.

35.2 Segmentos reportáveis da Companhia

De acordo com o CPC 22 / IFRS 8, os segmentos reportáveis da Companhia são:

Geração e transmissão de energia elétrica (GET) - tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulica, eólica e térmica (**GER**), e prover os serviços de transporte e transformação da energia elétrica, sendo responsável pela construção, operação e manutenção de subestações, bem como pelas linhas destinadas à transmissão de energia (**TRA**); para os gestores, os ativos e passivos dos segmentos de geração e de transmissão de energia são apresentados de forma agregada e o resultado é apresentado de forma segregada;

Distribuição de energia elétrica (DIS) - tem como atribuição prestar serviço público de distribuição de energia elétrica, sendo responsável por operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos;

Telecomunicações (TEL) - tem como atribuição a prestação de serviços de telecomunicações e de comunicações em geral. O segmento será descontinuado após finalização do processo de desinvestimento da Copel Telecomunicações, detalhado na NE nº 41.

Gás - tem como atribuição a exploração do serviço público de distribuição de gás natural canalizado;

Comercialização (COM) - tem como atribuição a comercialização de energia elétrica e a prestação de serviços correlatos;

Holding (HOL) - tem como atribuição a participação em outras empresas;

35.3 Ativo por segmento reportável

ATIVO	Energia elétrica			TEL	GÁS	HOL	Reclassificações NE nº 41	Operações inter-segmento	Consolidado
	GET	DIS	COM						
30.06.2021									
ATIVO TOTAL	20.797.441	19.942.860	1.855.745	1.504.682	799.226	4.158.030	(1.516.849)	(164.502)	47.376.633
ATIVO CIRCULANTE	2.446.700	4.938.824	692.157	650.029	287.387	2.080.864	(648.468)	(294.396)	10.153.097
ATIVO NÃO CIRCULANTE	18.350.741	15.004.036	1.163.588	854.653	511.839	2.077.166	(868.381)	129.894	37.223.536
Realizável a Longo Prazo	6.034.650	8.574.942	1.158.838	129.033	383.006	1.887.765	(129.033)	(283.298)	17.755.903
Investimentos	2.700.666	805	-	-	-	147.237	-	-	2.848.708
Imobilizado	9.339.665	-	258	701.633	-	24.623	(719.620)	60.927	9.407.486
Intangível	214.345	6.314.484	2.874	14.202	114.021	2.897	(9.942)	352.265	7.005.146
Direito de uso de ativos	61.415	113.805	1.618	9.785	14.812	14.644	(9.786)	-	206.293

ATIVO	Energia elétrica			TEL	GÁS	HOL	Reclassificações NE nº 41	Operações inter-segmento	Consolidado
	GET	DIS	COM						
31.12.2020									
ATIVO TOTAL	20.945.910	20.407.088	1.053.099	1.565.593	749.434	4.733.847	(1.230.546)	(1.439.761)	46.784.664
ATIVO CIRCULANTE	3.137.219	6.198.414	390.695	666.654	245.028	2.543.995	(380.954)	(1.393.620)	11.407.431
ATIVO NÃO CIRCULANTE	17.808.691	14.208.674	662.404	898.939	504.406	2.189.852	(849.592)	(46.141)	35.377.233
Realizável a Longo Prazo	5.561.545	7.915.662	660.229	136.527	358.719	2.007.064	(110.834)	(438.633)	16.090.279
Investimentos	2.574.402	808	-	-	-	154.307	-	-	2.729.517
Imobilizado	9.420.859	-	224	734.172	-	24.500	(716.924)	32.629	9.495.460
Intangível	223.222	6.203.387	1.833	16.993	132.366	2.379	(10.587)	359.863	6.929.456
Direito de uso de ativos	28.663	88.817	118	11.247	13.321	1.602	(11.247)	-	132.521

35.4 Demonstração do resultado por segmento reportável

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Energia Elétrica				TEL	GÁS	HOL	Reclassificações NE nº 41	Operações inter-segmento	Consolidado
	GET		DIS	COM						
	GER	TRA								
30.06.2021										
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE										
RECETA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.599.332	767.017	6.411.050	1.881.904	210.333	351.685	-	(197.444)	(1.611.065)	10.412.812
Receita operacional líquida com terceiros	1.450.669	573.221	6.382.132	1.668.273	197.445	338.516	-	(197.444)	-	10.412.812
Receita operacional líquida entre segmentos	1.148.663	193.796	28.918	213.631	12.888	13.169	-	-	(1.611.065)	-
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(1.561.241)	(210.376)	(5.892.008)	(1.821.380)	(172.353)	(273.335)	(76.154)	50.675	1.696.323	(8.259.849)
Energia elétrica comprada para revenda	(249.104)	-	(2.966.971)	(1.809.846)	-	-	-	-	1.363.195	(3.662.726)
Encargos de uso da rede elétrica	(245.619)	-	(1.089.324)	-	-	-	-	-	202.971	(1.131.972)
Pessoal e administradores	(116.718)	(68.881)	(370.098)	(7.267)	(33.890)	(19.419)	(12.503)	-	-	(628.776)
Planos previdenciário e assistencial	(21.652)	(13.873)	(77.388)	(767)	(5.409)	(2.471)	(1.435)	-	-	(122.995)
Material	(5.358)	(1.771)	(24.645)	(10)	(1.656)	(337)	(190)	1.656	3	(32.308)
Matéria-prima e insumos para produção de energia	(616.786)	-	-	-	-	-	-	-	-	12.063
Gás natural e insumos para operação de gás	-	-	-	-	-	(218.364)	-	-	-	(218.364)
Serviços de terceiros	(76.834)	(14.945)	(222.947)	(1.697)	(33.456)	(7.793)	(13.708)	33.456	15.525	(322.399)
Depreciação e amortização	(282.099)	(5.257)	(200.009)	(83)	(67.415)	(19.449)	(1.311)	1.665	62.467	(511.491)
Provisão (reversão) para litígios	2.613	6.614	(33.444)	(168)	4.845	106	(10.190)	(4.845)	-	(34.469)
Perdas estimadas p/ redução ao valor recuperável de ativos	126.361	(155)	-	-	5.156	-	-	(5.156)	-	126.206
Outras perdas de créditos, provisões e reversões	(2.050)	(2.333)	(81.928)	(156)	(5.445)	1.935	(22.792)	5.445	22.792	(84.532)
Custo de construção	-	(104.626)	(762.258)	-	-	(5.669)	-	-	-	(872.553)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(73.995)	(5.149)	(62.996)	(1.386)	(35.083)	(1.874)	(14.025)	18.454	17.307	(158.747)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	5.312	144.903	-	-	-	-	2.590	-	-	152.805
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS	1.043.403	701.544	519.042	60.524	37.980	78.350	(73.564)	(146.769)	85.258	2.305.768
Receitas financeiras	46.124	4.286	228.180	7.523	16.197	6.011	219.932	(16.194)	(5.348)	506.711
Despesas financeiras	(257.314)	(59.113)	(124.988)	(26)	(37.977)	(4.414)	(75.915)	37.977	5.348	(516.422)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	832.213	646.717	622.234	68.021	16.200	79.947	70.453	(124.986)	85.258	2.296.057
Imposto de renda e contribuição social	(172.232)	(153.208)	(217.158)	(23.145)	(5.673)	(27.811)	(744)	41.390	(21.240)	(579.821)
LUCRO (PREJUÍZO) DE OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE	659.981	493.509	405.076	44.876	10.527	52.136	69.709	(83.596)	64.018	1.716.236
Resultado de operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-	-	83.596	-	83.596
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	659.981	493.509	405.076	44.876	10.527	52.136	69.709	-	64.018	1.799.832

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Energia Elétrica				TEL	GÁS	HOL	Reclassificações NE nº 41	Operações inter-segmento	Consolidado
	GET		DIS	COM						
	GER	TRA								
30.06.2020										
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE										
RECETA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.769.469	490.689	5.896.156	1.052.364	190.829	263.553	-	(173.006)	(841.795)	8.648.259
Receita operacional líquida com terceiros	1.113.839	351.084	5.870.406	1.052.338	173.006	260.592	-	(173.006)	-	8.648.259
Receita operacional líquida entre segmentos	655.630	139.605	25.750	26	17.823	2.961	-	-	(841.795)	-
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(1.079.152)	(200.488)	(4.566.557)	(1.011.530)	(170.120)	(227.922)	(53.584)	116.543	841.795	(6.351.015)
Energia elétrica comprada para revenda	(38.927)	-	(2.583.438)	(1.000.041)	-	-	-	-	656.688	(2.965.718)
Encargos de uso da rede elétrica	(236.656)	-	(476.566)	-	-	-	-	-	150.068	(563.154)
Pessoal e administradores	(111.454)	(68.121)	(366.643)	(6.468)	(31.548)	(17.614)	(11.270)	-	-	(613.118)
Planos previdenciário e assistencial	(18.789)	(11.910)	(73.853)	(726)	(5.604)	(2.070)	(1.176)	-	-	(114.128)
Material	(4.118)	(1.517)	(30.858)	(6)	(587)	(270)	(700)	587	-	(37.469)
Matéria-prima e insumos para produção de energia	(125.139)	-	-	-	-	-	-	-	3.007	(122.132)
Gás natural e insumos para operação de gás	-	-	-	-	-	(181.049)	-	-	-	(181.049)
Serviços de terceiros	(57.041)	(13.193)	(195.116)	(1.171)	(34.434)	(5.779)	(18.467)	34.434	21.054	(269.713)
Depreciação e amortização	(292.127)	(4.916)	(180.893)	(23)	(73.911)	(12.638)	(1.056)	70.651	-	(494.913)
Provisão (reversão) para litígios	(20.275)	9.291	(38.393)	(714)	(530)	(23)	(4.342)	530	-	(54.456)
Perdas estimadas p/ redução ao valor recuperável de ativos	(102.558)	-	-	-	22.903	-	-	(22.878)	-	(102.533)
Outras perdas de créditos, provisões e reversões	(9.418)	195	(91.039)	(1.234)	(7.911)	(1.156)	-	7.911	-	(102.652)
Custo de construção	-	(100.647)	(464.794)	-	-	(4.615)	-	-	-	(570.056)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(62.650)	(9.670)	(64.964)	(1.147)	(38.498)	(2.708)	(16.573)	25.308	10.978	(159.924)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	6.083	20.371	-	(68)	-	-	991	-	-	27.377
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS	696.400	310.572	1.329.599	40.766	20.709	35.631	(52.593)	(56.463)	-	2.324.621
Receitas financeiras	49.669	16.459	1.130.390	4.562	12.082	8.787	103.296	(12.082)	(145)	1.313.018
Despesas financeiras	(178.782)	(39.483)	(193.144)	(68)	(23.416)	(11.603)	(69.095)	23.416	145	(492.030)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	567.287	287.548	2.266.845	45.260	9.375	32.815	(18.392)	(45.129)	-	3.145.609
Imposto de renda e contribuição social	(194.543)	(81.376)	(769.157)	(15.563)	(3.395)	(12.017)	(8.831)	17.127	-	(1.067.755)
LUCRO (PREJUÍZO) DE OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE	372.744	206.172	1.497.688	29.697	5.980	20.798	(27.223)	(28.002)	-	2.077.854
Resultado de operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-	-	28.002	-	28.002
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	372.744	206.172	1.497.688	29.697	5.980	20.798	(27.223)	-	-	2.105.856

35.5 Adições no ativo não circulante por segmento reportável

30.06.2021	Energia elétrica			TEL	GÁS	SER	HOL	Consolidado
	GET	DIS	COM					
Ativos de contrato	-	735.794	-	-	7.681	-	-	743.475
Imobilizado	184.041	-	56	52.155	-	-	380	236.632
Intangível	1.696	-	1.067	144	-	-	748	3.655
Direito de uso de ativos	36.295	41.663	1.536	11.406	1.933	85	2.648	95.566

36 Instrumentos Financeiros

36.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Consolidado	NE nº	Nível	30.06.2021		31.12.2020	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	5	1	1.437.628	1.437.628	3.222.768	3.222.768
Títulos e valores mobiliários (b)	6	1	-	-	751	751
Títulos e valores mobiliários (b)	6	2	288.861	288.861	299.779	299.779
Contas a receber vinculadas à concessão de distribuição (c)	10.1 e 10.2	3	1.267.288	1.267.288	1.149.934	1.149.934
Contas a receber vinculadas à concessão de geração (d)	10.4	3	92.455	92.455	81.202	81.202
Valor justos dos derivativos - contrato a termo (e)	12	3	15.897	15.897	23.308	23.308
Valor justo na compra e venda de energia (e)	12	3	1.322.424	1.322.424	689.531	689.531
Outros investimentos temporários (f)		1	13.434	13.434	14.910	14.910
Outros investimentos temporários (f)		2	5.953	5.953	7.475	7.475
			4.443.940	4.443.940	5.489.658	5.489.658
Custo amortizado						
Cauções e depósitos vinculados (a)			211	211	197	197
Caução STN (g)	22.1		128.043	106.736	133.521	113.477
Clientes (a)	7		3.716.090	3.716.090	3.819.680	3.819.680
Repasso CRC ao Governo do Estado do Paraná (h)	8		1.429.451	1.504.055	1.392.624	1.496.016
Ativos financeiros setoriais (a)	9		385.385	385.385	346.930	346.930
Contas a receber vinculadas à concessão - bonificação de outorga (i)	10.3		695.433	789.334	671.204	763.070
			6.354.613	6.501.811	6.364.156	6.539.370
Total dos ativos financeiros			10.798.553	10.945.751	11.853.814	12.029.028
Passivos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Valor justo na compra e venda de energia (e)	29	3	956.886	956.886	343.406	343.406
			956.886	956.886	343.406	343.406
Custo amortizado						
Passivos financeiros setoriais (a)	9		349.064	349.064	188.709	188.709
Programa Especial de Regularização Tributária - Pert (g)	13.2		438.141	371.805	459.303	377.375
PIS e Cofins a restituir para consumidores (a)	13.2.1		3.257.386	3.257.386	3.927.823	3.927.823
Fornecedores (a)	21		2.335.358	2.335.358	2.436.452	2.436.452
Empréstimos e financiamentos (g)	22		3.121.260	2.857.594	3.214.249	2.956.696
Debêntures (j)	23		6.579.175	6.579.175	6.837.819	6.837.819
Contas a pagar vinculadas à concessão (k)	27		826.045	917.435	731.864	811.329
			16.906.429	16.667.817	17.796.219	17.536.203
Total dos passivos financeiros			17.863.315	17.624.703	18.139.625	17.879.609

Os níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:

Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo;

Nível 3: obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

Apuração dos valores justos

- a) Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.
- b) Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- c) Os critérios estão divulgados na NE nº 4.4 das demonstrações financeiras de 31.12.2020.
- d) Os ativos de geração têm valores justos similares aos valores contábeis, conforme NE nº 4.4 das demonstrações financeiras de 31.12.2020.
- e) Os ativos e passivos equivalem ao seu respectivo valor contábil conforme NE nº 4.15 das demonstrações financeiras de 31.12.2020.
- f) Investimentos em outras empresas, avaliados ao valor justo, o qual é calculado conforme cotações de preço publicadas em mercado ativo, para os ativos classificados como nível 1, e apurado por meio de modelo de avaliação comparativa para os ativos classificados como nível 2.
- g) Utilizado como premissa básica o custo da última captação realizada pela Companhia, 135,0% do CDI, para desconto do fluxo de pagamentos esperado.
- h) Utilizada como premissa a comparação com o título Notas do Tesouro Nacional - NTN-B, de longo prazo e pós-fixado, a NTN-B Principal com vencimento em 15.08.2026, que paga em torno de 3,87% a.a. mais IPCA.
- i) Créditos a receber relacionados ao contrato de concessão de prestação de serviço de geração de energia elétrica em regime de cotas, tendo seu valor justo calculado pelo fluxo de entradas de caixa esperado, descontado à taxa estipulada no edital do leilão nº 12/2015 Aneel (9,04%).
- j) Calculado conforme cotação do Preço Unitário - PU em 30.06.2021, obtido junto à Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - Anbima, líquido do custo financeiro a amortizar.
- k) Utilizada a taxa de desconto real e líquida, de 8,64% a.a., compatível com a taxa estimada pela Companhia para projetos de longo prazo.

36.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

36.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

Consolidado		
Exposição ao risco de crédito	30.06.2021	31.12.2020
Caixa e equivalentes de caixa (a)	1.437.628	3.222.768
Títulos e valores mobiliários (a)	288.861	300.530
Cauções e depósitos vinculados (a)	128.254	133.718
Clientes (b)	3.716.090	3.819.680
Repassé CRC ao Governo do Estado do Paraná (c)	1.429.451	1.392.624
Ativos financeiros setoriais (d)	385.385	346.930
Contas a receber vinculadas à concessão de distribuição (e)	1.267.288	1.149.934
Contas a receber vinculadas à concessão - bonificação de outorga (f)	695.433	671.204
Contas a receber vinculadas à concessão de geração (g)	92.455	81.202
Outros investimentos temporários (h)	19.387	22.385
	9.460.232	11.140.975

- a)** A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.
- b)** Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Tal risco está diretamente relacionado a fatores internos e externos à Copel. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia atua na gestão de contas a receber, detectando as classes de consumidores com maior possibilidade de inadimplência, implementando políticas específicas de cobrança e/ou exigência de garantias financeiras e suspendendo o fornecimento e/ou o registro de energia e a prestação do serviço, conforme estabelecido em contrato e normas regulamentares.
- c)** A Administração considera o risco desse crédito reduzido, visto que as amortizações são garantidas com recursos provenientes de dividendos.
- d)** A Administração considera reduzido o risco desse crédito, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, correspondente aos custos não recuperados por meio de tarifa.
- e)** A Administração considera reduzido o risco desse crédito visto, que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente aos investimentos em infraestrutura não recuperados por meio da tarifa.
- f)** A Administração considera reduzido o risco desse crédito visto que o contrato celebrado de venda da energia por cotas garante o recebimento de Receita Anual de Geração - RAG, que inclui a amortização anual desse valor durante o prazo da concessão.
- g)** Para os ativos de concessão de geração, a Aneel publicou a Resolução Normativa nº 596/2013, que trata da definição de critérios para cálculo do VNR, para fins de indenização. A expectativa da Administração sobre a indenização destes ativos indica a recuperabilidade dos saldos registrados.

- h) Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da volatilidade do mercado de ações. Esse tipo de risco envolve fatores externos e vem sendo administrado através de acompanhamento periódico das variações ocorridas no mercado.

36.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados ao controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração. Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício.

As projeções econômico-financeiras de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias.

A Companhia monitora permanentemente o volume de recursos a serem liquidados por meio de controle do fluxo de caixa, objetivando reduzir o custo de captação, o risco de renovação dos empréstimos e a aderência à política de aplicações financeiras, mantendo-se um nível de caixa mínimo.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil - Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para os próximos 3 anos. A partir de 2025, repetem-se os indicadores de 2024 até o horizonte da projeção.

Consolidado	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
30.06.2021							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 22	28.758	69.151	326.427	2.075.509	1.556.490	4.056.335
Debêntures	NE nº 23	372.188	452.026	1.536.599	4.418.974	984.102	7.763.889
Contas a pagar vinculadas à concessão	Tx. Retorno + IGP-M e IPCA	7.227	14.454	81.205	479.017	1.683.090	2.264.993
Fornecedores	-	1.622.577	605.643	41.135	66.003	-	2.335.358
PIS e Cofins a restituir para consumidores	-	-	-	-	3.539.706	-	3.539.706
Pert	Selic	4.265	8.569	39.482	237.023	249.137	538.476
Passivos financeiros setoriais	Selic	23.849	48.004	222.571	70.478	-	364.902
		2.113.743	1.308.546	2.754.438	12.361.849	6.702.747	25.241.323

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

Conforme divulgado nas NEs nºs 22.5 e 23.3, a Companhia e suas controladas têm empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que podem exigir a antecipação do pagamento dessas obrigações.

36.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Risco cambial - dólar norte-americano

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de flutuações nas taxas de câmbio que reduzam saldos ativos ou aumentem saldos passivos em moeda estrangeira.

A dívida em moeda estrangeira da Companhia não é significativa e não existe exposição a operações com derivativos de câmbio. A Companhia mantém monitoramento das taxas cambiais.

O efeito da variação cambial decorrente do contrato de compra de energia da Eletrobras (Itaipu) é repassado no próximo reajuste tarifário da Copel DIS.

O risco cambial na compra de gás decorre da possibilidade de a Compagás computar prejuízos decorrentes de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando o valor em reais das contas a pagar sobre o gás adquirido da Petrobras. Este risco é mitigado pelo monitoramento e repasse da variação de preços aos clientes via tarifa, quando possível. A Companhia mantém monitoramento permanente dessas flutuações.

Análise de sensibilidade do risco cambial - dólar

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto da depreciação cambial do dólar norte-americano sobre seus empréstimos e financiamentos expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto na data destas demonstrações financeiras intermediárias, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras intermediárias e para o cenário provável considerou-se o saldo com a variação da taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$ 5,09) prevista na mediana das expectativas de mercado para 2021 do Relatório Focus do Bacen de 23.07.2021. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Risco cambial	Risco	Base	Cenários projetados		
		30.06.2021	Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ativos financeiros					
Caução STN (garantia de empréstimo STN)	Baixa do dólar	128.043	2.247	(30.325)	(62.898)
		128.043	2.247	(30.325)	(62.898)
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos - STN	Alta do dólar	(134.685)	(2.364)	(36.626)	(70.889)
Fornecedores					
Eletrobras (Itaipu)	Alta do dólar	(149.752)	(2.628)	(40.724)	(78.819)
Aquisição de gás	Alta do dólar	(55.030)	(966)	(14.965)	(28.964)
		(339.467)	(5.958)	(92.315)	(178.672)

b) Risco cambial - euro

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de flutuações nas taxas de câmbio com reflexos no valor justo das operações com instrumentos financeiros derivativos de compra a termo de moeda sem entrega física (NDF - *Non Deliverable Forward*). Estes derivativos foram contratados tendo em vista que nos contratos de fornecimento dos aerogeradores das empresas do complexo eólico Jandaíra, controladas pela Copel GeT, estão previstas parcelas de desembolso em Euro. Eventuais ganhos e perdas são reconhecidos no resultado da Companhia.

Baseado nos valores nocionais de 15,5 milhões de euros, em aberto na data destas demonstrações financeiras intermediárias, o valor justo foi estimado pela diferença entre os valores contratados nos respectivos termos e as cotações futuras da moeda (taxas referenciais da B3), trazidos a valor presente pela taxa pré na mesma data. O saldo ativo registrado está apresentado na NE nº 12.

Análise de sensibilidade sobre as operações com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto da exposição à variação da cotação do Euro (€).

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras intermediárias e para o cenário provável consideraram-se os saldos atualizados com as cotações futuras da moeda (taxas referenciais da B3 em 30.06.2021) trazidos a valor presente pela taxa pré. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram a elevação ou queda de 25% e 50% nas cotações futuras aplicadas sobre o cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Consolidado	Variação na taxa cambial	Base 30.06.2021	Cenários projetados		
			Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ganhos (perdas) em operações com instrumentos financeiros derivativos	Elevação	15.897	18.967	42.735	66.502
	Queda	15.897	18.967	(4.800)	(28.567)

c) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto na data destas demonstrações financeiras intermediárias estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras intermediárias e para o cenário provável consideraram-se os saldos com a variação dos indicadores (CDI/Selic - 7,0%, IPCA - 6,56%, IGP-DI - 19,08%, IGP-M - 19,0% e TJLP - 7,56%) previstos na mediana das expectativas de mercado para 2021 do Relatório Focus do Bacen de 23.07.2021, exceto o IGP-DI e a TJLP, que consideram a projeção interna da Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base	Cenários projetados		
		30.06.2021	Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/Selic	288.861	9.241	6.964	4.656
Cauções e depósitos vinculados	Baixa CDI/Selic	211	7	5	4
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	Baixa IGP-DI	1.429.451	130.433	98.869	66.639
Ativos financeiros setoriais	Baixa Selic	385.385	13.260	9.987	6.686
Contas a receber vinculadas à concessão	Baixa IPCA	1.962.721	63.355	47.703	31.929
Contas a receber vinculadas à concessão de geração	Indefinido (a)	92.455	-	-	-
		4.159.084	216.296	163.528	109.914
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos					
Banco do Brasil	Alta CDI	(640.424)	(22.036)	(27.431)	(32.783)
BNDES	Alta TJLP	(1.944.449)	(72.161)	(89.802)	(107.290)
BNDES	Alta IPCA	(281.364)	(9.082)	(11.309)	(13.518)
Banco do Brasil - Repasse de recursos do BNDES	Alta TJLP	(77.999)	(2.895)	(3.602)	(4.304)
Caixa Econômica Federal	Alta TJLP	(81)	(3)	(4)	(4)
Outros	Sem Risco	(42.258)	-	-	-
Debêntures	Alta CDI/Selic	(4.870.529)	(167.585)	(208.618)	(249.321)
Debêntures	Alta IPCA	(1.602.220)	(51.718)	(64.397)	(76.980)
Debêntures	Alta TJLP	(106.426)	(3.950)	(4.915)	(5.872)
Passivos financeiros setoriais	Alta Selic	(349.064)	(12.011)	(14.951)	(17.869)
Pert	Alta Selic	(438.141)	(15.076)	(18.767)	(22.428)
Contas a pagar vinculadas à concessão	Alta IGP-M	(770.948)	(70.057)	(86.678)	(102.982)
Contas a pagar vinculadas à concessão	Alta IPCA	(55.097)	(1.779)	(2.215)	(2.647)
		(11.179.000)	(428.353)	(532.689)	(635.998)

(a) Avaliação do risco ainda carece de regulamentação por parte do Poder Concedente.

36.2.4 Risco quanto à escassez de energia

Aproximadamente 64% da capacidade instalada no país atualmente é proveniente de geração hidrelétrica, conforme informado no Banco de Informações de Geração da Aneel, o que torna o Brasil e a região geográfica em que a Companhia opera sujeitos a condições hidrológicas que são imprevisíveis, devido a desvios não cíclicos da precipitação média. Condições hidrológicas extremamente desfavoráveis podem acarretar, entre outras coisas, a implementação de programas abrangentes de economia de eletricidade, tais como racionalização ou até redução obrigatória de consumo, como racionamentos.

Desde setembro de 2020 até junho de 2021, o Sistema Interligado Nacional vem apresentando o pior histórico de Energias Naturais Afluentes ao agregado de seus aproveitamentos. O Ministério de Minas e Energia de demais órgãos do setor estão trabalhando para mitigação de riscos de racionamento, com destaque para um elevado despacho termoeletrico fora da ordem de mérito de custo, bem como a flexibilização de restrições à operação hidrelétrica do sistema. Adicionalmente, considerando a forte geração eólica no Nordeste e a geração de biomassa no Sudeste, estima-se que o risco de falta energia em 2021 e 2022 seja minimizado, conforme as informações oficiais publicadas até o momento.

De forma a mitigar o risco de atendimento à demanda instantânea, o MME está fazendo gestão sobre os grandes consumidores de energia no sentido de migrar seus consumos dos períodos de maior demanda. O que, de modo geral, significa transferir a produção para as madrugadas. Isso garante o atendimento aos consumidores com maior economicidade, visto que a operação em períodos de elevada demanda instantânea é muito cara.

O Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE tem mantido os indicadores de risco de déficit de energia dentro da margem de segurança, nas projeções de curto prazo, mediante autorização de despacho de geração térmica fora da ordem de mérito de custo pelo ONS, que por sua vez vem despachando os montantes necessários à uma operação segura ao Sistema Interligado Nacional.

Embora os estoques nos reservatórios não sejam os ideais, sob o ponto de vista dos órgãos responsáveis pelo planejamento da operação do sistema, quando combinados com outras variáveis, como vazões afluentes, geração eólica e solar, são suficientes para manter o risco de déficit dentro da margem de segurança estabelecida pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE (risco máximo de 5%) em todos os subsistemas.

36.2.5 Risco quanto aos impactos do GSF

O Mecanismo de Realocação de Energia - MRE é um sistema de redistribuição de energia gerada, característico do setor elétrico brasileiro, que deve sua existência ao entendimento, à época, de haver necessidade de operação centralizada associada a preço ótimo calculado centralmente, conhecido como PLD. Como os geradores não possuem controle sobre sua produção, cada usina recebe determinada quantidade virtual de energia a qual pode ser comprometida por meio de contratos. Esse valor, que possibilita registros de contratos, é conhecido como Garantia Física - GF e também é calculado centralmente. Diferentemente do PLD, que é calculado semanalmente, a GF é recalculada, por lei, a cada cinco anos, com limite de aumento ou redução, restringido a 5% por revisão ou a 10% no período da concessão.

Os contratos necessitam ter lastro. Isto é realizado, sobretudo, por meio de alocação de energia gerada, recebimento do MRE ou compra. O GSF é a relação entre toda a geração hidrelétrica dos participantes do MRE e o somatório da GF de todas as usinas do MRE. Basicamente, o GSF é utilizado para calcular quanto cada usina receberá de geração para lastrear sua GF. Assim, conhecendo o GSF de um dado mês, a Companhia poderá saber se necessitará lastrear seus contratos com compras.

Sempre que o resultado da multiplicação do GSF pela GF for menor que o somatório dos contratos, será necessário efetuar compra no curto prazo. No entanto, para a situação em que o resultado da multiplicação do GSF pela GF for maior que o total dos contratos, será recebida a diferença valorada ao PLD.

As baixas aflúncias registradas desde 2014, bem como problemas com atrasos na expansão do sistema de transmissão tiveram como consequência baixos valores de GSF, resultando em fortes perdas para as empresas detentoras de empreendimentos hidroelétricos participantes do MRE.

Para as usinas com contratos no Ambiente de Contratação Livre - ACL, a principal forma de gerenciar o risco de GSF baixo é não comprometer toda a GF com contratos bem como a recompra oportuna de energia intra-anual, abordagens atualmente adotadas pela Companhia.

Para os contratos no ACR, a Lei nº 13.203/2015 permitiu aos geradores contratarem seguro da carga, mediante pagamento de um prêmio de risco. A Copel adotou esta abordagem para proteção dos contratos vinculados a energia produzida pelas UHEs Mauá, Baixo Iguaçu, Colíder e PCH Cavernoso II.

Para o segmento de distribuição, os efeitos do GSF são percebidos nos custos associados às cotas de Itaipu, de Angra e das usinas cujas concessões foram renovadas de acordo com a Lei 12.783/2013, bem como nos custos dos contratos por disponibilidade celebrados com usinas térmicas. Trata-se, contudo, de um risco financeiro, uma vez que é garantida a neutralidade das despesas com a compra de energia, por meio de repasse tarifário.

36.2.6 Risco de não prorrogação das concessões de geração e transmissão

A prorrogação das concessões de geração e transmissão de energia, alcançadas pela Lei nº 9.074/1995, era disciplinada pela Lei nº 12.783/2013, a qual foi alterada pela Lei nº 14.052/2020, quanto ao prazo para solicitação de prorrogação de concessões.

De acordo com a nova lei, a concessionária deve solicitar a prorrogação da concessão com antecedência mínima de 36 meses da data final do contrato ou ato de outorga para usinas de geração de energia hidrelétrica e empreendimentos de transmissão de energia elétrica, e de 24 meses, para as usinas de geração termelétrica. O Poder Concedente poderá antecipar os efeitos da prorrogação em até 60 meses do advento do termo contratual ou do ato de outorga, inclusive, definindo a tarifa ou as receitas iniciais para os empreendimentos de geração (RAG – Receita Anual de Geração) e transmissão (RAP – Receita Anual Permitida).

As concessões de geração de energia hidrelétrica e de transmissão de energia elétrica poderão ser prorrogadas, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 anos. As concessões de geração de energia termelétrica têm o prazo de prorrogação limitado a 20 anos.

Em 2019 foi publicado o Decreto nº 10.135/2019 que regulamentou a outorga dos contratos de concessão no setor elétrico associada à privatização por meio de alienação do controle de titular de concessão de serviço público de geração de energia elétrica, tendo como um dos condicionantes a alteração do regime de exploração para Produtor Independente de Energia - PIE. De acordo com o Decreto, a manifestação de alienação da concessão deverá ocorrer em até 42 meses do advento do termo contratual e a eventual alienação em até 18 meses do final da concessão. Se não ocorrer a alienação do controle do empreendimento dentro do prazo determinado, a usina deverá ser licitada pelo poder concedente podendo a mesma concessionária participar do leilão, caso reúna as condições de habilitação.

A Copel possui 5 usinas com o vencimento da concessão nos próximos 5 anos.

Para a Usina Hidrelétrica Governador Bento Munhoz da Rocha Netto - UHE GBM (1676 MW), que terá sua concessão vencida em 2023, a Companhia não manifestou interesse pela prorrogação da concessão tendo em vista que estudos internos demonstraram que a prorrogação mediante alteração do regime de exploração antecipado seria desvantajosa econômica e financeiramente em relação a exploração da usina no atual regime, até o seu vencimento. Em 03.03.2020, a Copel GeT transferiu a concessão da UHE GBM para a subsidiária F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A. com o objetivo de, caso os estudos realizados pela Copel GeT apontem para a vantagem da operação, alienar o controle desta concessionária e, desta forma, possibilitar uma nova outorga pelo prazo de 30 anos.

Com relação à UHE São Jorge, cuja concessão vence em 2024, a Copel não manifestou interesse na renovação e pretende, ao final da concessão, solicitar à Aneel a conversão da outorga em registro.

Em relação a concessão da UTE Figueira, vencida em março de 2019, a Companhia aguarda a conclusão do processo, que se encontra em trâmite na Aneel e no MME, para celebração de eventual Termo Aditivo. A usina encontra-se em processo de modernização e terá como benefícios diretos a melhora na eficiência energética e a redução das emissões de poluentes na atmosfera, em comparação a antiga planta.

Conforme a nova lei, a Companhia poderá se manifestar sobre a intenção em prorrogar a concessão da UHE Apucarantina até outubro de 2022 e das UHEs Guaricana e Chaminé até agosto de 2023. Caso a Companhia não manifeste interesse pela prorrogação no atual regime, as concessões, ao seu termo, deverão ser devolvidas ao Poder Concedente.

A Copel GeT não tem nenhuma concessão de transmissão a vencer nos próximos dez anos.

36.2.7 Risco de não manter a concessão de distribuição de energia elétrica

O quinto termo aditivo ao contrato de concessão nº 46/1999 da Copel DIS impõe condicionantes de eficiência econômico-financeira e indicadores que consideram a duração e a frequência das interrupções do serviço (DECI e FECi). O descumprimento das condições acarretará a extinção da concessão (cláusula décima oitava, subcláusula primeira), respeitadas as disposições do contrato, particularmente o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Indicadores e penalidades

Ano	Indicador	Critérios	Penalidades
Até 2020	Eficiência econômico-financeira e de qualidade	2 anos consecutivos ou ao final do período de 5 anos (2020)	Extinção da concessão
	Indicadores de qualidade	2 anos consecutivos ou 3 vezes em 5 anos	Limitação de distribuição de dividendos e JCP
	Eficiência econômico-financeira	no ano base	Aporte de capital (a) Limitação de distribuição de dividendos e JCP Regime restritivo de contratos com partes relacionadas
A partir do 6º ano (2021)	Eficiência econômico-financeira	2 anos consecutivos	Extinção da concessão
	Indicadores de qualidade	3 anos consecutivos	

(a) Em até 180 dias contados do término de cada exercício social, na totalidade da insuficiência que ocorrer para o alcance do Parâmetro Mínimo de Sustentabilidade Econômica e Financeira.

Metas definidas à Copel Distribuição nos primeiros cinco anos após a prorrogação do contrato de concessão

Ano	Gestão Econômico-Financeira	Realizado	Qualidade - limites ^(a)		Qualidade - realizado	
			DECi ^(b)	FECi ^(b)	DECi	FECi
2016			13,61	9,24	10,80	7,14
2017	LAJIDA ≥ 0 ^(c)	661.391	12,54	8,74	10,41	6,79
2018	LAJIDA (-) QRR ≥ 0 ^(d)	550.675	11,23	8,24	10,29	6,20
2019	{Dívida Líquida / [LAJIDA (-) QRR]} $\leq 1 / (0,8 * SELIC)$ ^(d)	822.386	10,12	7,74	9,10	6,00
2020	{Dívida Líquida / [LAJIDA (-) QRR]} $\leq 1 / (1,11 * SELIC)$ ^(e)	1.624.821	9,83	7,24	7,81	5,55

(a) Conforme NT 0335/2015 Aneel.

(b) DECi - Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora; e FECi - Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora.

(c) Lajida regulatório ajustado por eventos não recorrentes (PDV, benefício pós emprego, provisões e reversões) conforme subcláusula sexta, anexo III, do Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.

(d) QRR: Quota de Reintegração Regulatória ou Despesa de Depreciação Regulatória. Será o valor definido na última Revisão Tarifária Periódica - RTP, acrescido do IGPM entre o mês anterior ao da RTP e o mês anterior ao do período de 12 meses da aferição de sustentabilidade econômico-financeira.

(e) Selic: limitada a 12,87% a.a.

36.2.8 Risco de não prorrogação da concessão de distribuição de gás

Em caso de extinção da concessão por término do prazo contratual, a Compagás terá direito à indenização pelos investimentos realizados nos últimos 10 anos anteriores ao término da concessão pelo seu valor de reposição depreciado, conforme previsão contratual.

36.2.9 Risco de sobrecontratação e subcontratação de energia elétrica

No modelo regulatório vigente, o processo de compra de energia elétrica pelas distribuidoras é regulado pela Lei nº 10.484/2014 e pelo Decreto nº 5.163/2004, que determinam que a aquisição de energia deve ser em volume necessário para o atendimento de 100% do mercado da distribuidora.

A diferença entre os custos remunerados pela tarifa e os efetivamente realizados com a compra de energia são integralmente repassados aos consumidores cativos, desde que a distribuidora apresente nível de contratação entre 100% e 105% do seu mercado. Entretanto, caso as distribuidoras apurem níveis de contratação inferiores ou superiores aos limites regulatórios, estas ainda poderão manter a garantia de neutralidade caso se identifique que tal violação decorre de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, os quais não permitem gerenciamento por parte do comprador.

Nos últimos anos o segmento de distribuição esteve exposto a um cenário de sobrecontratação generalizada, na medida em que a maioria das empresas apurou nível de contratação superior a 105%. Entendendo que vários dos fatores que contribuíram para esta situação são extraordinários e inevitáveis por parte das distribuidoras, tais como a alocação compulsórias de cotas de garantia física, a migração massiva de consumidores para o mercado livre e mais recentemente, em 2020, os efeitos no mercado das medidas governamentais de isolamento social implementadas no combate a pandemia do coronavírus Sars-CoV-2 (Covid-19), que acarretou significativa retração no mercado das concessionárias de distribuição, a Aneel e o MME implementaram uma série de medidas visando a mitigação da sobrecontratação.

Em relação à contratação de 2021, os cenários de oferta e demanda apontam a ocorrência de contratação dentro dos limites regulatórios pela Copel DIS. Neste sentido, considera-se que a Companhia deverá manter preservada a garantia de neutralidade da compra de energia. Contudo, a distribuidora permanecerá exercendo uma contínua vigilância em relação aos seus níveis de contratação e ocorrências de eventos involuntários alheios à sua gestão, como a migração de consumidores ao mercado livre e redução da carga pela Covid-19.

36.2.10 Risco quanto à escassez de gás

O mercado de gás natural no Paraná é composto pelos consumidores da Compagás (mercado não termelétrico) e pela Usina Termelétrica de Araucária (UEG Araucária). Este mercado atualmente é suprido por contratos com a Petrobras que utiliza a infraestrutura de transporte do gasoduto Brasil-Bolívia (Gasbol). A Compagás, que possui contrato de suprimento de gás natural proveniente da Bolívia até dezembro de 2023, efetuou chamada pública com objetivo de receber propostas de suprimento de gás natural para atender a parte da demanda que ficará descontratada a partir de janeiro de 2022, sendo que o prazo para respostas encerrou em 30.04.2021. Já a UEG Araucária negocia contratos de gás natural de curta duração por não ter energia elétrica gerada contratada no ambiente regulado.

Na atual conjuntura do setor de gás natural no Brasil, tem-se o programa Novo Mercado de Gás coordenado pelo Ministério de Minas e Energia em conjunto com a Casa Civil da Presidência da República, o Ministério da Economia, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica, a Agência Nacional do Petróleo e a Empresa de Pesquisa Energética - EPE, cuja finalidade é a abertura do mercado de gás natural de forma a torná-lo dinâmico, competitivo, integrado com o setor elétrico e industrial, com uma regulação aperfeiçoada.

No âmbito do Novo Mercado de Gás, a oferta de gás natural já demonstra crescimento e diversificação, tendo-se como alternativas a importação de gás da Bolívia, importação de gás natural liquefeito (GNL) que possui grande oferta mundial, utilização de gás natural explorado em bacias *onshore* e maior aproveitamento de gás natural do pré-sal o qual possui grandes volumes a serem explorados.

Em relação à malha de transporte, as mudanças na regulação para possibilitar o acesso de novos agentes, as chamadas públicas oportunamente realizadas pela TBG (transportador do Gasbol) que tem como finalidade o estabelecimento de regime de contratação de capacidade no gasoduto e o Plano Indicativo de Gasodutos (PIG) coordenado pela EPE, dão uma visão de melhor estruturação do setor e planejamento adequado para atendimento às demandas atuais e futuras, ainda que para estas últimas sejam necessários investimentos.

Adicionalmente, foi sancionada a nova lei do gás, Lei nº 14.134/2021, que substitui a Lei nº 11.909/2009, representando mais um passo importante na abertura do mercado de gás brasileiro, de forma a torná-lo mais competitivo e com maior potencial de expansão, tendo em vista que traz mais celeridade aos processos de autorização, implantação e ampliação de novos empreendimentos, bem como possibilidade de acesso de terceiros às infraestruturas existentes.

Uma eventual escassez no fornecimento de gás poderia implicar em prejuízos à Copel em razão de redução de receita com o serviço de distribuição de gás natural pela Compagás, bem como de eventual penalização advinda do descumprimento das obrigações constantes no contrato de concessão. Além disso, neste cenário a UEG Araucária provavelmente seria mantida fora de operação. No entanto, considera-se baixo este risco tendo em vista a conjuntura do Novo Mercado de Gás e a promulgação da Lei nº 14.134/2021.

36.2.11 Risco de não performance dos empreendimentos eólicos

Os contratos de compra e venda de energia por fonte eólica estão sujeitos às cláusulas de performance, as quais preveem uma geração mínima anual e quadrienal da garantia física comprometida no leilão. Os empreendimentos estão sujeitos a fatores climáticos associados às incertezas da velocidade de vento. O não atendimento do que está disposto no contrato pode comprometer receitas futuras da Companhia. O saldo consolidado registrado no passivo referente a não *performance* está demonstrado na NE nº 29.

36.2.12 Risco relacionado ao preço nas operações de compra e venda de energia

A Companhia opera no mercado de compra e venda de energia com objetivo de alcançar resultados com as variações do preço de energia, respeitados os limites de risco pré-estabelecidos pela Administração. Esta atividade, portanto, expõe a Companhia ao risco do preço futuro da energia.

As operações de compra e venda de energia futuras são reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado, tendo como base a diferença entre o preço contratado e o preço de mercado das operações na data do balanço.

Baseado nos valores nominais de R\$ 7.007.058 para contratos de compra e de R\$ R\$ 6.940.691 para contratos de venda de energia elétrica, em aberto na data destas demonstrações financeiras intermediárias, o valor justo foi estimado utilizando os preços definidos internamente pela Companhia, que representam a melhor estimativa do preço de mercado futuro. A taxa de desconto utilizada tem como referência a taxa de retorno das NTN-Bs divulgadas pela Anbima, ajustada pelo risco de crédito e pelo risco adicional de projeto.

Os saldos patrimoniais referentes à estas transações na data destas demonstrações financeiras intermediárias estão apresentados a seguir.

Consolidado	Ativo	Passivo	Saldo líquido
Circulante	212.619	(217.895)	(5.276)
Não circulante	1.109.805	(738.991)	370.814
	1.322.424	(956.886)	365.538

Análise de sensibilidade sobre as operações de compra e venda de energia

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de mudanças nos preços futuros. Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras intermediárias e para o cenário provável consideraram-se os saldos atualizados com a curva de preços de mercado e taxa NTN-B em 02.08.2021. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram elevação ou queda de 25% e 50%, aplicadas sobre os preços futuros considerados no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Consolidado	Variação no preço	Base 30.06.2021	Cenários projetados		
			Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ganhos (perdas) não realizados em operações de compra e venda de energia	Elevação	365.538	364.244	510.395	656.547
	Queda	365.538	364.244	218.092	71.940

36.2.13 Risco de contraparte no mercado de energia

O mercado livre de energia ainda não possui uma contraparte garantidora de todos os contratos (*clearing house*), de modo que o risco de *default* é bilateral. Desta forma, a Companhia está exposta ao risco de falha na entrega da energia contratada pelo vendedor. Na ocorrência de falha na entrega, a Companhia é obrigada a adquirir energia ao preço do mercado de curto prazo, podendo incorrer ainda em penalidades regulatórias e mesmo em perda do valor pago.

A Companhia possui uma política que impõe limites para as operações possíveis com cada contraparte, após análise de sua capacidade financeira, maturidade e histórico.

Adicionalmente, mesmo que nossa política seja mais restritiva, e as contrapartes apresentem boa situação financeira, a Companhia está exposta a eventos sistêmicos em que o *default* de um agente acabe afetando outras comercializadoras, num "efeito dominó", até chegar a contrapartes da Companhia.

36.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

A Companhia monitora o capital usando um índice representado pela dívida líquida consolidada ajustada, dividido pelo Lucro Antes dos Juros, Imposto de Renda, Depreciação e Amortização - Lajida (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - Ebitda*) consolidado ajustado dos últimos doze meses. O limite corporativo estabelecido nas escrituras de dívida prevê a manutenção anual do índice abaixo de 3,5, sendo que a eventual expectativa de não conformidade daquele indicador enseja ações por parte da Administração no intuito de corrigir o curso das apurações até o final de cada exercício.

36.3.1 Endividamento em relação ao patrimônio líquido:

Endividamento	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Empréstimos e financiamentos	775.109	780.514	3.121.260	3.168.710
Debêntures	500.982	803.576	6.579.175	8.540.366
(-) Caixa e equivalentes de caixa	14.740	42.700	1.437.628	3.222.768
(-) Títulos e valores mobiliários	90	90	288.861	300.530
Dívida líquida	1.261.261	1.541.300	7.973.946	8.185.778
Patrimônio líquido	20.171.674	19.959.111	20.501.160	20.250.518
Endividamento em relação ao patrimônio líquido	0,06	0,08	0,39	0,40

37 Transações com Partes Relacionadas

Consolidado Parte Relacionada / Natureza da operação	Ativo		Passivo		Receita		Custo / Despesa	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	30.06.2020	30.06.2021	30.06.2020
Controlador								
Estado do Paraná - dividendos			378.371	749.338	-	-	-	-
Repasse CRC (NE nº 8)	1.429.451	1.392.624	-	-	221.467	98.582	-	-
Programa Luz Fraterna (a)	8.230	6.682	-	-	-	-	-	-
Programa Tarifa Rural Noturna (a)	16.002	8.168	-	-	-	-	-	-
Programa Morar Bem Paraná (a)	-	1.057	-	-	-	-	-	-
Empregados cedidos (b)	106	87	-	-	-	-	-	-
Serviços de telecomunicações (c)	13.065	13.686	-	-	19.201	21.138	-	-
Sistema Meteorológico do Paraná - Simepar (c) (d)	-	2	1.322	855	18	23	(5.190)	(1.141)
Entidades com influência significativa								
BNDES e BNDESPAR - dividendos (e)			271.441	568.315	-	-	-	-
Financiamentos (NE nº 22)	-	-	2.234.423	2.314.166	-	-	(81.562)	(73.972)
Debêntures - Compagás (NE nº 23)	-	-	2.946	5.890	-	-	(249)	(1.155)
Debêntures - eólicas (NE nº 23) (f)	-	-	234.219	239.249	-	-	(14.873)	(11.036)
Entidade controlada pelo Estado do Paraná								
Sanepar (c) (g)	239	223	499	582	2.164	2.533	(3.650)	(3.258)
Utilização de água retirada de reservatórios de usinas	237	-	-	-	237	-	-	-
Empreendimentos controlados em conjunto								
Voltaia São Miguel do Gostoso - dividendos	1.032	1.032	-	-	-	-	-	-
Caiuá Transmissora de Energia (c) (h) (i) (j)	548	261	1.587	1.401	1.596	1.543	(8.449)	(7.907)
Dividendos	2.973	4.443	-	-	-	-	-	-
Integração Maranhense Transmissora (i) (j)	-	-	165	160	-	-	(1.109)	(965)
Dividendos	-	3.806	-	-	-	-	-	-
Matrinchá Transmissora de Energia (i) (j)	-	-	1.000	959	-	-	(6.465)	(5.101)
Dividendos	43.715	34.460	-	-	-	-	-	-
Guaraciaba Transmissora de Energia (i) (j)	-	-	449	436	-	-	(3.015)	(2.545)
Dividendos	21.248	16.281	-	-	-	-	-	-
Paranaíba Transmissora de Energia (i) (j)	-	-	667	649	-	-	(4.483)	(3.823)
Dividendos	6.897	-	-	-	-	-	-	-
Cantareira Transmissora de Energia (i) (j)	-	-	480	468	-	-	(3.231)	(2.816)
Dividendos	-	6.547	-	-	-	-	-	-
Mata de Santa Genebra Transmissão (i) (j) (k)	3.333	4.034	1.035	990	10.010	7.645	(6.449)	(2.079)
Coligadas								
Dona Francisca Energética S.A. (l)	12	13	1.312	1.436	75	83	(8.193)	(8.428)
Dividendos	4.606	97	-	-	-	-	-	-
Foz do Chopim Energética Ltda. (c) (m)	485	216	-	-	1.390	1.270	-	-
Pessoal chave da administração								
Honorários e encargos sociais (NE nº 33.2)	-	-	-	-	-	-	(10.547)	(12.377)
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 24.3)	-	-	-	-	-	-	(724)	(280)
Outras partes relacionadas								
Fundação Copel (c)	30	40	-	-	173	128	-	-
Aluguel de imóveis administrativos	-	-	74.523	1.836	-	-	(2.566)	(888)
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 24.3)	-	-	1.517.579	1.493.614	-	-	-	-
Lactec (c) (n)	5	5	4.231	2.747	314	391	(1.600)	(1.249)
Tecpar (c) (o)	10	11	-	-	844	43	-	-
Celepar (c) (p)	4	4	2	2	23	43	(5)	(72)

- a) O Programa Luz Fraterna, instituído e alterado pelas leis estaduais nºs 491/2003 e 17.639/2013, estabelece o pagamento do consumo de energia elétrica para beneficiar famílias de baixa renda, residentes no Estado do Paraná, cujos imóveis - unidades consumidoras - sejam utilizados exclusivamente para fins residenciais, seja em área urbana ou rural, e preenchem os requisitos estabelecidos nos artigos 3.º e 4.º desta lei.

Em março de 2018 foi quitado o montante de R\$ 159.274. Sobre o valor do principal houve incidência de juros, multa e atualização monetária, no total de R\$ 158.849. Para esses encargos, incidentes sobre as faturas de consumo de energia elétrica do período de setembro de 2010 a junho de 2015, foi ajuizada, em 05.11.2018, ação monitória em face do Estado do Paraná, responsável pelo pagamento das faturas nos termos da Lei Estadual nº 14.087/2003. Ressaltamos que apesar das tratativas

mantidas pela Administração, buscando o equacionamento desta dívida, ainda persistem incertezas quanto à realização deste ativo e, portanto, este valor não foi contabilizado, em atendimento ao que dispõem as normas contábeis vigentes. Considerando o tratamento tributário a ser aplicado, conforme determina a Receita Federal do Brasil na Instrução Normativa nº 1.753/2017, a Companhia efetuou a tributação sobre essa receita.

A Administração reforça que está envidando todos os esforços necessários e tomando todas as medidas cabíveis para preservação dos interesses da Companhia.

O Programa Tarifa Rural Noturna, regulamentado pelo Decreto nº 1.288/2019, prevê o pagamento à Copel DIS, pelo Governo Estadual, do valor correspondente a 60% da tarifa de energia elétrica ativa e dos encargos decorrentes desse serviço, inclusive adicional de bandeira tarifária, da propriedade dos consumidores beneficiários, compreendido no período considerado como consumo noturno, conforme especificado no decreto.

O Programa Morar Bem Paraná, instituído pelo Decreto n.º 2845/2011, é um convênio entre o Governo do Estado, a Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar e a Copel DIS, cuja gestão é realizada pela Cohapar. A principal atribuição da Copel neste convênio é a construção das redes de distribuição de energia elétrica e das entradas de serviços das unidades consumidoras dos conjuntos habitacionais.

- b)** Ressarcimento do valor correspondente a remuneração e encargos sociais de empregados cedidos ao Estado do Paraná. Os saldos apresentados são líquidos de Perdas de crédito esperadas.
- c)** Receita da Copel TEL proveniente de serviços de telecomunicações e arrendamentos de equipamentos e infraestrutura. Os saldos apresentados são líquidos de Perdas de crédito esperadas.
- d)** O Sistema Meteorológico do Paraná - Simepar é uma unidade complementar do Serviço Social Autônomo Paraná Tecnologia, vinculado à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. O Simepar mantém contratos com a Companhia de prestação de serviços de previsão do tempo, laudos meteorológicos, análise de ampacidade, mapeamento e análise de ventos e descargas atmosféricas.
- e)** O BNDES é controlador da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, que possui ações da Copel (NE nº 31.1). Em 22.12.2018 encerrou a vigência do acordo de acionista entre o Estado do Paraná e o BNDESPAR, assinado em 22.12.1998.
- f)** O BNDES e a BNDESPAR adquiriram o total das debêntures emitidas pelas controladas Nova Asa Branca I, Nova Asa Branca II, Nova Asa Branca III, Nova Eurus IV e Ventos de Santo Uriel.
- g)** Saneamento básico prestado pela Sanepar.
- h)** Contrato de prestação de serviços de operação e manutenção prestados pela Copel GeT, com vencimento em 10.05.2026. Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão - CCT firmado pela Copel DIS, com vencimento até a extinção da concessão da distribuidora ou da transmissora, o que ocorrer primeiro.

- i)** Encargos de uso do sistema de transmissão devidos pela Copel GeT, UEG Araucária e parques eólicos.
- j)** A Copel DIS mantém Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - Cust com o ONS e com as concessionárias de transmissão de energia, o qual tem por objeto a contratação do Montante de Uso do Sistema de Transmissão - Must. A contratação é de caráter permanente e é regulamentada pela Resolução Normativa Aneel nº 666/2015. Os montantes são definidos para os quatro anos subsequentes, com revisões anuais.
- k)** Contratos firmados pela Copel GeT: operação e manutenção, com vencimento em 1º.02.2023, prestação de serviços de engenharia do proprietário, assessoria e consultoria, encerrado em novembro de 2020, e compartilhamento de instalações com vencimento em 1º.01.2043.
- l)** Contratos de conexão ao sistema de transmissão firmados pela Copel GeT, Costa Oeste e Marumbi, com vencimentos a partir de 17.08.2031 até 21.07.2048. Contrato de compra e venda de energia realizado pela Copel GeT, com vencimento em 31.03.2025.
- m)** Contratos firmados pela Copel GeT: operação e manutenção, com vencimento em 23.05.2025, e conexão ao sistema de transmissão, com vencimento em 1º.01.2043.
- n)** O Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento - Lactec é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip, na qual a Copel é uma associada. O Lactec mantém contratos de prestação de serviços e de pesquisa e desenvolvimento com a Copel GeT, UEGA e com a Copel DIS, submetidos a controle prévio ou a posteriori, com anuência da Aneel. A Copel COM presta serviços e vende energia ao instituto.
- o)** Contrato de venda de energia firmado entre a Copel COM e o Instituto de Tecnologia do Paraná - Tecpar (empresa pública do Governo do Estado que apoia a inovação e o desenvolvimento econômico e social do Paraná e do Brasil).
- p)** Contratos de prestação de serviços firmados com a Companhia de Tecnologia da Informação do Paraná - Celepar (sociedade de economia mista, integrante da administração indireta do Governo do Estado).

As transações relevantes com partes relacionadas estão demonstradas acima. As transações decorrentes das operações em ambiente regulado são faturadas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores e as demais transações são registradas de acordo com os preços de mercado praticados pela Companhia.

As subsidiárias diretas e indiretas da Copel têm contratos de compra e venda de energia de curto e longo prazo firmados entre si, realizados de acordo com os critérios e definições do ambiente regulado. Tanto os saldos das transações existentes quanto os saldos dos compromissos são eliminados entre si quando da elaboração das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Adicionalmente, a Copel GeT e Copel COM possuem compromissos de compra de energia com suas coligadas, Dona Francisca e Foz do Chopim, no montante de R\$ 78.052, e de compromissos de venda de energia firmados com órgãos e/ou entidades vinculadas ao Governo do Estado do Paraná, no total de R\$ 36.214.

37.1 Avais e garantias concedidos às partes relacionadas

Os avais e garantias concedidos pela Copel às suas controladas na emissão de financiamentos e de debêntures são informados nas NEs nºs 22 e 23.

A Copel forneceu garantias financeiras, na modalidade de carta fiança corporativa, para contratos de compra e transporte de energia elétrica efetuados pela Copel GeT e suas subsidiárias, no total de R\$ 4.307 (R\$ 4.307 em 31.12.2020) e efetuados pela Copel Energia, no total de R\$ 175.488 (R\$ 112.069 em 31.12.2020).

Os avais e garantias concedidos pela Copel e pela Copel GeT na emissão de financiamentos, de debêntures e de contratos de seguros dos empreendimentos controlados em conjunto são informados a seguir:

Empresa	Operação	Data da emissão	Vencimento final	Valor aprovado	Saldo 30.06.2021	% participação	Valor aval/fiança
(1) Caiuá Transmissora (a)	Financiamento	23.12.2013	15.02.2029	84.600	46.612	49,0	5.956
(2) Guaraciaba Transmissora	Financiamento	28.09.2016	15.01.2031	440.000	339.178	49,0	166.197
(3) Guaraciaba Transmissora	Debêntures	15.07.2018	15.12.2030	118.000	128.094	49,0	62.766
(4) Mata de Santa Genebra	Financiamento	30.11.2017	15.07.2033	1.018.500	1.187.005	50,1	594.690
(5) Mata de Santa Genebra	Debêntures	15.04.2019	15.11.2030	210.000	107.300	50,1	53.757
(6) Cantareira Transmissora de Energia (a)	Financiamento	28.12.2016	15.09.2032	426.834	418.978	49,0	28.175
(7) Cantareira Transmissora de Energia	Debêntures	09.01.2018	15.08.2032	100.000	99.715	49,0	48.860
							960.401

(a) Instrumento de garantia com valor fixo, conforme previsão contratual e manifestação formal da instituição financeira.

Instituição financeira financiadora: BNDES: (1) (2) (4) (6)

Destinação: programa de investimentos

Aval / Fiança: prestado pela Copel GeT: (1); prestado pela Copel: (2) (3) (4) (5) (6) (7).

Garantias da operação: penhor das ações de propriedade da Copel GeT nos empreendimentos.

Seguro Garantia de Fiel Cumprimento Empresa	Término da vigência	Importância segurada	% aval Copel GeT	Valor do aval
Mata de Santa Genebra	28.02.2022	78.300	50,1	39.228
				39.228

38 Compromissos

Os principais compromissos relacionados a contratos de longo prazo ainda não incorridos, portanto não reconhecidos nestas demonstrações financeiras intermediárias, estão demonstrados a seguir:

Consolidado	30.06.2021	31.12.2020
Contratos de compra e transporte de energia	132.898.410	132.879.053
Aquisição de ativo imobilizado		
Construção de linhas de transmissão e subestações	-	12.062
Construção das usinas do empreendimento eólico Jandaíra	299.189	330.257
Construção da PCH Bela Vista	5.314	23.717
Obras de telecomunicações	70.005	132.430
Aquisição de ativo para obras de distribuição de energia elétrica	955.796	978.189
Obrigações de compra de gás	757.219	655.422

39 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Consolidado	Término	Importância
Apólice	da vigência	segurada
Riscos Operacionais - UHE Baixo Iguaçu	30.05.2022	2.250.207
Riscos Operacionais - UHE Colíder	10.11.2021	2.166.984
Riscos Operacionais - Cutia e Bento Miguel	29.03.2022	2.016.287
Riscos Nomeados	24.08.2021	2.005.408
Incêndio - imóveis próprios e locados	24.08.2021	800.636
Riscos Operacionais - UHE Governador Jayme Canet Junior	23.11.2021	799.290
Riscos Operacionais - Brisa Potiguar	27.06.2022	743.616
Riscos Operacionais - Elejor	11.03.2022	728.426
Riscos Operacionais - UEG Araucária (a)	30.11.2022	626.686
Riscos Operacionais - São Bento	27.06.2022	510.557

(a) O valor da importância segurada de Riscos Operacionais - UEG Araucária foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 30.06.2021, de R\$ 5,0022.

Além dos seguros relacionados, a Companhia e suas controladas contratam outras apólices de seguros com menores valores, tais como: seguro D&O, responsabilidade civil geral, garantia judicial e de pagamento, riscos diversos, seguro de vida, seguro aeronáutico e seguro de veículos. Os seguros de garantia contratados pelas controladas, pelos empreendimentos controlados em conjunto e pelas coligadas possuem como avalista a Copel e/ou a Copel GeT, no limite de sua participação em cada empreendimento.

40 Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa

40.1 Transações que não envolvem caixa

Dentre as movimentações ocorridas na rubrica de ativos de contrato, especificadas nas NEs nº 11.1 e 11.2, as aquisições totalizaram R\$ 798.597 (R\$ 556.499 em 30.06.2020). Deste valor, R\$ 146.788 (R\$ 87.646 em 30.06.2020) correspondem ao montante de compras efetuadas a prazo e ainda não quitadas até o final do período.

De acordo com as informações constantes na NE nº 18.2, as aquisições de imobilizado totalizaram R\$ 107.397 (R\$ 136.462 em 30.06.2020). Deste valor, R\$ 12.897 (R\$ 12.573 em 30.06.2020) correspondem ao montante de compras efetuadas a prazo e ainda não quitadas até o final do período.

Conforme a NE nº 28.1, as adições e ajustes por remuneração ocorridos no direito de uso de ativos totalizaram R\$ 109.737 (R\$ 57.060 em 30.06.2020), sendo que tal reconhecimento teve como contrapartida a rubrica de passivo de arrendamentos.

As citadas transações não envolveram caixa, motivo pelo qual não estão mencionadas na demonstração dos fluxos de caixa.

41 Ativos mantidos para venda e operações descontinuadas

Em 15.07.2020, por meio do Fato Relevante 07/2020, a Copel comunicou a aprovação do desinvestimento de 100% da participação na Copel Telecomunicações pelo Conselho de Administração. Nesta ocasião também foi aprovado o início da etapa externa que englobou: (i) a abertura de um Virtual Data-Room (“VDR”) com informações detalhadas do desinvestimento; (ii) o envio do processo completo para análise pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE-PR; e (iii) o agendamento e realização de uma audiência pública virtual sobre o desinvestimento, a ser operacionalizada em conjunto com a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

Em 16.09.2020, o Fato Relevante 10/2020 comunicou que o Conselho de Administração da Companhia autorizou a publicação do Edital do Leilão de Desinvestimento da Copel Telecomunicações com o preço mínimo do desinvestimento de R\$ 1.401.090 para o *Equity Value*. Nesta data a Administração entendeu que foram atendidos os critérios determinados pelo Pronunciamento Técnico CPC 31/ IFRS 5 para classificar o ativo como mantido para venda e para a divulgação de uma operação como descontinuada.

Em 09.11.2020, ocorreu a sessão pública de Leilão relativa à alienação de 100% das ações de emissão da Copel Telecomunicações de titularidade da Companhia. O Bordeaux Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia foi declarado vencedor do certame, após apresentar a maior oferta, no valor de R\$ 2.395.000, representando um ágio de 70,94% em relação ao valor mínimo de arrematação.

Em 14.01.2021 foi celebrado o Contrato de Compra e Venda de Ações - CCVA com a Bordeaux Participações S.A., sociedade do grupo econômico do Bordeaux Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, vencedora do leilão.

Em 03.08.2021 houve a conclusão da operação de alienação conforme informado no fato relevante 13/21 após o cumprimento das condições definidas no Edital e no CCVA que contemplavam, dentre outras, as aprovações do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel. Além disso, nessa data houve o recebimento do valor atualizado de R\$ 2.506.837 pelo desinvestimento de 100% nas ações da Copel Telecomunicações, o registro da transferência das ações, assinatura do termo de fechamento do negócio e renúncia dos atuais administradores. Portanto, em 03.08.2021 a Copel deixou de controlar a Copel Telecomunicações, transferindo ao adquirente seus ativos e passivos e a direção de seus negócios.

Destacamos que durante a realização dos estudos para alienação da Copel Telecomunicações foram identificados alguns ativos considerados estratégicos para a Copel Distribuição e para a Copel Geração e Transmissão, subsidiárias integrais da Copel, além de alguns outros ativos administrativos que serão mantidos na Copel, dentro da própria Copel ou de suas outras subsidiárias. Além disso, no processo de desinvestimento a Administração definiu que todos os empregados registrados na Copel Telecom serão realocados para as demais subsidiárias da Copel. Diante destas definições, tanto os saldos dos ativos que serão mantidos na Companhia quanto o total das obrigações com empregados e administradores, incluindo obrigações de benefício pós emprego e tributos diferidos associados, não foram reclassificados para as contas de ativos e os passivos associados classificados como mantidos para venda.

Apresentamos a seguir os saldos dos demais ativos e passivos que foram reclassificados, os quais são apresentados em linha específica do balanço patrimonial. Em atendimento à norma contábil, os saldos são mensurados pelos valores contábeis, tendo em vista que são inferiores aos valores justos menos as despesas de venda.

30.06.2021	Controladora	Consolidado
Ativos classificados como mantidos para venda		
Caixa e equivalentes de caixa	-	553.131
Clientes	-	59.113
Estoques	-	6.195
Tributos a recuperar e tributos diferidos	-	136.202
Depósitos judiciais	-	15.618
Imobilizado	-	752.247
Intangível	-	11.586
Direito de uso de ativos	-	9.785
Investimentos	768.893	-
Outros créditos	-	7.242
	768.893	1.551.119
Passivos associados a ativos classificados como mantidos para venda		
Fornecedores	-	15.530
Obrigações fiscais	-	51.489
Debêntures	-	677.949
Passivo de arrendamentos	-	10.265
Provisões para litígios	-	26.612
Outras contas a pagar	-	1.484
	-	783.329

Os ativos e passivos reclassificados fazem parte do segmento de telecomunicações que, com o desinvestimento da Copel Telecomunicações, será descontinuado na Copel.

Adicionalmente, o total de R\$ 75.165, referente aos passivos contingentes da Copel Telecomunicações, foi desconsiderado na NE nº 30.2.

As receitas, custos e despesas bem como a movimentação de fluxo de caixa resultantes desses ativos e passivos foram apresentados em linhas separadas, como operação descontinuada, tanto na Demonstração de Resultados como na Demonstração dos Fluxos de Caixa e na Demonstração do Valor Adicionado.

Ressalta-se, ainda, que a partir de 1º.10.2020 foram cessadas a depreciação e amortização dos ativos que serão vendidos, após a sua reclassificação para o ativo circulante, na linha de Ativos classificados como mantidos para venda, em atendimento ao que determina o item 25 do CPC 31 / IFRS 5.

O detalhamento destes valores está apresentado nos quadros a seguir:

Demonstração de Resultados das Operações Descontinuadas	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	30.06.2020	30.06.2021	30.06.2020
Receita operacional líquida	-	-	197.444	173.006
Custos Operacionais	-	-	(15.984)	(73.542)
Lucro operacional bruto	-	-	181.460	99.464
Despesas com vendas	-	-	(12.732)	(12.831)
Despesas gerais e administrativas	-	-	(14.292)	(12.187)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-	-	(7.666)	(17.982)
Resultado da equivalência patrimonial	79.859	32.636	-	-
	79.859	32.636	(34.690)	(43.000)
Lucro (prejuízo) antes do res. financeiro e tributos	79.859	32.636	146.770	56.464
Resultado Financeiro	-	-	(21.783)	(11.334)
Lucro (prejuízo) operacional	79.859	32.636	124.987	45.130
Imposto de renda e contribuição social	-	-	(41.390)	(17.128)
Lucro líquido (prejuízo) do período	79.859	32.636	83.597	28.002

Demonstração de Resultados das Operações Descontinuadas	Controladora		Consolidado	
	1º.04.2021 30.06.2021	1º.04.2020 a 30.06.2020	1º.04.2021 a 30.06.2021	1º.04.2020 a 30.06.2020
Receita operacional líquida	-	-	108.144	85.752
Custos Operacionais	-	-	(4.175)	(26.640)
Lucro operacional bruto	-	-	103.969	59.112
Despesas com vendas	-	-	(10.528)	(6.533)
Despesas gerais e administrativas	-	-	(7.587)	(6.174)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-	-	(5.740)	(10.838)
Resultado da equivalência patrimonial	45.808	22.726	-	-
	45.808	22.726	(23.855)	(23.545)
Lucro (prejuízo) antes do res. financeiro e tributos	45.808	22.726	80.114	35.567
Resultado Financeiro	-	-	(8.573)	(1.601)
Lucro (prejuízo) operacional	45.808	22.726	71.541	33.966
Imposto de renda e contribuição social	-	-	(23.879)	(12.127)
Lucro líquido (prejuízo) do período	45.808	22.726	47.662	21.839

Demonstração dos Fluxos de Caixa das Operações Descontinuadas	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	30.06.2020	30.06.2021	30.06.2020
Lucro líquido do período	79.859	32.636	83.597	28.002
Ajustes ao lucro	(79.859)	(32.636)	139.863	120.316
Variações de ativos e passivos	-	-	(19.934)	3.905
Impostos e encargos pagos	-	-	(57.932)	(40.054)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	-	-	145.594	112.169
Aquisições de imobilizado e intangível	-	-	(47.338)	(39.114)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	-	-	(47.338)	(39.114)
Amortizações empréstimos, debêntures e arrendamentos	-	-	(1.608)	(4.775)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	-	-	(1.608)	(4.775)
Variação no caixa e equivalentes de caixa	-	-	96.648	68.280

Demonstração do Valor Adicionado das Operações Descontinuadas	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	30.06.2020	30.06.2021	30.06.2020
Valor Adicionado a Distribuir				
Receitas	-	-	277.892	266.373
(-) Insumos adquiridos de terceiros	-	-	(72.398)	(61.566)
(-) Depreciação e amortização	-	-	-	(70.650)
(+) Valor adicionado transferido	79.859	32.636	18.645	13.754
	79.859	32.636	224.139	147.911
Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal	-	-	-	-
Governo	-	-	100.762	95.605
Terceiros	-	-	38.680	24.303
Acionistas	79.859	32.636	84.696	28.002
	79.859	32.636	224.138	147.910

42 Eventos subsequentes

42.1 Imóvel Sede da Companhia à Rua Coronel Dulcídio

Em 03.08.2021 a Copel recebeu o montante de R\$ 30.488, conforme laudo de avaliação, da Secretária de Segurança Pública a título de desapropriação do imóvel Sede da Companhia situado na Rua Coronel Dulcídio, nº 800, Curitiba – PR, matrícula 121.596 do 6º Registro de Imóveis, conforme Decreto Estadual nº 7.869 de 09.06.2021 que declara de utilidade pública o referido imóvel. A sede da Companhia passou a ser na Rua José Izidoro Biazetto, 158, Bloco A, Mossunguê, Curitiba-PR.

42.2 Debêntures

Em 15.07.2021, a Copel Distribuição efetuou a liquidação da sua 6ª Emissão de Debêntures, nos termos da Instrução da CVM nº 476/2009, Lei nº 12.431/2011 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. Foram emitidas debêntures em duas séries. Na 1ª série foram emitidas 1.000.000 (um milhão) de debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), no montante total de R\$ 1.000.000 (um bilhão de reais), com amortizações anuais e consecutivas, a partir de junho de 2025 e com vencimento final em 15.06.2026, com código de ativo CPLD16. Estas debêntures serão remuneradas pela variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI, acrescidas de 1,95% aa.

Estes recursos serão destinados ao reforço do capital de giro da Emissora e a amortização de parcela de principal das debêntures da 3ª, 4ª e 5ª Emissão. Na 2ª série foram emitidas 500.000 (quinhentas mil) debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), no montante total de R\$ 500.000 (quinhentos milhões de reais), com amortizações anuais e consecutivas, a partir de junho de 2029 e com vencimento final em 15.06.2031, com código de ativo CPLD26. Estas debêntures serão remuneradas pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acrescidas de 4,7742% aa. Os recursos desta série serão destinados aos investimentos para expansão, renovação ou melhoria e/ou reembolso de despesas da rede de distribuição de energia elétrica da Emissora, tendo sido este projeto enquadrado como prioritário conforme a Portaria do Ministério de Minas e Energia nº187/SPE, de 16 de julho de 2019. Foi prestada garantia corporativa da Companhia Paranaense de Energia - COPEL.

42.3 Desinvestimento da Copel Telecomunicações

Em 03.08.2021 foi concluído o desinvestimento de 100% das ações de emissão da Copel Telecomunicações, de titularidade da Companhia, para a Bordeaux Participações S.A., companhia constituída pelo Bordeaux Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, após cumpridas todas as condições previstas no Edital do procedimento licitatório Leilão DDN nº 01/2020 e no respectivo Contrato de Compra e Venda de Ações (CCVA).

O Leilão foi realizado no dia 09.11.2020, e o Bordeaux FIP foi declarado vencedor do certame após apresentar a maior oferta, no valor de R\$ 2.395.000. A oferta vencedora representou um ágio de 70,94% em relação ao valor mínimo de arrematação, de R\$ 1.401.090. O valor final da operação, atualizado pela taxa SELIC até esta data, totalizou R\$ 2.506.837 e foi recebido integralmente pela Copel. O reconhecimento

contábil desta transação ocorrerá no terceiro trimestre de 2021, com efeito positivo de, aproximadamente, R\$ 1.190.000 no resultado líquido do exercício.

Além do recebimento do valor atualizado pelo desinvestimento de 100% nas ações da Copel Telecomunicações, houve nesta mesma data o registro da transferência das ações, assinatura do termo de fechamento do negócio e renúncia dos atuais administradores. Portanto, em 03.08.2021 a Copel deixou de controlar a Copel Telecomunicações, transferindo ao adquirente seus ativos e passivos e a direção de seus negócios.

42.4 Manifestação do Estado do Paraná sobre Liquidação Antecipada da CRC

Em 14.07.2021 foi recebido o Ofício nº 443/2021 – GS/SEFA, por meio do qual o Governo do Estado do Paraná se manifesta na intenção de realizar a quitação integral do saldo da Conta de Resultados a Compensar (“CRC”).

Em 10.08.2021, o Governo do Estado do Paraná quitou integralmente o saldo devedor atualizado pro rata die da Conta de Resultados a Compensar (“CRC”) no valor de R\$ 1.431.200.

42.5 Pagamento de dividendos

Em 04.08.2021 a Administração deliberou o pagamento em 11.08.2021 dos proventos do exercício de 2020, aprovados na 66ª Assembleia Geral Ordinária, realizada em 29.04.2021, como parte da destinação dos resultados do exercício de 2020 no montante de R\$ 1.017.775 e também o saldo remanescente dos proventos intermediários deliberados pelo Conselho de Administração na 212ª Reunião Ordinária, de 17.03.2021 no montante de R\$ 257.449, perfazendo um total pago de R\$ 1.275.224.

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO

em 30 de junho de 2021

em milhares de reais

1 Linhas de Distribuição

Redes Compactas - A Copel Distribuição S.A. vem implantando redes compactas em áreas urbanas com elevado grau de arborização nas proximidades das redes de distribuição. Essa tecnologia evita cortes e podas de árvores e melhora a qualidade do fornecimento, pois reduz o número de desligamentos. Ao final de junho de 2021, a extensão das redes compactas instaladas era de 15.399 km, ante 12.332 km em junho de 2020, um acréscimo de 3.067 km, ou 24,9% em doze meses.

Rede Secundária Isolada - A Copel Distribuição também investe em redes secundárias isoladas em baixa tensão (127/220 V), que apresentam vantagens significativas em relação à rede aérea convencional, tais como: melhorar os indicadores Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – FEC; dificultar o roubo de energia; melhorar as condições do meio ambiente; reduzir as áreas de podas; aumentar a segurança; reduzir a queda de tensão ao longo da rede; aumentar a vida útil dos transformadores pela redução do número de curtos-circuitos na rede, entre outras. Ao final de junho de 2021, a extensão das redes de distribuição secundárias isoladas instaladas era de 20.348 km, ante 19.599 km em junho de 2020, um acréscimo de 749 km, ou 3,8% em doze meses.

2 Mercado de Energia

Comportamento do mercado - A geração de energia da Copel Geração e Transmissão S.A. e parques eólicos nos 6 primeiros meses de 2021 foi de 8.042 GWh, contra 3.943 GWh no mesmo período de 2020. Apesar da crise hídrica que assola o país, essa diferença demonstra uma recuperação nos níveis dos reservatórios da região Sul em relação a 2020, quando um longo período de estiagem atingiu a região. Quanto à Copel Distribuição, o montante de energia comprado por meio de CCEAR (leilão) foi de 5.959 GWh, ante 5.741 GWh no mesmo período de 2020.

A seguir, o fluxo de energia de 2021::

Fluxo de energia (GWh)

janeiro a junho de 2021

Geração própria		Disponibilidade 25.780	Mercado Cativo	9.824	38,1%
8.042	31,2%		Concessionárias²	43	0,2%
Energia comprada			Suprimento concessionária CCEE³	77	0,3%
17.738	68,8%		Cessões MCSD EN⁴	349	1,4%
CCEAR:	5.959		CCEE (MVE)	205	0,8%
Itaipu:	2.695		Consumidores livres	4.600	17,8%
Dona Francisca:	67		Energia suprida	9.420	36,5%
CCEE (MCP):	-		Contratos bilaterais	5.792	
Angra:	484		CCEAR	1.752	
CCGF:	2.937		CER	454	
MRE:	778		CCEE(MCP)	547	
Elejor:	-		MRE	875	
Proinfa:	213		Perdas e diferenças	1.262	4,9%
Outros1:	4.605		Perdas rede básica	290	
			Perdas distribuição	887	
			Alocação de contratos no CG	85	

CCEAR: Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado.

CER: Contrato de Energia de Reserva.

CCEE (MVE): Liquidação financeira de excedentes de energia da distribuidora ao mercado livre através do Mecanismo de Venda de Excedentes.

CCEE (MCP): Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (Mercado de Curto Prazo).

MRE: Mecanismo de Realocação de Energia.

CG: Centro de Gravidade do Submercado (diferença entre a energia faturada e a recebida no CG).

¹Outros: Energia comprada pela Copel Comercialização e Copel Distribuição.

²Suprimento de energia a concessionárias e permissionárias com mercado próprio inferior a 500GWh/ano.

³Suprimento de energia a distribuidora agente da CCEE, através de Contrato Bilateral Regulado - CBR.

⁴Cessões MCSD EN - Cessões contratuais a outras distribuidoras através do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits de Energia Nova.

Não considera a energia produzida pela UTE Araucária vendida no mercado de curto prazo (MCP) ou através de contratos bilaterais.

Venda de energia - Na tabela a seguir são apresentadas as vendas totais de energia da Copel no período, abertas entre Copel Distribuição, Copel Geração e Transmissão, Copel Comercialização e parques eólicos::

Classe	Em GWh		
	jan a jun 2021	jan a jun 2020	Variação
Copel Distribuição			
Mercado cativo	9.824	9.734	0,9%
Residencial	4.081	3.914	4,3%
Industrial	1.144	1.145	-0,1%
Comercial	2.101	2.171	-3,2%
Rural	1.318	1.292	2,0%
Outras	1.180	1.212	-2,6%
Concessionárias e permissionária	43	39	10,3%
CCEE (Cessões MCSD EN)	349	342	2,0%
CCEE (MVE)	206	218	-5,5%
CCEE (MCP) (a)	728	970	-24,9%
Total da Copel Distribuição	11.150	11.303	-1,4%
Copel Geração e Transmissão (com FDA)			
CCEAR (Copel Distribuição)	61	60	1,7%
CCEAR (outras concessionárias)	1.113	1.103	0,9%
Consumidores livres	631	1.611	-60,8%
Contratos bilaterais (Copel Comercialização)	6.349	3.309	91,9%
Contratos bilaterais ¹	348	1.404	-75,2%
CCEE (MCP) ²	-	640	-100,0%
Total da Copel Geração e Transmissão	8.502	8.127	4,6%
Parques Eólicos			
CCEAR (Copel DIS)	15	15	0,0%
CCEAR (outras concessionárias)	639	643	-0,6%
CER	454	456	-0,4%
CCEE (MCP) ²			
Total dos Parques Eólicos	1.108	1.114	-0,5%
Copel Comercialização			
Consumidores Livres	3.969	2.150	84,6%
Contratos Bilaterais (empresas do grupo)	1.310	-	
Contratos Bilaterais	5.521	3.284	68,1%
CCEE (MCP)	36	103	-65,0%
Total Copel Comercialização	10.836	5.537	95,7%
Total	31.596	26.081	21,1%

Observação: Não considera a energia disponibilizada através do MRE (Mecanismo de Realocação de Energia) e a energia da UTE Araucária vendida no mercado de curto prazo (MCP) ou através de contratos bilaterais.

¹ Inclui Contratos de Venda no Curto Prazo.

² Garantia Física alocada no período, após impacto do GSF.

CCEE: Câmara de Comercialização de Energia Elétrica / CCEAR: Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado / MCP: Mercado de Curto Prazo / CER: Contrato de Energia de Reserva.

Mercado fio da Copel Distribuição (TUSD) - O mercado fio da Copel Distribuição, composto pelo mercado cativo, pelo suprimento a concessionárias e permissionárias dentro do Estado do Paraná e pela totalidade dos consumidores livres existentes na sua área de concessão, apresentou crescimento de 7,1% no consumo de energia nos 6 primeiros meses de 2021. Este resultado decorre, principalmente, do crescimento de 18,9% no consumo do mercado livre, resultado tanto do crescimento em 33% dos consumidores livres, quanto da retomada do bom desempenho da produção industrial do Paraná, que avançou 54,1% em abril e 23,7% no mês de maio, sendo que os setores que mais contribuíram para o aumento do consumo de energia foram os de fabricação de produtos alimentícios e fabricação de produtos de madeira.

Mercado cativo da Copel Distribuição - A venda de energia para o mercado cativo da Copel Distribuição totalizou 9.824 GWh nos 6 primeiros meses de 2021, um aumento de 0,9% em relação ao mesmo período de 2020. A seguir, o consumo por classe de consumidores:

- A classe residencial consumiu 4.081 GWh nos 6 primeiros meses de 2021, um crescimento de 4,3% em relação ao mesmo período de 2020, reflexo do aumento do consumo médio mensal para 165 kWh/mês, influenciado, principalmente pelo aumento de 3,3% do número de consumidores. Ao final de junho de 2021, a classe residencial representou 41,5% do consumo do mercado cativo, com 3.995.886 consumidores.

- A classe industrial consumiu 1.144 GWh nos 6 primeiros meses de 2021, uma redução de 0,1% em relação ao mesmo período do ano anterior, reflexo, principalmente, da redução do nível de atividade econômica após o início das medidas de restrição da Covid-19 e da migração de clientes para o mercado livre de energia, parcialmente compensada pela retomada gradual das atividades econômicas neste último trimestre, com destaque para a classe de fabricação de produtos de metal (exceto máquinas e equipamentos) e fabricação de produtos de borracha e de material plástico, que aumentaram 31,2% e 11,0% respectivamente. Ao final de junho de 2021, a classe industrial representou 11,6% do consumo do mercado cativo, com 71.016 consumidores.

- A classe comercial consumiu 2.101 GWh nos 6 primeiros meses de 2021, uma redução de 3,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, reflexo da redução do nível de atividade econômica após o início das medidas de restrição da Covid-19, parcialmente compensada pela retomada gradual das atividades neste último trimestre, principalmente o comércio varejista (+6,6%) e alimentação (11,3%). Ao final de junho de 2021, essa classe representava 21,4% do consumo do mercado cativo, com 416.889 consumidores.

- A classe rural consumiu 1.318 GWh nos 6 primeiros meses de 2021, um aumento de 2,0% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido ao aumento do consumo médio em 6,2%. Ao final de junho de 2020, a classe representou 13,4% do consumo do mercado cativo da Copel com 345.768 consumidores.

- As outras classes (poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e consumo próprio) totalizaram 1.180 GWh nos 6 primeiros meses de 2021, uma queda de 2,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, em decorrência, principalmente, da redução na classe “poderes públicos”, o que também foi motivado pelos efeitos da pandemia da Covid-19. Em conjunto, essas classes representaram 12,0% do consumo do mercado cativo, com 60.334 consumidores.

Número de consumidores - O número de consumidores finais (cativos da Copel Distribuição e consumidores livres atendidos pela Copel GeT, Copel Comercialização e por outros fornecedores dentro da área de concessão da Copel Distribuição) faturados em junho de 2021 foi de 4.892.028, representando um crescimento de 2,9% sobre o mesmo mês de 2020.

Classe	jun 2021	jun 2020	Variação
Residencial	3.995.886	3.868.967	3,3%
Industrial	71.016	71.209	-0,3%
Comercial	416.889	405.506	2,8%
Rural	345.768	348.758	-0,9%
Outras	60.334	59.212	1,9%
Total cativo	4.889.893	4.753.652	2,9%
Suprimento Fio (a)	7	7	0,0%
Consumidores livres (b)	2.128	1.600	33,0%
Total geral	4.892.028	4.755.259	2,9%

(a) Total do suprimento fio no mercado cativo (concessionárias e permissionárias) e livre.

(b) Total de consumidores livres atendidos dentro da área de concessão da Copel Distribuição.

3 Administração

Quadro de empregados

Empregados	jun 2021	jun 2020
Copel e subsidiárias integrais		
Copel	148	104
Copel Geração e Transmissão	1.523	1.605
Copel Distribuição	4.586	4.927
Copel Telecomunicações	-	377
Copel Comercialização	42	42
Copel Serviços	294	-
	6.593	7.055
Controladas		
Compagás	140	149
Elejor	7	7
UEG Araucária	15	15
	162	166

4 Relações com o Mercado

Na [B]3, as ações ordinárias nominativas ON (CPLE3) estiveram presentes em 100% dos pregões, fechando o período cotadas a R\$ 5,55 com variação negativa de 20,71%; as ações preferenciais nominativa classe B PNB (CPLE6) estiveram presentes em 100% dos pregões, fechando o período cotadas a R\$ 5,93 com variação negativa de 20,87%. No mesmo período o IBOVSPA teve variação positiva de 6,54%. As UNITS (CPLE11) iniciaram suas negociações em 26 de abril de 2021 e, desde então, estiveram presentes em 100% dos pregões, fechando o período cotadas a R\$ 29,15 com variação negativa de 8,01%.

Na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE), até 27/04/2021, as ações ON eram negociadas no “Nível 1” na forma de ADR’s, sob o código ELPVY, estiveram presentes em 41% dos pregões, fechando aquele período cotadas a US\$ 1,30 com variação negativa de 6,47%; as ações PNB eram negociadas no “Nível 3” na forma de ADS’s, sob o código ELP, estiveram presentes em 100% dos pregões, fechando aquele período cotadas a US\$ 1,13 com variação negativa de 20,98%. As UNITS (ELP) iniciaram suas negociações em 28 de abril de 2021 e, desde então, estiveram presentes em 100% dos pregões, fechando o período cotadas a US\$ 5,77 com variação positiva de 1,14%. O índice DOW JONES teve variação positiva de 12,73% no período.

No LATIBEX (Mercado de Valores Latino-Americano em Euros), vinculado à Bolsa de Valores de Madri, as ações PNB são negociadas sob o código XCOP, estiveram presentes em 35% dos pregões, fechando o período cotadas a € 1,02, com variação positiva de 7,37%. No mesmo período, o índice LATIBEX teve variação positiva de 21,47%. A partir de 26 de abril de 2021, foram lançadas naquele mercado as ações ON, sob o código XCOPO, todavia sem negociação. Nesta mesma data, foram lançadas as UNITS, sob o código XCOPU, que, desde então, estiveram presentes em 4% dos pregões, fechando o período cotadas a € 4,46, com variação negativa de 2,19%.

A tabela a seguir sintetiza o comportamento das ações da Copel nos 6 (seis) primeiros meses de 2021::

Negociação das ações - jan a jun 2021	ON		PNB		UNIT *	
	Total	Média diária	Total	Média diária	Total	Média diária
B3						
Negócios	419.515	3.439	1.809.273	14.830	114.648	2.439
Quantidade	258.330.500	2.117.463	1.468.109.100	12.033.681	33.708.700	717.206
Volume (R\$ mil)	1.570.481	12.873	9.470.982	77.631	1.007.983	21.446
Presença nos pregões	122	100%	122	100%	47	100%
Nyse						
Quantidade	131.789	4.118	925.161.237	11.710.902	40.228.975	893.977
Volume (US\$ mil)	160	5	1.095.054	13.861	229.600	5.102
Presença nos pregões	32	41%	79	100%	45	100%
Latibex						
Quantidade	0	0	185.686	4.126	489	11
Volume (€ mil)	0	0	190	4	2	0
Presença nos pregões	0	0%	45	35%	2	4%

(*) Pregão a partir de 26/04/2021

5 Tarifas

Tarifas de fornecimento de energia

Tarifas médias de fornecimento (a) - R\$/MWh	jun 2021	jun 2020	Variação
Industrial	496,67	486,36	2,1%
Residencial	485,60	487,71	-0,4%
Comercial	576,93	569,98	1,2%
Rural	493,41	466,69	5,7%
Outros	353,98	350,96	0,9%
Tarifa média de fornecimento e disponibilidade (R\$ / MWh)	535,83	525,96	1,9%
Tarifa média de demanda (R\$ / KW)	26,43	23,29	13,5%

(a) Não considera bandeiras tarifárias, sem pis/cofins, líquido de ICMS.

Tarifas de compra de energia

Tarifas de compra de energia* - R\$/MWh	jun 2021	jun 2020	Variação
Itaipu (a)	337,00	375,56	-10,3%
Leilão 2010 - H30	244,70	236,72	3,4%
Leilão 2010 - T15 (b)	310,90	156,00	99,3%
Leilão 2011 - H30	252,30	244,17	3,3%
Leilão 2011 - T15 (b)	503,40	200,50	151,1%
Leilão 2012 - T15 (b)	467,70	165,67	182,3%
Leilão 2016 - T20 (b)	186,80	169,32	10,3%
Angra	233,40	282,36	-17,3%
Contrato de cotas de garantia física - CCGF (c)	115,80	109,46	5,8%
Santo Antonio	156,60	151,50	3,4%
Jirau	137,70	133,30	3,3%
Demais Leilões (d)	280,50	188,73	48,6%
Média	241,90	208,10	16,2%

(a) Transporte de Furnas não incluído.

(b) Preço médio do leilão conforme pagamento bilateral aos vendedores. Não inclui efeitos de contratação contabilizados pela CCEE.

(c) Contrato de cotas de garantia física das UHEs que tiveram suas concessões prorrogadas nos termos da Lei 12.783/13.

(d) Preço médio ponderado dos produtos. Não inclui Proinfa.

*A tabela foi atualizada para todos os períodos conforme nova metodologia de apuração dos preços médios, resultado da 4ª fase da AP 78/2011 da Aneel, aprovada em 28/03/2016.

Tarifas de suprimento de energia

Tarifas de suprimento de energia (a) - R\$/MWh	jun 2021	jun 2020	Variação
Leilão - CCEAR 2011-2040 (UHE Mauá)	239,13	229,73	4,1%
Leilão - CCEAR 2013-2042 (Cavernoso II)	258,31	248,29	4,0%
Leilão - CCEAR 2015 - 2044 (Colíder)	184,04	175,79	4,7%
Leilão - CCEAR 2018 - 2048 (Baixo Iguaçu)	190,73	182,90	4,3%
Concessionárias dentro do Estado do Paraná	221,69	214,51	3,3%

(a) Com PIS/COFINS. Líquida de ICMS.

6 Resultado Econômico-Financeiro

Receitas (NE nº 32)

A Receita operacional líquida acumulada até junho de 2021, de R\$ 10.412.812, foi 20,4% superior aos R\$ 8.648.259 registrados no mesmo período de 2020.

Essa variação decorreu, principalmente, dos seguintes fatos:

- a) aumento de 52,9% na Receita de suprimento de energia elétrica, sobretudo pelo despacho da UEGA que gerou 1.194 GWh devido às restrições hídricas, quantidade três vezes superior a geração de 352 GWh em relação ao primeiro semestre de 2020, que somada aos demais negócios totaliza um incremento de 11,2% no volume total de energia vendida por contratos regulados, bilaterais e liquidadas na CCEE, bem como pelo reflexo do maior PLD médio de R\$ 202,52 no primeiro semestre de 2021, superior em 17% ao PLD médio de R\$ 173,10 para o mesmo período do ano anterior;
- b) aumento de 21,9% na Receita de disponibilidade da rede elétrica, devido essencialmente ao resultado da remuneração sobre os contratos de transmissão de energia superior em relação ao mesmo período do ano anterior, em decorrência do aumento dos indexadores contratuais (IGPM e IPCA) aplicados sobre o saldo do ativo, que também, foi acrescido com novas obras. Além disso, houve aumento na remuneração dos contratos de transmissão decorrente da revisão/reajuste tarifário ocorrido em junho de 2020, bem como pelo aumento na DIS decorrente da retomada do crescimento do mercado fio que apresentou um incremento de 7,2% no semestre, sendo 11,8% no mês de junho de 2021;
- c) aumento de 52,0% na receita de construção decorrente, principalmente, dos maiores investimentos no segmento de distribuição de energia;
- d) aumento de 20,9% nas receitas de Distribuição de gás canalizado devido ao aumento do consumo e o despacho de usina termelétrica.
- e) resultado positivo de ativos e passivos financeiros setoriais no montante de R\$ 789.288, comparado com o resultado de R\$ 21.732 no primeiro semestre de 2020, em decorrência dos maiores custos principalmente decorrente de compra de energia e encargos de uso da rede superiores aos considerados no cálculo da tarifa de energia elétrica.

Custos e Despesas Operacionais (NE nº 33)

O total de custos e despesas operacionais atingiu R\$ 8.259.849 no primeiro semestre de 2021, sendo 30,1% inferior aos R\$ 6.351.016 registrados no mesmo período de 2020. Os principais destaques foram:

- a) aumento de 23,5% em Energia elétrica comprada para revenda decorrente sobretudo pela maior compra para fazer frente ao maior volume de energia vendida no período;
- b) aumento de 101% em Encargos de uso da rede elétrica principalmente pelo maior valor de ESS e encargos pagos na operação de distribuição pelo despacho térmico fora da ordem de mérito que elevou os encargos do sistema;

- c) aumento de 2,6% na remuneração de Pessoal e administradores em virtude, principalmente, do acréscimo em provisão por desempenho e participação nos lucros, compensado parcialmente pela redução no quadro de empregados e política de redução de custos;
- d) aumento de 395,1% em matéria prima e insumos para produção de energia, para fazer frente ao despacho de usina térmica (UEGA);
- e) aumento de 19,5% em serviços de terceiros principalmente nos custos com manutenção do sistema elétrico decorrentes das ações para redução das interrupções aos consumidores (DEC/FEC) e pelo maior O&M com entrada plena de Cutia;
- f) redução de 102,8% em Perdas de crédito, provisões e reversões decorrente da reversão de impairment, sendo o ajuste mais significativo ocorrido na UEGA, com reversão da totalidade do impairment constituído em períodos anteriores, consequência das condições hidrológicas desfavoráveis do período, associadas a política operativa do ONS para garantia de suprimento energético. No mesmo período de 2020 houve provisão de Impairment devido os reflexos iniciais da pandemia;
- g) aumento de 53,1% nos custos de construção decorrente, principalmente, dos investimentos no segmento de distribuição de energia;
- h) redução de 0,7% em Outros custos e despesas operacionais devido ao menor valor em perdas na desativação e alienação de bens, compensado pelo maior valor de compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.

Resultado da Equivalência Patrimonial

O Resultado da Equivalência Patrimonial foi 458,2% superior se comparado ao primeiro semestre de 2020, decorrente, principalmente, do resultado positivo da equivalência patrimonial nas controladas em conjunto de transmissão de energia elétrica em decorrência principalmente da maior correção monetária sobre os ativos de contrato, pela conclusão de obras e pela menor provisão de litígio arbitral com *EPCista*.

Resultado Financeiro (NE nº 34)

O decréscimo de R\$ 844.363 no resultado financeiro, corresponde à redução de 101,2% comparado com o mesmo período de 2020 devido principalmente pelo reconhecimento de atualização financeira sobre crédito de PIS/COFINS na DIS não recorrente em 2021, sendo que os principais destaques foram o aumento de juros e variação monetária sobre repasse CRC em decorrência do maior IGP-DI, o crescimento dos ganhos com acréscimos moratórios sobre faturas a diminuição na variação cambial sobre compras de energia de Itaipu, resultados estes positivos que foram compensados pelo resultado negativo do aumento da variação monetária sobre o saldo de contas a pagar vinculadas à concessão.

Lucro Líquido

O lucro líquido do período foi de R\$ 1.799.832 inferior em 14,5% ao apurado no mesmo período do ano anterior, que foi de R\$ 2.105.856, devido principalmente pelo reconhecimento de atualização financeira sobre crédito de PIS/COFINS na DIS não recorrente em 2021.

Lajida

O lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização - Lajida (*earnings before interest, taxes, depreciation and amortization - Ebitda*) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527/2012. Não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas normas internacionais de contabilidade, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia o divulga porque o utiliza para medir o seu desempenho.

Consolidado	30.06.2021	30.06.2020	Varição	31.12.2020
Cálculo do Lajida/Ebitda				
Lucro líquido do período - operações em continuidade	1.716.236	2.077.854	-17,40%	3.834.172
Lucro líquido do período - operações descontinuadas	83.596	28.002	198,54%	75.578
IRPJ e CSLL diferidos - operações em continuidade	228.205	67.519	237,99%	24.896
IRPJ e CSLL diferidos - operações descontinuadas	(20.020)	(3.316)	503,74%	(2.249)
Provisão para IRPJ e CSLL - operações em continuidade	351.616	1.000.235	-64,85%	1.260.469
Provisão para IRPJ e CSLL - operação descontinuadas	61.410	20.444	200,38%	45.356
Despesas (receitas) financeiras, líquidas - operações em continuidade	9.711	(820.988)	-101,18%	(866.271)
Despesas (receitas) financeiras, líquidas - descontinuadas	21.783	11.334	92,19%	33.378
Lajir/Ebit	2.452.537	2.381.084	3,00%	4.405.329
Depreciação e Amortização - operações em continuidade	511.491	494.914	3,35%	1.009.913
Depreciação e Amortização - descontinuadas	1.665	70.650	-97,64%	107.497
Lajida/Ebitda	2.965.693	2.946.648	0,65%	5.522.739
Atribuído aos acionistas da empresa controladora	2.843.195	2.927.978	-2,90%	5.426.498
Atribuído aos acionistas não controladores	122.498	18.670	556,12%	96.241
Cálculo da Margem do Ebitda				
Ebitda	2.965.693	2.946.648	0,65%	5.522.739
Receita Operacional Líquida - ROL	10.412.812	8.821.265	18,04%	18.989.091
Margem do Ebitda% (Ebitda ÷ ROL)	28,5%	33,4%	-14,7%	29,1%

O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente MARCEL MARTINS MALCZEWSKI
Membros DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
MARCO ANTÔNIO BARBOSA CÂNDIDO
CARLOS BIEDERMANN
GUSTAVO BONINI GUEDES
FAUSTO AUGUSTO DE SOUZA
ANDRIEI JOSÉ BEBER
LEILA ABRAHAM LORIA
MARCO ANTONIO BOLOGNA

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Presidente MARCO ANTÔNIO BARBOSA CÂNDIDO
Membros CARLOS BIEDERMANN
LUIZ CLAUDIO MAIA VIEIRA

CONSELHO FISCAL

Presidente DEMETRIUS NICHELE MACEI
Membros Titulares HARRY FRANÇÓIA JÚNIOR
JOSÉ PAULO DA SILVA FILHO
EDUARDO BADYR DONNI
RAPHAEL MANHÃES MARTINS

Membros Suplentes JOÃO LUIZ GIONA JUNIOR
OTAMIR CESAR MARTINS
VERÔNICA PEIXOTO COELHO
ESTEVÃO DE ALMEIDA ACCIOLY
CRISTIANE DO AMARAL MENDONÇA

DIRETORIA

Diretor Presidente DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Diretora de Gestão Empresarial ANA LETÍCIA FELLER
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores ADRIANO RUDEK DE MOURA
Diretor de Desenvolvimento de Negócios CASSIO SANTANA DA SILVA
Diretor Jurídico e Regulatório EDUARDO VIEIRA DE SOUZA BARBOSA
Diretor de Governança, Risco e Compliance VICENTE LOIÁCONO NETO
Diretor Adjunto de Comunicação DAVID CAMPOS

CONTADOR

CRC-PR-043819/O-0 RONALDO BOSCO SOARES

Informações sobre este relatório:

Relações com investidores: Fone: +55 (41) 3222-2027
ri@copel.com

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia Paranaense de Energia – COPEL

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia Paranaense de Energia - COPEL (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Ênfases

Assuntos relacionados à COVID-19

Sem modificar a nossa conclusão, chamamos atenção para a nota explicativa nº 1 às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, na qual a Companhia descreve os efeitos e potenciais efeitos da COVID-19 em suas operações, bem como as ações planejadas e as ações tomadas até o momento.

Operações descontinuadas

Sem modificar a nossa conclusão, chamamos atenção para a nota explicativa nº 3.6.1 às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, que apresenta os efeitos das reapresentações efetuadas pela Companhia em decorrência da classificação dos ativos da subsidiária Copel Telecomunicações S.A. como operação descontinuada como previsto no Pronunciamento Técnico CPC 31 e na IFRS 5.

Desdobramento de ações

Sem modificar a nossa conclusão, chamamos atenção para a nota explicativa nº 3.6.2 às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, na qual a Companhia divulga a reapresentação dos valores do lucro líquido por ação devido ao desdobramento de ações da Companhia aprovado em 11 de março de 2021, sendo apresentados conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 41 e na IAS 33.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias anteriormente referidas incluem as demonstrações do valor adicionado - DVA, individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Curitiba, 11 de agosto de 2021

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

Jonas Dal Ponte
Contador
CRC nº RS 058908/O-1

**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AO
SEGUNDO TRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2021**

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Paranaense de Energia - Copel, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam à revisão das Demonstrações Financeiras Intermediárias referentes ao 2º trimestre de 2021 aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião desta data. As minutas foram recebidas e analisadas individualmente pelos conselheiros antecipadamente à reunião e discutidas previamente com a Administração e com a auditoria independente. Com base nos trabalhos desenvolvidos ao longo do trimestre, nas análises efetuadas, no acompanhamento das discussões sobre os controles internos e nos esclarecimentos prestados pela Administração e a auditoria independente, e, considerando ainda o “Relatório sobre a Revisão de Informações Financeiras Intermediárias do Período de Três e Seis Meses Findos em 30 de junho de 2021”, da auditoria independente, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, os Conselheiros Fiscais registram que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não estejam refletidos nas Demonstrações Financeiras Intermediárias relativas ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2021, e opinam que tais demonstrações podem ser divulgadas.

Curitiba, 11 de agosto de 2021

DEMETRIUS NICHELE MACEI
Presidente

EDUARDO BADYR DONNI

HARRY FRANÇÓIA JÚNIOR

JOSÉ PAULO DA SILVA FILHO

RAPHAEL MANHÃES MARTINS

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, como membros da Diretoria Executiva da Companhia Paranaense de Energia - Copel, sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Rua Coronel Dulcídio, 800, Curitiba - PR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.483.817/0001-20, para fins do disposto na Instrução CVM nº 480/2009, declaramos que:

- (I)** revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório de auditoria da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras intermediárias da Copel, referentes ao período findo em 30.06.2021; e
- (II)** revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras intermediárias da Copel, relativas ao período findo em 30.06.2021.

E, por ser verdade, firmamos a presente.

Curitiba, 11 de agosto de 2021

Daniel Pimentel Slaviero
Diretor Presidente

Ana Letícia Feller
Diretora de Gestão Empresarial

Adriano Rudek de Moura
Diretor de Finanças e de
Relações com Investidores

Cassio Santana da Silva
Diretor de Desenvolvimento de
Negócios

Vicente Loíacono Neto
Diretor de Governança, Risco e
Compliance e
Diretor Jurídico e Regulatório em Exercício